



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL**

**CARLA DE ARAÚJO SANTIAGO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS PARA A GARANTIA  
DA ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: O CASO  
DO *CAMPUS* DE SALVADOR DO IFBA**

Salvador  
2014

**CARLA DE ARAÚJO SANTIAGO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS PARA A GARANTIA DA  
ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: O CASO DO  
CAMPUS DE SALVADOR DO IFBA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Peixoto Santos Mendes

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração Profissional.

Salvador  
2014

Escola de Administração - UFBA

B523 Santiago, Carla de Araújo.

Políticas públicas e estratégias para a garantia da acessibilidade de alunos com deficiência: o caso do *Campus* de Salvador do IFBA / Carla de Araújo Santiago. – 2014. 177 f.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Peixoto Santos Mendes.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Estudo de casos. 2. Pessoa com Deficiência – Política governamental – Estudo de casos. 3. Educação inclusiva – Estudo de casos. 4. Pessoa com Deficiência – Orientação e mobilidade. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 371.91

## CARLA DE ARAÚJO SANTIAGO

### **POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS PARA A GARANTIA DA ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: O CASO DO *CAMPUS* DE SALVADOR DO IFBA.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração Profissional, Escola de Administração, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 18 de junho de 2014

Vera Lúcia Peixoto Santos Mendes – Orientadora \_\_\_\_\_

Doutora em Administração pelo Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração –  
Universidade Federal da Bahia.

Universidade Federal da Bahia

Theresinha Guimarães Miranda \_\_\_\_\_

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo.

Universidade Federal da Bahia

Sandra Regina Rosa Faria \_\_\_\_\_

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia.

Universidade do Estado da Bahia

A

Doracy, mãe querida e dedicada, com quem aprendi a apreciar a leitura.

Beatriz, filha querida. Um presente de Deus!

## AGRADECIMENTOS

A Deus por me conceder saúde e força para finalizar este ciclo na minha vida.

A minha mãe Doracy Maria, pelo tempo empreendido nos cuidados da minha filha, muitas vezes substituindo meus braços e pernas para que pudesse concluir esse mestrado.

Ao IFBA que oportunizou aos servidores do Instituto o Mestrado Profissional em Administração, possibilitando-nos um maior aperfeiçoamento profissional.

A todos os professores do referido mestrado, por compartilharem com a minha turma o conhecimento e sabedoria de que dispõem, os quais foram fundamentais para o nosso aprendizado e crescimento.

A orientadora Vera Lúcia Peixoto Santos Mendes, pela compreensão, paciência e ensinamentos ofertados visando à finalização desta pesquisa.

Ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia, pela presteza, competência e solidariedade, sempre receptivo a nos auxiliar na conclusão do curso, especialmente à funcionária Ana Cristina Araújo, responsável pela organização dos assuntos relativos à nossa turma.

Ao professor de edificações do IFBA, *campus* de Salvador, Rui Santana, pelo tempo e auxílio concedidos na medição da infraestrutura das instalações Instituto, com observações pertinentes, que me fizeram admirar ainda mais a figura do professor.

A todos aqueles a quem entrevistei, pela confiança em mim depositada ao me concederem um tempo para a realização das entrevistas, permitindo-me a conclusão deste trabalho.

Obrigada a todos por possibilitarem e fazerem parte dessa experiência tão gratificante na minha vida, tanto no campo pessoal quanto no profissional.

“Se queres ser cego, sê-lo as... se podes olhar, vê; se podes ver, repara.”

(JOSÉ SARAMAGO/Ensaio sobre a cegueira, p.01 e 73)

SANTIAGO, Carla de Araújo. Políticas Públicas e Estratégias para a Garantia da Acessibilidade de Alunos com Deficiência: o caso do *campus* de Salvador do IFBA. 177 f. il. 2014. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

## RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar as estratégias para a garantia da acessibilidade de alunos com deficiência no *campus* de Salvador do IFBA, embasando-se nas Políticas Públicas em Educação Inclusiva, nacionais e internacionais. Para tanto foi realizada revisão bibliográfica sobre Políticas Públicas, educação inclusiva e legislação; além de estudo de caso, de abordagem qualitativa com a mensuração e o registro fotográfico da infraestrutura do Instituto e do mobiliário utilizado pelos alunos com deficiência, sendo os itens observados, confrontados com a norma da ABNT NBR 9050 – 2004, utilizada como referência dos parâmetros analisados. Foram realizadas entrevistas aplicadas aos gestores, servidores e alunos com deficiência matriculados entre 2009 e 2013. Na análise dos dados foi utilizada a técnica análise de conteúdo do tipo análise categorial. Os resultados obtidos evidenciaram que no *campus* de Salvador do IFBA existem áreas em não-conformidade à norma supracitada. Com relação às estratégias educacionais e comunicacionais do Instituto, verifica-se que as mesmas não suprem integralmente as necessidades dos alunos com deficiência, devido à insuficiência de servidores com qualificação em Educação Inclusiva, necessidade de adaptações curriculares, pouca oferta de tecnologia assistiva, evidenciando-se a importância do incentivo à cultura da Inclusão no Instituto para a efetivação da Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Acessibilidade. Educação Inclusiva. Estratégias. Alunos com Deficiência.



SANTIAGO, Carla de Araujo. Public Policies and Strategies for the Guarantee of Accessibility for Students with Disabilities: The Case of the campus as the Savior of the IFBA. 177 f. il. 2014. Thesis (Masters) - School of Administration, Federal University of Bahia, Salvador, 2014.

### **ABSTRACT**

This research aims to analyze the strategies for ensuring accessibility for students with disabilities on campus as the Savior of the IFBA, lacking in Public Policies on Inclusive Education, national and international. For both were performed checks bibliographic on Public Policies, inclusive education and legislation; in addition, case study, a qualitative approach to the measurement and the photographic record of the infrastructure of the Institute and of the furniture used by students with disabilities. Being the items observed, faced with the standard ABNT NBR 9050 - 2004, used as reference of the parameters analyzed. Interviews were applied to managers, servers, and students with disabilities registered between 2009 and 2013. In the analysis of the data was used for analysis of content type categorical analysis. The results obtained showed that on the campus as the Savior of the IFBA there are areas of non-compliance with the above requirement. With respect to educational strategies and communicational Institute, it should be noted that the same does not fully meet the needs of students with disabilities, need for curricular adaptations, little provision of assistive technology, evidencing the importance of encouraging the culture of Inclusion at the Institute for the realization of Inclusive Education.

Keywords: Public Policies. Accessibility. Inclusive Education. Strategies. Students with Disabilities.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1	Características da população e pessoas com eficiência...17
Figura 2	Construir e Incluir .....25
Figura 3	Acessibilidade .....41
Figura 4	Símbolo Internacional de Acesso.....45
Figura 5	Registro fotográfico - notebook com software adaptado. IFBA, 2014 .....95

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Principais diferenças entre Inclusão e Integração.....	26
Quadro 2	Do portão à porta de entrada da escola .....	65
Quadro 3	Recepção e salas de atendimento .....	66
Quadro 4	Corredores.....	66
Quadro 5	Escadas e rampas .....	67
Quadro 6	Salas de aula.....	67
Quadro 7	Laboratórios e Salas de Artes.....	68
Quadro 8	Biblioteca .....	68
Quadro 9	Tecnologia Assistiva solicitada pela CAPNE ao FNDE. IFBA, 2014.....	90
Quadro 10	Nº de alunos matriculados conforme modalidade de ensino e tipo de deficiência. IFBA, 2014.....	93
Quadro 11	Acessos, Rampas e Salas de aula/Não conformidades. IFBA, 2014.....	125
Quadro 12	Bebedouros e Piso/Não conformidades. IFBA, 2014 ...	126
Quadro 13	Sanitários/Não conformidades. IFBA, 2014 .....	127
Quadro 14	Bancadas e Mesas/Não conformidades. IFBA, 2014....	128
Quadro 15	Estacionamentos/ Não conformidades. IFBA, 2014 .....	128

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Prevalência dos tipos de deficiência. Brasil, 2012.....	17
Gráfico 2	Nº de alunos por modalidade de ensino e tipo de deficiência. IFBA, 2014 .....	94
Gráfico 3	Nº de alunos matriculados na modalidade forma integrada, curso e tipo de deficiência. IFBA, 2014.....	96
Gráfico 4	Nº de alunos com deficiência matriculados na modalidade forma integrada por curso e ano. IFBA, 2014.....	97
Gráfico 5	Nº de alunos com deficiência matriculados na modalidade forma subsequente e curso. IFBA, 2014 .....	98
Gráfico 6	Nº de alunos com deficiência matriculados na modalidade PROEJA e curso. IFBA, 2014 .....	98
Gráfico 7	Nº de alunos com deficiência matriculados na modalidade ensino superior e curso. IFBA, 2014.....	99

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAPNE	Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
CEFET	Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CESBA	Centro de Surdos da Bahia
DEPAE	Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
ONU	Organizações das Nações Unidas
P.C.R.	Pessoa em Cadeira de Rodas
P.M.R.	Pessoa com Mobilidade Reduzida
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2 CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>24</b>
2.1 INCLUSÃO EDUCACIONAL .....	24
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS ESTRATÉGIAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA ..	30
<b>2.2.1 Conceitos de Estratégias .....</b>	<b>32</b>
<b>2.2.2 Marcos Regulatórios da Educação Inclusiva .....</b>	<b>35</b>
2.3 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO ESCOLAR.....	40
2.4 ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA .....	42
2.5 O CONTEXTO LEGAL DA ACESSIBILIDADE NO BRASIL .....	44
2.6 ESTRATÉGIAS ARQUITETÔNICAS, EDUCACIONAIS E COMUNICACIONAIS ..	50
<b>2.6.1 Estratégias Arquitetônicas .....</b>	<b>50</b>
<b>2.6.2 Estratégias Educacionais e Comunicacionais .....</b>	<b>51</b>
<b>2.6.3 Estratégias Educacionais e Comunicacionais dos Institutos Federais.....</b>	<b>54</b>
2.7 ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS (TA) .....	58
2.8 CULTURA E INCLUSÃO ESCOLAR .....	62
2.9 INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DA ACESSIBILIDADE ESPACIAL .....	65
<b>3 CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....</b>	<b>68</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	68

3.2 LOCUS DE PESQUISA.....	70
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	73
3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	75
3.5 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS.....	76
3.6 ASPÉCTOS ÉTICOS.....	80
<b>4 CAPÍTULO 3.....</b>	<b>81</b>
4.1 ESTRATÉGIAS DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO, EDUCACIONAIS E COMUNICACIONAIS DO <i>CAMPUS</i> DE SALVADOR DO IFBA, NA PERSPECTIVA DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS.....	81
<b>4.1.1 Perfil dos alunos com deficiência do campus de Salvador do IFBA.....</b>	<b>91</b>
4.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO <i>CAMPUS</i> DE SALVADOR DO IFBA NA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS.....	97
<b>4.2.1 Educação inclusiva.....</b>	<b>98</b>
<b>4.2.1.1 Visão a respeito da educação inclusiva, especialmente em uma Instituição Federal Tecnológica de Educação.....</b>	<b>98</b>
<b>4.2.1.2 Ações que necessitam ser implementadas no <i>campus</i> de Salvador do IFBA para a realização de uma educação inclusiva efetiva.....</b>	<b>101</b>
<b>4.2.1.3 Grau de conhecimento dos Gestores a respeito da legislação vigente sobre a Inclusão de pessoas com deficiência.....</b>	<b>104</b>
<b>4.2.2 Infraestrutura atual do <i>campus</i> de Salvador do IFBA, na perspectiva da acessibilidade aos alunos com deficiência.....</b>	<b>105</b>
<b>4.2.3 Estratégias educacionais e comunicacionais utilizadas no <i>campus</i> de Salvador do IFBA.....</b>	<b>108</b>
<b>4.2.3.1 Acompanhamento pedagógico.....</b>	<b>108</b>
<b>4.2.3.2 Atividades desenvolvidas pelo NAPNE.....</b>	<b>109</b>

<b>4.2.3.3 A qualificação dos profissionais da Instituição, em relação à educação inclusiva</b> .....	111
<b>4.2.3.4 As contribuições das coordenações/setores do Instituto para a garantia da acessibilidade dos alunos com deficiência</b> .....	113
<b>4.2.3.5 A tecnologia assistiva utilizada pelos alunos com deficiência</b> .....	115
<b>4.2.3.6 Grupos de pesquisa em educação inclusiva</b> .....	117
<b>4.2.3.7 Acompanhamento dos alunos com deficiência, nos estágios em áreas afins aos cursos frequentados pelos mesmos, pelas suas coordenações</b> .....	118
<b>4.2.3.8 Adequação do vestibular do <i>campus</i> de Salvador do IFBA às normas de ingresso para pessoas com deficiência</b> .....	119
<b>4.2.3.9 Dificuldades encontradas pelos servidores no atendimento aos alunos com deficiência</b> .....	120
<b>4.2.3.10 Incentivo no Instituto à cultura da inclusão</b> .....	121
<b>4.3 INFRAESTRUTURA DO <i>CAMPUS</i> DE SALVADOR DO IFBA E NÃO CONFORMIDADES</b> .....	122
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	128
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	133
<b>APÊNDICE A – Roteiro de Observação</b> .....	140
<b>APÊNDICE B – Roteiros de Entrevistas</b> .....	144
<b>APÊNDICE C – Registro Fotográfico</b> .....	155
<b>ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b> .....	162
<b>ANEXO B – Norma NBR 9050/2004</b> .....	164
<b>ANEXO C - Classificação do uso das Tecnologias e acessibilidade</b> .....	172
<b>ANEXO D - Lista de Estudantes com Deficiência do <i>campus</i> de Salvador do IFBA</b> .....	174



## 1 INTRODUÇÃO

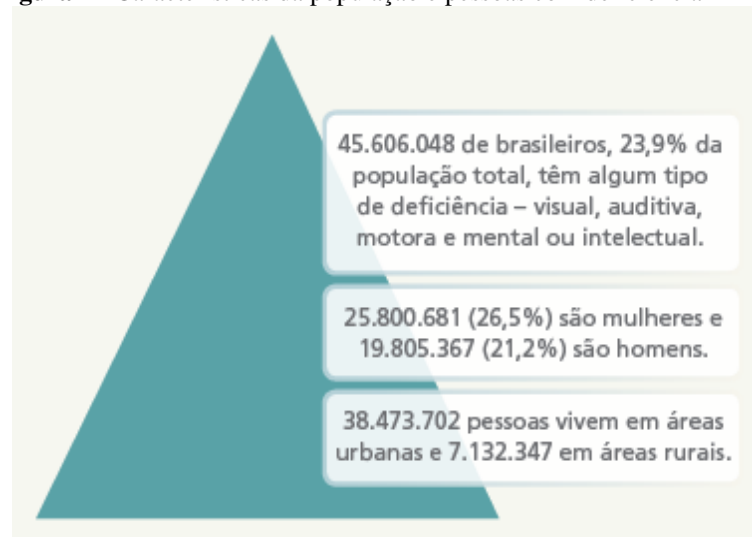
Dados do Relatório Mundial sobre Deficiência (2011) estimam que mais de um bilhão de pessoas viva com alguma forma de deficiência, algo próximo de 15% da população mundial, dentre os quais cerca de 200 milhões experimentam dificuldades funcionais consideráveis. Verifica-se também no relatório que o número de pessoas com deficiência está crescendo devido ao envelhecimento da população e ao risco maior de deficiência na população de mais idade, bem como ao aumento global de doenças crônicas tais como diabetes, doenças cardiovasculares, câncer e distúrbios mentais (SÃO PAULO. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011).

No referido relatório verifica-se que, em todo o mundo, as pessoas com deficiência apresentam piores perspectivas de saúde, níveis mais baixos de escolaridade, participação econômica menor, e taxas de pobreza mais elevadas em comparação às pessoas sem deficiência, devendo-se isto, em parte, ao fato das pessoas com deficiência enfrentarem barreiras no acesso a serviços como saúde, educação, emprego, transporte, e informação, sendo que tais dificuldades são exacerbadas nas comunidades mais pobres. Assim, para se atingir perspectivas melhores e mais duradouras no desenvolvimento de metas para as pessoas com deficiência são indicados no relatório a capacitação das pessoas que vivem com deficiência e a retirada das barreiras que as impedem de participar na comunidade, de ter acesso a uma educação de qualidade, de encontrar um trabalho decente, e de ter suas vozes ouvidas (SÃO PAULO. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011).

Segundo a Cartilha do Censo 2010, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a deficiência é um tema de direitos humanos e, em consequência, obedece ao princípio de que todo ser humano tem o direito de desfrutar de todas as condições necessárias para o desenvolvimento de seus talentos e aspirações, sem a submissão a qualquer tipo de discriminação. Nesta encontra-se que os direitos da pessoa com deficiência podem ser acionados tanto com base no direito fundamental do ser humano, como com base nas características próprias desse segmento populacional, através do direito de grupos específicos, tendo como objetivo principal minimizar ou eliminar a lacuna existente entre as condições das pessoas com deficiência e as das pessoas sem deficiência (BRASIL, 2012c).

O censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) descreveu a prevalência dos diferentes tipos de deficiência e as características das pessoas com deficiência no Brasil, no qual consta que dos 45.606.048 de brasileiros, 23,9% da população total, têm algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora e mental ou intelectual, conforme se verifica na figura a seguir:

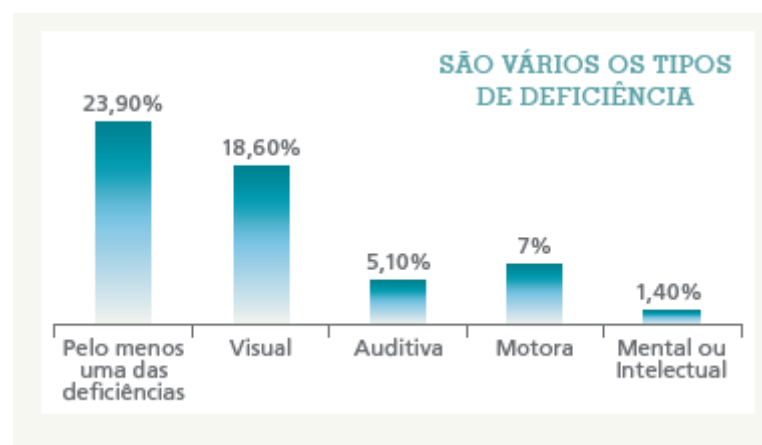
**Figura 1** - Características da população e pessoas com deficiência



Fonte: Brasil (2012)

Dos 23,9% de pessoas que apresentam pelo menos uma das deficiências, verificou-se que a prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza delas:

**Gráfico 1** - Prevalência dos tipos de deficiência. Brasil, 2012.



Fonte: Brasil (2012)

A região Nordeste teve a maior taxa de prevalência de pessoas com pelo menos uma das deficiências, de 26,3%. As menores incidências ocorreram nas regiões Sul e Centro Oeste, ambas com 22,5% (IBGE, 2010).

Os programas e ações do Governo Federal e da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência promovem a inclusão do indivíduo com deficiência ao assistirem os mesmos de acordo com suas características: física, sensorial e mental ou intelectual, sejam elas severas ou não severas. Os programas incluem, também, todos os grupos de idade: crianças, adolescentes, adultos e idosos. No entanto, o foco primário das Políticas Públicas é o segmento das pessoas que apresentam deficiência severa. O contingente de indivíduos identificados por possuir deficiência severa foi calculado pela soma das respostas positivas às perguntas “tem grande dificuldade” e “não consegue de modo algum” (BRASIL, 2012c).

Pesquisa realizada em 2009 revela que dentre os brasileiros em idade escolar (entre 04 e 17 anos), que apresentam alguma deficiência física ou mental, há um contingente aproximado de 02 milhões e 500 pessoas (IBGE, 2009). Dentre os brasileiros com deficiência apurados pelo IBGE e aqueles que efetivamente estão matriculados nas escolas brasileiras, constata-se que há mais de um milhão e meio de pessoas que não têm acesso às escolas (INEP, 2010).

Dessa forma, a marginalização de parcela considerável de pessoas com deficiência, dos processos escolares e produtivos, afronta-as em sua dignidade e as impossibilita de levar uma vida plena e independente.

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade (ONU, 2006).

De acordo com a ONU (2006) não são mais consideradas adequadas expressões como: excepcional, deficiente, pessoa portadora de deficiência, portadores de necessidades especiais. Atualmente, a denominação consagrada pela Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que foi incorporada à Constituição Brasileira de 1988, é pessoa com deficiência. Nesta denominação a pessoa é ressaltada em primeiro lugar e, portanto, a sua igualdade com as demais pessoas. O acréscimo da expressão “com deficiência” reconhece, sem eufemismos,

que há uma limitação que precisa ser levada em conta, mas que não é o principal nem o mais importante (RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público, 2010).

A Norma NBR 9050 (2004) define pessoa com mobilidade reduzida como aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada a sua capacidade de se relacionar com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante, entre outros (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

Para que os alunos com deficiência possam obter êxito em seu processo de desenvolvimento acadêmico é preciso que haja a superação de obstáculos e barreiras encontradas no ambiente escolar, garantindo sua acessibilidade ao mesmo, nos aspectos infraestruturais, educacionais e culturais.

A educação inclusiva é uma ação política, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Ela se fundamenta na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2010).

Negrini, Tatiane et al. (2010) observam que a partir dessa visão, a educação inclusiva coloca-se como proposta, de modo a oferecer a todos os alunos as possibilidades de uma educação de melhor qualidade, pautada em princípios. Dessa maneira, reconhecem-se as necessidades de articulação do trabalho educacional e social, em função de ir ao encontro das peculiaridades do alunado, colocando-se em debate as diferentes maneiras de possibilitar-lhes o acesso à escola, ao conhecimento, aos saberes e às relações sociais.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), no seu Art. 3º, inciso IV, traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. O Art. 5º – Dos Direitos Fundamentais – afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e garante aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. No Art. 6º são resguardados os direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção

à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados, na forma da constituição (BRASIL, 1988).

A CF/88 define no Art. 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa. No seu Art. 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições, de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino (BRASIL, 1988).

O Art. 224 da CF/88 dispõe sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo, atualmente existentes, a fim de garantir acesso adequado às pessoas com deficiência e no Art. 227 a *Lex Mater* se refere a normas para a construção desses mesmos locais (BRASIL, 1988).

Dessa forma, observa-se uma evolução no Brasil em termos dos marcos regulatórios relacionados às pessoas com deficiência, direta ou indiretamente, com a existência de Leis, Decretos e Normas que visam proteger e assegurar os direitos dessas pessoas. Aliadas à legislação, observa-se o desenvolvimento de Políticas Públicas voltadas à acessibilidade e inclusão escolar.

O desenvolvimento de projetos no serviço público é essencial para a implementação de medidas necessárias à efetiva execução do atendimento público, e em que poderá ser observada a existência e a operacionalização de Políticas Públicas.

De acordo com Arretche (2003), o crescente interesse pelo tema Políticas Públicas está diretamente relacionado às mudanças recentes da sociedade brasileira, em que o intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais originado, em grande parte, da competição eleitoral, da autonomia dos governos locais, bem como dos programas de reforma do Estado, despertaram uma enorme curiosidade sobre os “micros” mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro, mas também revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo. O interesse pela temática resulta também das oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas setoriais, seja pelo acesso de segmentos tradicionalmente excluídos a cargos eletivos, seja por inúmeras novas modalidades de representação de interesses.

O tema deste trabalho: Políticas Públicas e Estratégias para a Garantia da Acessibilidade de alunos com Deficiência no *campus* de Salvador do IFBA tem como objeto de estudo as

estratégias que garantam a acessibilidade no *campus* de Salvador do IFBA. O problema de pesquisa investigado é: como são implementadas as estratégias que visam a execução de Políticas Públicas para a garantia da acessibilidade de alunos com deficiência no *campus* de Salvador do IFBA?

Este tema foi desenvolvido de acordo com a premissa adotada por autores como Ropoli et al. (2010), de que a escola comum somente se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos, diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas, que visam a remoção de barreiras, tanto infraestruturais quanto educacionais, que perpassam também por aspectos atitudinais e culturais, o que tornará possível um adequado atendimento a alunos com deficiência. A autora citada também infere que no intuito de atender a todos e de forma melhor, a escola atual tem de mudar, e isso exige trabalho em muitas frentes.

Parte-se do pressuposto que as Políticas Públicas de acessibilidade para alunos com deficiência, no *campus* de Salvador do IFBA, serão efetivas a partir da implementação da estratégia de remoção de barreiras arquitetônicas, educacionais e comunicacionais.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as estratégias que estão sendo implementadas para a garantia da execução de Políticas Públicas de acessibilidade para alunos com deficiência no *campus* de Salvador do IFBA.

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- a) Descrever o perfil dos estudantes com deficiência, matriculados no *campus* de Salvador do IFBA;
- b) Analisar os programas existentes no *campus* de Salvador IFBA, no que se refere à remoção de barreiras arquitetônicas, educacionais e comunicacionais;
- c) Identificar o conhecimento referido pelos servidores sobre a Legislação em Educação Inclusiva, para atuar junto aos alunos com deficiência no *campus* de Salvador do IFBA;
- d) Analisar a infraestrutura do *campus* de Salvador do IFBA, no que se refere à acessibilidade arquitetônica para os alunos com deficiência.

A justificativa para a realização deste estudo esta pautada na crescente presença de alunos com deficiência no *campus* de Salvador do IFBA, como também em outros *campi* dos institutos federais, havendo a necessidade de implementação e desenvolvimento de estratégias que garantam a execução de Políticas Públicas de acessibilidade para essas pessoas, seguindo o que preconiza a legislação e visando a transformação da realidade da inclusão escolar no IFBA.

Além disso, a autora desta pesquisa, na condição de fisioterapeuta e funcionária do IFBA, no cargo de assistente em administração, da Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante (DEPAE), onde está inserida a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE), sente a necessidade e tem o interesse de estudar e contribuir para o desenvolvimento do Instituto e da diretoria na qual atua, em prol de uma educação profissional e tecnológica que satisfaça as necessidades específicas dos alunos, aos quais a diretoria atende, a fim de que os mesmos estejam incluídos no processo educacional.

A CAPNE do *campus* de Salvador do IFBA utiliza, em sua denominação a expressão “necessidades específicas”, ao invés da expressão “necessidades especiais”, pelo fato da mesma realizar o atendimento e acompanhamento tanto de alunos com deficiência quanto de alunos com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotação, seguindo a orientação de reunião nacional dos NAPNEs, segundo a coordenação. Essa expressão também é utilizada nos programas relacionados à Educação Inclusiva existentes no Instituto e nos textos dos seus documentos institucionais. Dessa maneira, foi utilizada, neste trabalho, a expressão “necessidades específicas” na denominação da Coordenação e nos programas existentes no *campus*, relacionados ao tema, como no “Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas”, que faz parte da Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto.

A relevância deste trabalho está em contribuir para a transformação da realidade da inclusão escolar dos alunos com deficiência do *campus* de Salvador do IFBA e para a consolidação da CAPNE. O antigo NAPNE foi instituído em 2004, ainda como um núcleo, sendo posteriormente transformado em coordenação pelo Regimento Interno do IFBA de 2014 e necessita, ainda hoje, de um olhar mais atento dos gestores da instituição, a fim de que a mesma possa estar incluída entre as prioridades do *campus*.

Dessa forma, é necessária a implementação de uma Política voltada a esse público, com o desenvolvimento de projetos institucionais que planejem, coordenem e executem atividades que permitam aos alunos com deficiência, se beneficiarem de uma educação profissional e tecnológica que os acolha e os inclua ao longo de todo o processo educativo, de modo que os mesmos saiam da Instituição, preparados para trilhar o caminho profissional escolhido.

Esse estudo é apresentado em três capítulos, excluindo-se esta introdução e as considerações finais. O primeiro capítulo trata do tema Inclusão Educacional, com a indicação das transformações ocorridas em relação à mesma; Políticas Públicas em educação inclusiva, seus conceitos e a legislação vigente; relação entre inclusão escolar, acessibilidade e estratégias de acessibilidade utilizadas para alunos com deficiência, além de legislações nacionais e internacionais acerca da mesma.

No segundo capítulo são descritos os procedimentos metodológicos. No terceiro capítulo são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa a cerca da acessibilidade dos alunos com deficiência no *campus* de Salvador do IFBA, evidenciando-se a existência de barreiras arquitetônicas, com diversas áreas no Instituto em desacordo à norma NBR 9050/2004 e de barreiras educacionais, comunicacionais e atitudinais, inviabilizando o atendimento integral das necessidades dos alunos com deficiência.



## **CAPÍTULO 1**

Este capítulo objetiva discutir as diferenças entre inclusão e integração, os conceitos de estratégia, Políticas Públicas e acessibilidade, apresentar os Marcos Regulatórios para assegurar a acessibilidade de pessoas com deficiência e o progresso técnico existente na área.

### **2.1 INCLUSÃO EDUCACIONAL**

As últimas três décadas têm testemunhado as mudanças e o progresso ocorrido no mundo em relação à Educação Especial, numa perspectiva inclusiva. Neste contexto, tem prevalecido a intenção de buscar métodos de ensino eficazes para a inclusão de meninos e meninas com transtornos e alterações no desenvolvimento, buscando-se a participação ativa da família e da escola, na formação de uma comunidade científica e educativa, na aplicação das altas tecnologias, como ferramentas importantes para a detecção, o diagnóstico e a intervenção nos déficits em desenvolvimento. Todo esse progresso e as mudanças têm ocorrido com o único propósito de estabelecer um tipo de escola capaz de se adaptar, acolher e cultivar as diferenças como um elemento de valor positivo (CAMACHO, 2004), conforme visualizado na figura 2.

**Figura 2** – Construir e Incluir



Fonte: <http://www.vivianbraunstein.blogspot.com>

Na figura 2, observa-se a possibilidade da construção da identidade em meio à diversidade, em que todos têm um espaço.

Os estudos e as discussões sobre a Educação Especial e Inclusão não são recentes, verificando-se ao longo da história um desenvolvimento gradativo de acontecimentos globais até se chegar ao conceito de Inclusão. Da prática da exclusão social, a sociedade desenvolveu o atendimento segregado, passando para a prática da integração social, até adotar recentemente a filosofia da inclusão social (FIGUEIRÊDO; OLIVEIRA; VILLA NOVA, 2012).

Dessa forma, percebe-se que o conceito de Inclusão advém de uma construção histórica e do amadurecimento da própria sociedade no relacionamento com as pessoas com deficiência, saindo de uma era de negação dessas pessoas para ingressar em uma prática da inclusão social das mesmas, em um processo que ainda necessita de aperfeiçoamento.

Semanticamente, incluir e integrar tem significados muito parecidos, o que faz com que muitas vezes esses verbos sejam utilizados indistintamente. Entretanto, nos movimentos sociais, inclusão e integração representam filosofias totalmente diferentes, ainda que possuam objetivos aparentemente iguais, ou seja, a inserção de pessoas com deficiência na sociedade (ESCOLA DE GENTE-COMUNICAÇÃO EM INCLUSÃO, 2002).

De acordo com a Escola de Gente-Comunicação em Inclusão (2002), as principais diferenças entre inclusão e integração são as seguintes:

**Quadro 01** - Principais diferenças entre Inclusão e Integração

<b>INCLUSÃO</b>	<b>INTEGRAÇÃO</b>
Inserção total e incondicional (crianças com deficiência não precisam “se preparar” para ir à escola regular).	Inserção parcial e condicional (crianças “se preparam” em escolas ou classes especiais para estar em escolas ou classes regulares).
Exige rupturas nos sistemas	Pede concessões aos sistemas.
Mudanças que beneficiam toda e qualquer pessoa (não se sabe quem “ganha” mais; TODAS ganham).	Mudanças visando prioritariamente a pessoas com deficiência (consolida a ideia de que elas “ganham” mais).
Exige transformações profundas.	Contenta-se com transformações superficiais.
Sociedade se adapta para atender às necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de TODOS.	Pessoas com deficiência se adaptam às necessidades dos modelos que já existem na sociedade, que faz apenas ajustes.
Defende o direito de TODAS as pessoas, com e sem deficiência.	Defende o direito de pessoas com deficiência.
Traz para dentro dos sistemas os grupos de “excluídos” e, paralelamente, transforma esses sistemas para que se tornem de qualidade para TODOS.	Insere nos sistemas os grupos de “excluídos que provarem estar aptos” (sob este aspecto, as cotas podem ser questionadas como promotoras da inclusão).
O adjetivo inclusivo é usado quando se busca qualidade para TODAS as pessoas com e sem deficiência (escola inclusiva, trabalho inclusivo, lazer inclusivo etc.).	O adjetivo integrador é usado quando se busca qualidade nas estruturas que atendem apenas as pessoas com deficiência consideradas aptas (escola integradora, empresa integradora etc.).
Valoriza a individualidade de pessoas com deficiência (pessoas com deficiência podem ou não ser bons funcionários; podem ou não ser carinhosos etc.).	Como reflexo de um pensamento integrador podemos citar a tendência a tratar pessoas com deficiência como um bloco homogêneo (ex: surdos se concentram melhor; cegos são excelentes massagistas).
Não quer disfarçar as limitações, porque elas são reais.	Tende a disfarçar as limitações para aumentar a possibilidade de inserção.
Não se caracteriza apenas pela presença de pessoas com e sem deficiência em um mesmo ambiente.	A presença de pessoas com e sem deficiência no mesmo ambiente tende a ser suficiente para o uso do adjetivo integrador.
A partir da certeza de que TODOS somos diferentes,	Incentiva pessoas com deficiência a seguir

INCLUSÃO	INTEGRAÇÃO
não existem “os especiais”, “os normais”, “os excepcionais”, o que existe são pessoas com deficiência.	modelos, não valorizando, por exemplo, outras formas de comunicação como a Libras. Seríamos um bloco majoritário e homogêneo de pessoas sem deficiência, rodeado pelas que apresentam diferenças.

Fonte: Escola de Gente-Comunicação em Inclusão (2002, p.17)

Dessa forma, destaca-se no Quadro 01 que na Inclusão, a sociedade é quem precisa se adaptar para atender às necessidades das pessoas diferentes, atentando-se para as necessidades de todos, invertendo a concepção existente na Integração, que afirma que as pessoas com deficiência é que necessitam se adaptar aos modelos existentes na sociedade, que faz apenas ajustes. No entanto, esses ajustes, muitas vezes improvisados, não conseguem realmente suprir as necessidades diferenciadas desses alunos, comprometendo a inserção adequada dos mesmos no ambiente escolar, e em consequência à efetividade da aprendizagem.

Segundo Ropoli et al. (2010):

Ao contrário do que se pensa e se faz, as práticas escolares inclusivas não implicam um ensino adaptado para alguns alunos, mas sim um ensino diferente para todos, em que os alunos tenham condições de aprender, segundo suas próprias capacidades, sem discriminações e adaptações (ROPOLI ET al., 2010, p.15).

Conforme os autores mencionam acima, cada aluno possui uma capacidade própria e portanto, as condições de aprendizagens precisam ser adequadas às necessidades de cada um deles.

Assim, percebe-se que a proposta da educação inclusiva está atrelada à questão da acessibilidade, pois a garantia de acesso à escola e ao ensino a todos os alunos somente irá ocorrer, de forma satisfatória, com o nivelamento desses pontos, superando barreiras.

A Declaração Mundial de Educação para Todos, resultado da Conferência de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e o Plano Decenal de Educação para Todos, representam a matriz da política educacional de inclusão. A Declaração Mundial

de Educação para Todos propõe uma educação destinada a satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, a melhoria da qualidade de vida e do conhecimento, e a participação do cidadão na transformação cultural de sua comunidade. Esses conceitos foram aprofundados e divulgados com a Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais, que traz importante modificação nos objetivos e formas de atendimento na educação especial. A meta é incluir todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves ou dificuldades de aprendizagem, no ensino regular (BRASIL. Secretaria de Educação Especial, 2005).

A despeito das propostas apresentadas acima, o paradigma educacional hegemônico das escolas brasileiras ainda é caracterizado pela transmissão, repetição e memorização de informações, que ocorre de forma massiva, padronizada, baseado em padrões e limites de “normalidade” extremamente rígidos e arbitrários. E, por esse motivo, trata-se de um modelo educacional que não suporta as diferenças (GALVÃO E MIRANDA, 2011).

No entanto, segundo Galvão e Miranda (2011), ganham força em nossa sociedade as ideias relativas à valorização da diversidade humana, entre as quais se destacam os princípios e diretrizes da Educação Inclusiva. Dessa forma, se tornam flagrantes, no interior da escola, os conflitos existentes entre esses princípios inclusivos e o paradigma educacional tradicional ainda vigente e hegemônico. O encontro paradoxal entre essas duas realidades e concepções, se traduz em práticas educacionais eivadas de incongruências e contradições. E os professores e demais profissionais da escola se encontram pressionados, divididos e, muitas vezes, perdidos entre esses dois tipos de realidades, contraditórias entre si.

No intuito de minimizar esses conflitos, a Conferência Nacional de Educação 2010 (CONAE), na área específica da Educação Especial visa garantir as condições políticas, pedagógicas e financeiras para uma Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso, na escola, aos/às alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades – superdotação – na educação básica e na educação superior e se refere também à ampliação da formação continuada dos profissionais da educação em todos os níveis e modalidades de ensino (COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2010).

Atualmente, construir uma escola em uma perspectiva inclusiva, que atenda adequadamente a estudantes com diferentes características, potencialidades e ritmos de aprendizagem é um dos grandes desafios dos sistemas educacionais. No entanto, não basta apenas oferecer aos alunos o acesso à escola. Necessário se faz ministrar um ensino que seja de qualidade para todos, que atenda às reais necessidades dos educandos, sendo essencial a existência de abertura para um trabalho pedagógico efetivo, com a diferença, presente nos educandos em geral. Para isso, é imprescindível investir, dentre outros fatores, na formação inicial dos profissionais de educação para atuação com a diversidade do alunado, e também na formação continuada, para manutenção da qualidade do atendimento, incluindo nesse contexto os educandos que apresentam deficiência, altas habilidades/ superdotação e transtornos globais do desenvolvimento (MARTINS, 2012).

De acordo com Pimentel (2012), a ausência de conhecimento do professor sobre as peculiaridades das deficiências, o não reconhecimento das potencialidades destes estudantes e a não flexibilização e adaptação do currículo podem ser considerados fatores determinantes para barreiras atitudinais, práticas pedagógicas distanciadas das necessidades reais dos educandos e resistência com relação à inclusão. A referida autora afirma que a ausência de uma formação específica traz para a escola, principalmente para os docentes, uma sensação de impotência, de não saber como agir diante da diferença trazida à escola pela inclusão.

O novo paradigma da educação escolar a ser construído necessita dar conta, portanto, das necessidades de todos os alunos, com ou sem deficiência, e não da realização de um ensino especial para alguns alunos. Para que essa nova dinâmica educacional possa ir tornando-se realidade, é necessário que ocorram movimentos concretos em direção à desconstrução das estruturas rígidas e centralizadoras da escola tradicional, ao mesmo tempo em que os profissionais da educação se apropriem de novas possibilidades e lógicas no processo educativo (GALVÃO, 2013).

Dessa forma, para a efetivação da Inclusão, é imprescindível, segundo os autores mencionados, o investimento na formação específica inicial e continuada dos profissionais da educação, visando à melhora na qualidade do atendimento de todos os alunos.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS ESTRATÉGIAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Amabile (2012) considera que Políticas Públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. São de responsabilidade da autoridade formal legalmente constituída para promovê-las, porém tal encargo vem sendo cada vez mais compartilhado com a sociedade civil, mediante o desenvolvimento de variados mecanismos de participação no processo decisório. Ele afirma que as Políticas Públicas são uma concretização da ação governamental. Considera atores formais e informais num curso de ação intencional que visa ao alcance de determinado objetivo. Podem ser constituídas com uma função distributiva, redistributiva ou regulatória e inspiram o constante debate sobre a modernização do Estado e, dessa forma, vêm se fundando mais em estruturas de incentivo e menos em estruturas de gastos governamentais.

O autor citado acima ainda infere que o estudo das Políticas Públicas considera quatro etapas principais: formulação, implementação (execução), monitoramento e avaliação. Este desenho esquemático permite a visualização desde a inclusão da Política Pública na agenda governamental até a avaliação de sua real efetividade, consoante a finalidade que se proponha. Entretanto, não reflete a improvisação caótica que normalmente marca as Políticas Públicas latino-americanas, passíveis de evolução mediante a integração de esforços científicos à prática.

Políticas Públicas representam a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. Os atores das Políticas Públicas são os grupos que integram o Sistema Político, apresentando reivindicações ou executando ações. Eles participam do processo de discussão, criação e execução das Políticas Públicas e são formados basicamente pelos setores “estatais” (oriundos do governo ou do Estado) e pelos setores “privados” (oriundos da sociedade civil) (CALDAS, 2008).

Dye (2005) realizou um estudo sobre modelos para analisar Políticas Públicas. Ele infere que modelo é uma representação simplificada de algum aspecto do mundo real. O autor afirma que os modelos utilizados para estudá-las são modelos conceituais, que visam a: simplificar e esclarecer as ideias das pessoas sobre Política e Políticas Públicas; identificar

aspectos importantes de questões político-sociais; auxiliar na comunicação, focalizando as características essenciais da vida política; possibilitar uma melhor compreensão das Políticas Públicas, sugerindo o que é importante e o que não é importante, propor explicações para as mesmas e prever suas conseqüências.

Entendendo que estratégia é a forma de implementação da Política Pública, será descrito aqui o modelo de processo de Dye (2005), com a finalidade de auxiliar no entendimento da Política Pública em estudo nesta pesquisa e na compreensão da dimensão em que a mesma será analisada. O autor afirma que alguns cientistas políticos tentaram agrupar várias atividades com base em sua relação com as Políticas Públicas, resultando em um conjunto de processos político-administrativos que usualmente segue o seguinte esquema geral:

- Identificar problemas:  
Tornar manifestas as demandas, para a ação governamental.
- Montar agenda para deliberação:  
Escolher as questões a serem decididas e os problemas a serem tratados.
- Formular propostas de políticas:  
Desenvolver propostas de políticas, para resolver as questões e os problemas.
- Legitimar políticas:  
Selecionar uma proposta → Articular apoio político para ela → Transformá-la em lei.
- Implementar políticas:  
Organizar burocracias.  
Prestar serviços ou prover pagamentos.  
Criar impostos.
- Avaliar políticas:  
Estudar os programas.  
Relatar os *outputs* (saídas) dos programas governamentais.  
Avaliar os impactos dos programas sobre os grupos-alvo e sobre os outros grupos e propor mudanças e ajustes.



Dessa forma, esse esquema permite visualizar as etapas do processo político, através das atividades: identificação de problemas, organização de agenda, formulação, legitimação, implementação e avaliação.

Segundo Dye (2005), apesar do enfoque estreito do modelo de processo, ainda assim se trata de um modelo útil para a compreensão das várias atividades envolvidas na formulação e implementação de políticas. Entretanto, as relações entre processo e conteúdo necessitam ainda ser pesquisadas.

De acordo com Kielmann; Silveira; Souza (2011), a implantação e implementação de Políticas Públicas para as pessoas com deficiência exige a compreensão constitutiva do processo histórico que circunda as mesmas, sendo preciso aproximar-se das variáveis relacionadas a essa população, permitindo assim ações mais efetivas.

Depreende-se, dessa forma, que na implementação das Políticas Públicas voltadas para os alunos com deficiência, há a necessidade de uma maior aproximação entre os formuladores dessas políticas e os seus beneficiários, devido à própria especificidade nas características desses alunos.

No entanto, apesar do avanço em conceitos e significados, ainda é necessário haver uma melhor articulação das Políticas Públicas e de ações práticas entre os setores governamentais que desenvolvem essas políticas, para que os alunos com deficiência possam ter acesso aos recursos necessários ao seu processo de aprendizagem, com o desenvolvimento de estratégias adequadas.

### **2.2.1 Conceitos de Estratégia**

A palavra estratégia teve sua origem na Grécia Antiga, significando, inicialmente, “arte do geral” (STEINER e MINER, 2001). Posteriormente, adquiriu uma conotação voltada para a guerra, passando, em seguida, a assumir o sentido de habilidades administrativas (liderança, oratória, poder), na época de Péricles (450 a.C).

Mintzberg e Quinn (2000) afirmam que a depender do contexto no qual é empregada, a estratégia pode ter o significado de políticas, objetivos, táticas, metas, programas, entre

outros, o que evidencia a variedade de conceitos que a palavra pode assumir. No entanto, essa diversidade pode ocasionar uma sobreposição de conceitos.

Segundo Maximiano (2012), de forma geral, estratégia é um termo utilizado no mundo contemporâneo, com o significado de escolha de meios para realização de objetivos. O autor afirma que no início do século XX, o conceito de estratégia e as técnicas de administração chegaram às empresas. Nos anos 60, iniciou-se a transição do conceito de política de negócios para planejamento de longo prazo e daí para estratégia corporativa e planejamento estratégico.

Maximiano (2012), afirma que a estratégia estabeleceu-se como disciplina bem definida a partir da década de 60, englobando todos os tipos de organizações. Em seguida, consolidou-se o conceito de Administração estratégica, o processo que compreende o planejamento estratégico e a implementação estratégica.

Planejamento estratégico → Implementação estratégica → Acompanhamento

e avaliação da estratégia.

O Planejamento compreende o processo de elaboração da estratégia e a Implementação a etapa prática que se desdobra em meios e objetivo.

Dessa forma, a realização de um planejamento criterioso é fundamental na elaboração das estratégias de uma organização, o que possibilitará maior probabilidade de sucesso na implementação das mesmas. No caso das Políticas Públicas, além de bem delineadas e estruturadas, há a necessidade do desenvolvimento de estratégias bem planejadas e em consonância com os objetivos e finalidades das organizações que irão implementá-las, com a realização de um adequado monitoramento.

Assim, Barretta e Canan (2012) afirmam que não é suficiente a constituição de uma Política Pública educacional bem definida, com conteúdo bem construído, formulado; o importante e imprescindível é trabalhar para que a política aconteça, contemplando de forma efetiva o processo de desenvolvimento e aprendizagem do principal sujeito da esfera educacional: o aluno.

Dessa maneira, é preciso que haja uma correspondência entre as Políticas Públicas formuladas e a implementação das mesmas, levando-se em consideração o contexto e vivências dos locais em que as mesmas serão aplicadas.

Heidemann e Salm (2009), afirmam que no caso da Educação, precisam ser criadas políticas de Estado e não políticas de Governo, para que a implementação das políticas educacionais ocorram de acordo com as necessidades reais da escola. Segundo os autores referidos, as políticas de Estado teriam caráter particularmente estável e inflexível e obrigariam todos os governos de um Estado em particular a implementá-las, independentemente dos mandatos que os eleitores lhes confiassem, em momentos históricos distintos, características essas que as diferenciam das políticas de Governo.

De acordo com Schneider (1986), os estudos de implementação de políticas podem direcionar seu foco tanto para a identificação de variáveis que sejam necessárias ou suficientes à implementação bem-sucedida, quanto para uma finalidade mais aplicada, que segundo o autor, é a identificação dos fatores específicos que ameaçam a implementação de um programa em particular. Os estudos mais aplicados de implementação têm por objetivo descrever os progressos alcançados em termos de implementação adequada e corrigir deficiências de implementação.

Segundo Schneider (1986), os estudos de implementação direcionam a atenção do pesquisador para o escopo das atividades (especialmente a população-alvo, e se a repartição está efetivamente provendo os serviços às pessoas ou às áreas especificadas nas diretrizes ou na legislação) para o nível das atividades, para o custo por unidade, para a integridade teórica dos programas e para os efeitos imprevistos sobre outras operações da repartição. O autor explica que integridade teórica refere-se a uma análise dos procedimentos operacionais do programa, com a finalidade de determinar se os mesmos são consistentes com as teorias que, se espera, produzam as metas desejadas pela política.

Com relação à etapa de avaliação da política, Schneider (1986), afirma que a mesma envolve a análise de programas ou políticas, em termos de seu nível de desempenho, que pode ser determinado em termos de conceitos indicados nominalmente na legislação pertinente ou nas diretrizes, ou em relação às expectativas da clientela, ou pela identificação das prováveis consequências, tanto positivas quanto negativas. O autor afirma que o objetivo principal da

avaliação e de outros tipos de pesquisa referentes a políticas é introduzir conhecimentos no processo de tomada de decisão visando à melhoria do desempenho do governo. Dessa forma, depreende-se que é preciso dar atenção considerável às necessidades informacionais em cada parte do sistema, sendo essencial que aqueles que conduzem avaliações relativas a políticas compreendam a situação política na qual se conduz o estudo e possuam conhecimento completo do programa e de seus impactos potenciais.

### **2.2.2 Marcos Regulatórios da Educação Inclusiva**

Atualmente existe uma considerável legislação a respeito das Políticas Públicas de educação especial, na perspectiva inclusiva, que se constituem, em nível nacional: na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), no Decreto nº 3.289/1999, na Lei nº 10.172, de 2001, na Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, na Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 1/2002, na Lei nº 10.436 de 2002, no Decreto nº 5.626/2005, na Resolução CNE/CEB nº 4/2009, no Decreto nº 7.611/11 e no Decreto nº 7.612/11 e em nível internacional na Declaração de Salamanca, realizada entre 07 e 10 de junho de 1994, em Salamanca na Espanha e a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão (2001). Essa relação, no entanto, não é exaustiva.

A Declaração de Salamanca (1994) destacou que as políticas educacionais precisariam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. Ela afirma que para crianças com necessidades educacionais especiais há a necessidade da existência de uma rede de apoio contínua, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola incluindo, caso necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo.

A Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão (2001) dispõe que o acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e liberdades fundamentais das pessoas. A comunidade internacional reconheceu a necessidade de garantias adicionais de acesso para certos grupos e o Congresso Internacional "Sociedade Inclusiva" convocado pelo Conselho Canadense de Reabilitação e Trabalho apela aos governos, empregadores e trabalhadores bem como à sociedade civil para que se comprometam com, e desenvolvam o desenho inclusivo em todos os ambientes, produtos e

serviços, com o objetivo de identificar e implementar soluções de estilo de vida que sejam sustentáveis, seguras, acessíveis, adquiríveis e úteis.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) define no Art. 205, a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No seu Art. 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições, de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e no Art. 208, inciso III, garante como dever do Estado, a oferta de atendimento educacional especializado, às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

O Art. 227 da CF de 1988 dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, de forma prioritária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O § 1º, inciso II determina que o Estado promova a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas com deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem com deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação (BRASIL, 1988).

A Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. O seu Art. 2º determina que cabe ao Poder Público e seus órgãos assegurarem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, já se referindo à questão da Inclusão, além dos direitos à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, entre outros (BRASIL, 1989).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 dispõe no Título II, no seu Art. 3º, que o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; No Título III, no Art. 4º, determina que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

O Capítulo V da referida Lei informa, no seu Art. 58 que a educação especial, para os efeitos da mesma, refere-se à modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. No § 1º dispõe que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, visando atender às peculiaridades da clientela de educação especial. No § 2º enfatiza que o atendimento educacional será realizado em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996).

A Lei nº 10.172, de 2001 aprova o Plano Nacional de Educação, que estabelece vinte e oito objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, tais como: incluir nos currículos de formação de professores, nos níveis médio e superior, conteúdos e disciplinas específicas para a capacitação ao atendimento dos alunos especiais e incentivar, durante a década, a realização de estudos e pesquisas, especialmente pelas instituições de ensino superior, sobre as diversas áreas relacionadas aos alunos que apresentam necessidades especiais para a aprendizagem (BRASIL, 2001).

A Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 1/2002, que define que as universidades devem prever em sua organização curricular formação dos professores voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002).

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras, como meio legal de comunicação e expressão e estabelece, em seu Art. 4º, que o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus

níveis médio e superior, o ensino da Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente (BRASIL, 2002b).

A relevância dos professores conhecerem e utilizarem a Libras na escola está na contribuição que este fator representa para o aprendizado dos alunos surdos, sendo importante que a escola ofereça um ambiente educacional estimulante aos mesmos a fim de que possam explorar e desenvolver as suas potencialidades.

O Decreto nº 5.626, de 2005, dispõe sobre os aspectos relativos à Libras. Ele determina no seu Art. 14 que as instituições federais de ensino devem garantir às pessoas surdas, acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior. No Art. 23, destaca que as instituições federais de ensino devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL, 2005a).

A resolução do Conselho Nacional de Educação, nº 4/2009 institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. No Art. 1º informa que para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2009).

O Art. 2º da referida resolução dispõe que o AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno através da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. De acordo com o artigo, são considerados recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos

materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços (BRASIL, 2009a).

O Decreto nº 7.611/11, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado, afirma ser dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial (as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação) a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação, com a adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, realizadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena. O referido decreto também dispõe que a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização das pessoas público-alvo da mesma (BRASIL, 2011a).

O Decreto nº 7.612/11 institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência- Plano Viver sem Limite, que cria estratégias para o acesso à Educação, inclusão social, garantia de acessibilidade e atenção à saúde, como a garantia de equipamentos públicos de educação acessíveis para as pessoas com deficiência e a oferta de capacitação e qualificação profissional a estas pessoas para a ampliação da participação das mesmas no mercado de trabalho (BRASIL, 2011b).

O Plano Plurianual Mais Brasil (PPA 2012-2015) é um instrumento de planejamento da ação de governo previsto pelo Artigo 165 da Constituição Federal. Na sua Dimensão Tática, no que se refere à seção de **Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência**, afirma que o Brasil é reconhecido internacionalmente por sua atuação no campo dos direitos humanos, na defesa de valores como dignidade e combate à discriminação, sendo, dessa forma, um dos países que dispõe de legislação específica sobre pessoas com deficiência. (BRASIL, 2012a).

O PPA informa que o Decreto nº 6.215/2007 determinou o Compromisso pela Inclusão de Pessoas com Deficiência. Com esse decreto, buscou-se fomentar a plena inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do País, com vistas a eliminar todas as formas de discriminação. O Compromisso é composto por ações prioritárias voltadas para as áreas de reabilitação, oficinas de órteses e próteses, acessibilidade na habitação e no entorno das escolas, mobilidade urbana, sistema de transporte, educação inclusiva, capacitação de



professores e disponibilização de salas de recursos multifuncionais, campanhas educativas, além do incentivo à qualificação profissional e à empregabilidade. Dessa forma, depreende-se que a articulação institucional é primordial para que os programas governamentais possam ser pensados e executados considerando a transversalidade que caracteriza a Política Pública voltada para a inclusão desse público (BRASIL, 2012a).

Dessa forma, percebe-se que nos últimos anos, o Brasil tem avançado no Marco Regulatório, que prevê a promoção dos direitos das pessoas com deficiência por meio de Políticas Públicas que buscam valorizar a pessoa como cidadã, respeitando suas características e especificidades. O movimento de Inclusão das pessoas com deficiência ganhou importância no Brasil, repercutindo em avanços sociais para todos. Vários grupos de pessoas com deficiência passaram a reivindicar políticas com o lema: **“nada sobre nós sem nós”**, sendo este um marco decisivo na história desse movimento (BRASIL, 2012b).

Apesar da existência do Marco Regulatório a respeito da Educação Inclusiva, do reconhecimento internacional do Brasil na área dos Direitos Humanos, a questão da inclusão escolar das pessoas com deficiência ainda é uma questão a ser estudada, a fim de possibilitar o aperfeiçoamento e a manutenção do sistema inclusivo de forma coesa e consistente. A realidade da inclusão educacional nas escolas regulares ainda se encontra distante da descrita na Lei.

### **2.3 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO ESCOLAR**

A acessibilidade é uma palavra que vem do latim “accessibilitate” e significa a qualidade do que é acessível, do que tem acesso; facilidade, possibilidade na aquisição, na aproximação. (DICIONÁRIO AURÉLIO, 2013).

Segundo Alves (2009), a acessibilidade é uma característica que define (quantifica e qualifica) a facilidade de acesso entre bens, pessoas e atividades. O conceito da acessibilidade inclusiva e universal implica reunir esforços para que os ambientes permitam cada vez mais o acesso dos cidadãos, não só a espaços físicos, como também desenhar os ambientes para que se reduzam os obstáculos materiais, culturais e jurídicos a fim de potencializar o exercício da cidadania.

Dessa forma, no desenho desses ambientes, é utilizado o conceito de Desenho Universal ou Desenho para Todos, que visa à concepção de objetos, equipamentos e estruturas do meio físico, destinados a ser utilizados pela generalidade das pessoas, sem a utilização de projetos adaptados ou especializados. O seu objetivo é o de simplificar a vida de todos, quaisquer que seja a idade, estatura ou capacidade, tornando os produtos, as estruturas, a comunicação/informação e o meio edificado utilizáveis pelo maior número de pessoas possível, a baixo custo ou sem custos extras, para que todas as pessoas e não só as com deficiência, mesmo que temporárias, possam integrar-se totalmente numa sociedade inclusiva (INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, 2010).

As acessibilidades abrangem um conjunto muito diverso de realidades que vão desde as ajudas técnicas até o acesso aos edifícios. Para essa finalidade, têm sido adotados legislações e planos de ação, que obrigam as entidades públicas e privadas a garantir a acessibilidade nos espaços públicos, nos equipamentos coletivos e edifícios públicos, nos transportes, na informação e na comunicação, incluindo as novas tecnologias de informação.

**Figura 3-** Acessibilidade



Fonte: <http://www.acesopcd.blogspot.com>

A figura 3 retrata os símbolos internacionais das pessoas com deficiência auditiva, pessoas com deficiência visual e pessoas com deficiência física. O lema da imagem: acessibilidade – direito de todos, reafirma o direito dessas pessoas a uma convivência digna em sociedade, visto que a acessibilidade é um direito básico, garantido pela Lei n° 10.098 de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL,2000b)

A Conferência Nacional de Educação (2010) destaca que a democratização da educação não se limita ao acesso à Instituição educativa. Além do **acesso**, que é, certamente, a porta inicial para a democratização, torna-se necessário, também, garantir que todos/as os/as que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso. Dessa forma, a democratização da educação visa garantir também a **permanência** de todos/as no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade (COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2010).

Assim, na proposta da educação inclusiva, a acessibilidade para os alunos com deficiência necessita ser global, de acordo com as necessidades específicas de cada um, englobando tanto a superação de barreiras arquitetônicas, quanto educacionais, comunicacionais e culturais.

Observa-se que a consolidação de um sistema inclusivo nas escolas apenas será possível com a construção de ambientes acessíveis, que removam barreiras físicas, educacionais, legais e atitudinais, a fim de garantir aos alunos com deficiência o direito à Educação com qualidade. Verifica-se também que o tema acessibilidade é bastante discutido e regulamentado.

## 2.4 ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Segundo Sasaki (2005), na adequação dos sistemas escolares às necessidades dos alunos, precisam ser consideradas as diversas dimensões/tipos de acessibilidade, tais como:

- **Acessibilidade arquitetônica:** sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos.
- **Acessibilidade comunicacional:** sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, *notebook*, etc.) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).
- **Acessibilidade metodológica:** sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, etc.).

- **Acessibilidade instrumental:** sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, etc.) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais etc.).
- **Acessibilidade programática:** sem barreiras invisíveis embutidas em Políticas Públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc.) e em normas em geral.
- **Acessibilidade atitudinal:** através de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Dessa forma, as dimensões descritas acima necessitam ser consideradas ao se refletir sobre as estratégias de acessibilidade nos sistemas escolares para alunos com deficiência, a fim de favorecer a permanência desses alunos na escola. Nesse trabalho, as acessibilidades metodológica e instrumental são incluídas nas estratégias educacionais.

A garantia da acessibilidade contribui para a autonomia, segurança e mobilidade das pessoas com deficiência. A autonomia é importante para que as pessoas se desenvolvam e, dessa forma, é fundamental haver a garantia de que qualquer cidadão possa utilizar os equipamentos, mobiliários e espaços edificados com independência, ou seja, sem barreiras de acesso, transporte, circulação, comunicação, uso, interpretação pelos sentidos e linguagens ou sem que tenha sua privacidade invadida ou deflagrada qualquer forma de discriminação. A acessibilidade com segurança permite que os equipamentos, mobiliários, espaços e componentes construídos sejam concebidos de forma a evitar qualquer tipo de acidente, agindo de forma preventiva e corretiva nas hipóteses de erro, levando em conta as diversas deficiências físicas, sensoriais e intelectuais (RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público, 2010).

O Desenho Universal é uma estratégia que torna possível a concretização da acessibilidade, promovendo, por extensão a inclusão social. Os sete princípios do desenho universal foram desenvolvidos por peritos do Centro de Desenho Universal, da Universidade da Carolina do Norte, em 1997, com o objetivo de apoiar a concepção de produtos utilizáveis,

sem adaptação, por todas as pessoas. Essa concepção pode ser aplicada na avaliação de desenhos já existentes, guiar o processo de desenho e educar desenhistas e consumidores sobre as características de produtos e ambientes usáveis e mais ajustados às necessidades de todos (CRPG, 2008).

Os princípios do Desenho Universal são: uso equitativo, uso flexível, uso simples e intuitivo, informação perceptível, tolerância ao erro, pouca exigência de esforço físico e tamanho e espaço adequado para aproximação e uso (RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público, 2010).

## **2.5 O CONTEXTO LEGAL DA ACESSIBILIDADE NO BRASIL**

Ao ser verificada a legislação brasileira acerca da acessibilidade são encontradas a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, a Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, o Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 e o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Inicialmente, destaca-se a Lei nº 7.405 que torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas com deficiência e dá outras providências. A lei especifica a colocação do símbolo, de forma visível, apenas em edificações que ofereçam condições de acesso natural ou por meio de rampas construídas com as especificações contidas na lei (BRASIL, 1985).

A lei citada acima também especifica os locais e serviços, nos quais a colocação do símbolo deve ser obrigatória, sendo observados os critérios da ABNT. Dentre esses locais podem ser citados a sede dos Poderes Executivo, legislativo e judiciário, no Distrito Federal, nos Estados, Territórios e Municípios; prédios onde funcionem órgãos ou entidades públicas quer de administração ou de prestação de serviços; edifícios residenciais, comerciais ou de escritórios; estabelecimento de ensino em todos os níveis; hospitais, clínicas; bibliotecas, supermercados, além de todos os veículos de transportes coletivos, com o oferecimento de vagas adequadas a pessoas com deficiência.

**Figura 4** - Símbolo Internacional de Acesso



Fonte: <http://www.saisconsultoria.wordpress.com>

A Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, aos idosos com idade igual ou superior a 60 anos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo, nas repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos, que estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato a essas pessoas (BRASIL, 2000a).

O Art. 4º da referida Lei determina que os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o uso desses locais pelas pessoas com deficiência.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Ela define acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, pela pessoa com deficiência ou com

mobilidade reduzida (BRASIL, 2000b). Observa-se que a autonomia é um aspecto destacado na Lei.

O Art. 23, da Lei acima citada, dispõe que a Administração Pública direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso. O Art. 24 dispõe também que o poder público promoverá campanhas informativas e educativas dirigidas à população em geral, com a finalidade de conscientizá-la e sensibilizá-la quanto à acessibilidade e à integração social da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Observa-se a preocupação da Lei com a cultura inclusiva.

O Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, regulamenta as Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 10 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências (BRASIL, 2004).

O referido decreto especifica o cumprimento da aprovação de projeto de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra, quando tenham destinação pública ou coletiva; a aprovação de financiamento de projetos com a utilização de recursos públicos, dentre eles os projetos de natureza arquitetônica e urbanística, os tocantes à comunicação e informação e os referentes ao transporte coletivo, por meio de qualquer instrumento, tais como convênio, acordo, ajuste, contrato ou similar.

Ele também determina que os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Considera-se para os efeitos deste decreto:

I - pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60; ou a ocorrência simultânea de qualquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- 1- Comunicação;
- 2- Cuidado pessoal;
- 3- Habilidades sociais;
- 4- Utilização de recursos da comunidade;
- 5- Saúde e segurança;
- 6- Habilidades acadêmicas;
- 7- Lazer; e
- 8- Trabalho

e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências; e

II - pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção (BRASIL, 2004).

Ao destacar as condições gerais de acessibilidade, o Decreto nº 5.296 de 2004 define:

- ❖ **Acessibilidade:** significa a condição para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- ❖ **Barreiras:** qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação;



- ❖ **Ajuda técnica:** são os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia, adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal;
- ❖ **Desenho universal:** significa a concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

Este Decreto dispõe que na promoção da acessibilidade, serão observadas as regras gerais previstas no mesmo, complementadas pelas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e pelas disposições contidas na legislação dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.

O decreto também determina que a construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público deve garantir, pelo menos, um dos acessos ao seu interior, com comunicação com todas as suas dependências e serviços, livre de barreiras e de obstáculos que impeçam ou dificultem a sua acessibilidade. Os teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, casas de espetáculos, salas de conferências e similares reservarão, pelo menos, dois por cento da lotação do estabelecimento para pessoas em cadeira de rodas, distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, próximos aos corredores e devidamente sinalizados.

É determinado também que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. A instalação de novos elevadores ou sua adaptação em edificações de uso público ou de uso coletivo, na qual haja obrigatoriedade da presença de elevadores, deve atender aos padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT. É obrigatória também a existência de sinalização visual e tátil para orientação de pessoas com deficiência auditiva e visual, em conformidade com as normas técnicas citadas.

Percebe-se, dessa maneira, a importância desse decreto nas questões relativas à acessibilidade das pessoas com deficiência. O seu cumprimento é fundamental nas escolas inclusivas, a fim de permitir a permanência com êxito dos alunos com deficiência.

No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), fundada em 1940, é o Fórum Nacional de Normalização, e elabora as normas brasileiras (NBR). Essas Normas ditam as especificações para a construção de ambientes acessíveis. A ABNT está organizada em Comitês Brasileiros, Organismos de Normalização Setorial e Comissões de Estudo Especiais Temporárias, que são orientados a atender ao desenvolvimento da tecnologia e a participar, de forma efetiva, na normalização internacional e regional (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

Normas técnicas são conjuntos de especificações aplicáveis a produtos, serviços, processos, sistemas de gestão, pessoal, enfim, nas mais diversas áreas, podendo estabelecer requisitos de qualidade, de desempenho e de segurança, mas também estabelecer procedimentos, padronizar formas, dimensões, tipos, usos, fixar classificações ou terminologias e glossários, definir a maneira de medir ou determinar as características, como os métodos de ensaio (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, 2012).

A Norma NBR 9050, de 2004, versa acerca da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Essa Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação desses elementos às condições de acessibilidade, visando proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente. Ela define acessibilidade como a “Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

A norma citada acima é a que será utilizada nesse estudo como parâmetro para a verificação da acessibilidade arquitetônica do Instituto, mediante a mensuração da sua infraestrutura.

O Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O presente Decreto relembra os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, que reconhecem a dignidade e os direitos iguais e

inalienáveis de todos os membros da família humana como o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo (BRASIL, 2009a).

Verifica-se que existe uma considerável legislação no Brasil acerca da acessibilidade, sendo perceptível que as escolas públicas brasileiras ainda têm que superar muitas barreiras para se tornarem inclusivas.

## **2.6 ESTRATÉGIAS ARQUITETÔNICAS, EDUCACIONAIS E COMUNICACIONAIS**

As decisões estratégicas de uma empresa precisam ser consistentes e estar em consonância com a missão e os objetivos da organização. A implementação das Políticas Públicas de educação inclusiva será efetiva a partir da existência de estratégias adequadas que permitam o alinhamento entre teoria e prática.

As estratégias que visam à acessibilidade de alunos com deficiência, em escolas inclusivas, são as que objetivam a eliminação de barreiras arquitetônicas, educacionais e comunicacionais, sendo assim descritas:

### **2.6.1 Estratégias Arquitetônicas**

- Acessibilidade espacial e adequação do mobiliário escolar, de acordo com as normas da ABNT.

Esse direito pode ser verificado na Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000b). Dessa forma, no contexto da escola, os alunos com deficiência podem utilizar os espaços, mobiliários e equipamentos da mesma com segurança e autonomia.

Estudos e estratégias de acessibilidade arquitetônica foram desenvolvidos por outros Institutos Federais visando tornar a infraestrutura existente nos mesmos mais adequada e acessível aos alunos com deficiência.

Freitas (2009) realizou um trabalho intitulado “Acessibilidade nos Espaços Físicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe” a fim de analisar as

condições de acessibilidade dos alunos com deficiência, visando uma posterior intervenção junto à equipe diretiva. Nesse estudo, a autora aponta a necessidade de melhorias nas condições de acessibilidade na Instituição pesquisada, contribuindo para viabilizar a educação, a inclusão escolar e social desses alunos. Quanto às queixas referentes à acessibilidade dos espaços físicos do IFET-SE, as categorias que obtiveram uma maior frequência de respostas foram: presença de obstáculos, aquisição/manutenção de equipamentos e materiais e ampliação de espaços.

O Instituto Federal Farroupilha, *campus* Santo Augusto, organizou uma comissão responsável pela acessibilidade arquitetônica no Instituto, composta pelo representante da infraestrutura do *campus*, pelo Diretor de Administração, por membros do TI e membros do NAPNE. Esse grupo fica responsável por analisar as plantas de projetos de ampliação arquitetônica, bem como tornar acessível a estrutura já existente a fim de tornar o acesso dos alunos com NEE, mais seguro e autônomo (ALMEIDA ET AL., 2013).

### **2.6.2 Estratégias Educacionais e Comunicacionais**

As estratégias educacionais e comunicacionais, referidas abaixo, relacionadas à acessibilidade de alunos com deficiência, são embasadas na CF/88, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), na Resolução do Conselho Nacional de Educação, nº 4/2009, na Lei nº 10.098/2000, no Decreto nº 6.949/2009, no decreto nº 5.626/2005, no Projeto de Lei nº 5.732/13 e demais Leis à cerca do assunto.

- Manutenção de uma sala de apoio com recursos multifuncionais, para atendimento aos alunos com deficiência

Esta estratégia está pautada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 que dispõe no Título III, Art. 4º, ser dever do Estado com a educação escolar pública a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades específicas, preferencialmente na rede regular de ensino e pela Resolução do Conselho Nacional de Educação, nº 4/2009, que institui diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica.

- Oferta de tecnologia assistiva aos alunos com deficiência

Essa estratégia encontra respaldo na Lei nº 10.098/2000, que no Cap. VIII: Disposições sobre Ajudas Técnicas, Art. 20, afirma que “o Poder Público promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas” e no Decreto nº 6.949/2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Esse decreto reconhece que a deficiência é um conceito em evolução e que a remoção das barreiras devidas às atitudes e ao ambiente permitirá a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH/PR, em novembro de 2006, através da portaria nº 142, instituiu o Comitê de Ajudas Técnicas - CAT, que reúne um grupo de especialistas brasileiros e representantes de órgãos governamentais, em uma agenda de trabalho para a resolução de questões referentes à tecnologia assistiva.

- Acompanhamento pedagógico, psicológico, nutricional e de serviço social aos alunos com deficiência

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 dispõe no Título II, do Art. 3º, que o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, e dessa maneira, o acompanhamento pedagógico, psicológico, nutricional e de serviço social necessita ser ofertado a todos os alunos, no contexto da escola inclusiva.

- Oferta de Interpretes de LIBRAS aos alunos surdos

O decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 dispõe no seu Art. 14 que as instituições federais de ensino devem garantir às pessoas surdas, acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior. No Art. 23, destaca que as instituições federais de ensino devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais (BRASIL, 2005a).

Dessa forma, a Instituição, visando facilitar o acesso à comunicação, à informação e à educação ao aluno surdo em sua trajetória acadêmica, proporcionará ao mesmo os serviços de Tradutor e Intérprete de Libras, preferencialmente de forma individualizada.

- Oferta de Transcritores de Braile aos alunos cegos

A CF/88 estabelece no Art. 206, inciso I, a “igualdade de condições, de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino, e dessa forma, a oferta de transcritores de braile aos alunos cegos possibilita o processo de aprendizado desses alunos na escola.

O Projeto de Lei nº 5732/13, do Senado, que regulamenta a profissão de **transcritor e revisor de textos em braile**, torna obrigatória a presença desses profissionais na atividade de produção de textos em braile para fins comerciais, educacionais ou culturais.

- Capacitações dos servidores na área de Educação Inclusiva

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9.394/1996), afirma que os sistemas de ensino devem se adaptar para realizar um atendimento adequado às pessoas com necessidades específicas, e dessa forma, os servidores precisam possuir capacitação em educação inclusiva, a fim de realizarem um atendimento eficiente a estas pessoas na escola.

Com relação aos professores, além da formação inicial a respeito da educação especial e educação inclusiva, os mesmos necessitam receber também formação continuada, que os possibilitem reciclar e complementar os conhecimentos necessários para atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas, flexibilizando a ação pedagógica.

No entanto, a efetiva implementação das estratégias mencionadas acima, somente será possível com a realização de um adequado monitoramento das mesmas, e principalmente, conforme Ropoli et al. (2010), com a remoção também de barreiras atitudinais e culturais, a fim de tornar possível a real acessibilidade aos alunos com deficiência. As mudanças de atitude e culturais em uma Instituição podem ser obtidas mediante a oferta aos servidores, de capacitações na área de educação inclusiva, visando à desmistificação a respeito do assunto e à progressiva quebra de paradigmas, além do desenvolvimento de projetos institucionais na área de inclusão escolar.

### 2.6.3 Estratégias Educacionais e Comunicacionais dos Institutos Federais

Nesse caso, também se verifica que a CF/88, no Art. 206, inciso I, dispõe que a escola deve oferecer “igualdade de condições, de acesso e permanência na escola”, e dessa forma, o desenvolvimento de projetos em educação inclusiva é uma estratégia que contribui para a consecução dessa disposição constitucional.

Existem ações de acessibilidade educacionais e comunicacionais realizadas por outros Institutos federais que visam à garantia das estratégias especificadas acima.

O Instituto Federal do Amazonas (IFAM) criou em 2007, o Projeto Curupira, com o objetivo de promover a acessibilidade no IFAM. O termo curupira faz alusão ao ser mitológico indígena, popular no folclore brasileiro, que é o protetor das caças e dos animais indefesos. Ele vive no corpo de um menino; tem os calcanhares voltados para frente e os dedos para trás. Através do Blog do Curupira podem ser visualizadas todas as ações que promovem a acessibilidade no IFAM.

Esse projeto visa à mudança de barreiras arquitetônicas, atitudinais, pedagógicas e comunicacionais. Ele busca como objetivos e resultados: promover ações de sensibilização, interação e valorização das pessoas com deficiência, junto à comunidade do IFAM; orientar, pedagógica e psicologicamente, professores e técnicos da Instituição, no que se refere ao atendimento de pessoas com deficiência e incentivar, junto aos graduandos dos cursos superiores do IFAM, o desenvolvimento de instrumentos didáticos e a busca de soluções arquitetônicas que promovam a acessibilidade, a mobilidade e a integração da pessoa com deficiência.

No Instituto existem materiais pedagógicos voltados à educação inclusiva; cursos profissionalizantes de curta duração; oferta da disciplina de Educação Inclusiva para todos os cursos de licenciatura e tecnológico; oferta de curso de formação de professores em Educação Especial de 180 h para professores da comunidade interna e externa; núcleo de tecnologia assistiva APOEMA/IFAM, no qual alguns dos materiais pedagógicos foram criados; criação da primeira tabuada de Libras do Brasil e o lançamento de um livro de audiodescrição (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS, 2013).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano elaborou a Política da Diversidade e Inclusão do IF Baiano, em 2012, que é o resultado da consulta a diversos documentos legais que versam sobre as políticas afirmativas, bem como da participação coletiva dos diversos segmentos dessa Instituição e assegura o compromisso com as Políticas Públicas de Estado, associando a Política da Diversidade e Inclusão com a Política de Assistência Estudantil.

Mediante essa política serão desenvolvidos ações e programas integrados ao campo do ensino, da pesquisa e da extensão, visando à consagração da cultura dos direitos fundamentais à dignidade humana, da melhoria da qualidade educacional, da defesa da formação de valores essenciais para o convívio em sociedade e da garantia de direitos à igualdade de tratamento e de oportunidades.

Dentre os Programas de Diversidade e Inclusão, se encontra o Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (PAPNE), que assegurará o direito dessas pessoas no que diz respeito ao acesso, à permanência e à saída exitosa do Instituto, na perspectiva da emancipação e da inserção no mundo do trabalho.

O PAPNE tem como objetivo a mediação, junto aos campi, do cumprimento da legislação pertinente, de modo a que sejam assegurados: o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em turno diferenciado, para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de tecnologia assistiva; o redimensionamento do contexto educacional, adequando técnicas, estratégias, materiais e currículo às necessidades específicas dos (as) estudantes; acessibilidade para as pessoas com deficiência: infraestrutural, recursos materiais e/ou humanos e outras medidas necessárias para garantir a permanência e a continuidade dos estudos e a garantia da existência em cada espaço educativo de um Tradutor (a) /Intérprete de Libras e da disciplina Libras nos cursos de Licenciatura, além da formação de recursos humanos na área. Os NAPNE dos campi do IF Baiano serão responsáveis por articular a implementação das demandas do PAPNE e terão composição multidisciplinar (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, 2012).

O NAPNE do Instituto Federal do Espírito Santo, campus Serra (2009), no informativo “Acessibilidade e Inclusão Acadêmica do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais



no IFes”, apresenta orientações para auxílio aos alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação e Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD).

Para o auxílio aos alunos cegos, por exemplo, o informativo relata a existência do sistema Braille para a leitura e escrita, o sorobã, para cálculos matemáticos e a bengala ou o cão-guia, para auxiliar na sua locomoção. Relata que existem também softwares específicos, como leitores de tela para que os alunos tenham acesso a computadores e tecnologias específicas, como o comando de voz para o uso de elevadores, etc.

Com relação aos alunos surdos, alerta sobre a importância da denominação dada aos mesmos, indicando que o aluno que não ouve deve ser chamado de surdo, riscando-se da agenda palavras como: surdo-mudo, surdinho, mudinho. Informa que uma grande quantidade de surdos não conhece a Língua Portuguesa e se comunica apenas por meio de Libras, e assim ressalta a importância do Intérprete de Língua de Sinais e da busca pelo conhecimento da mesma pela comunidade escolar.

Além dessas orientações, o informativo oferece dicas gerais de convivência com pessoas com necessidades educacionais especiais; indicação de filmes sobre diversidade e deficiência e um breve relato acerca da legislação sobre diversidade.

Dentre as ações do NAPNE/ES, entre 2009 e 2010, houve realizações como a coordenação do Projeto INCLUIR/MEC - IFES, com a oferta de capacitações sobre educação inclusiva para professores, servidores, alunos e a aquisição de equipamentos com Tecnologia Assistiva (inclusiva) para a Instituição; a criação de uma oficina de Libras e de um Banco de Dados de Sinais em Libras utilizado pelo aluno surdo no Curso Técnico em Informática (filmado) (INSTITUTO FEDERAL DO ESPIRÍTO SANTO, 2009).

O NAPNE do Instituto Federal Farroupilha – *campus* Santo Augusto, realiza diversas estratégias para o acompanhamento dos alunos com deficiência. Uma das primeiras ações do NAPNE, quando o estudante chega à instituição, é conhecer sua história pregressa, contextualizando as condições sociais, econômicas e culturais em que está inserido. Esses elementos dão sustentação aos memoriais fazendo com que os profissionais possam contextualizar os alunos e entender o porquê de suas dificuldades e procurar caminhos para amenizá-las. Os alunos do *campus* apresentam dificuldades de convivência, socialização e aprendizagem, causando uma especulação dos professores por parte de alguns alunos. Dessa forma, o NAPNE desenvolve atividades de formação aos professores envolvidos nesse processo de ensino e aprendizagem, visando contribuir com os professores, gestores e alunos,

no sentido de colocar à disposição dados coletados e analisados bem como quais os tipos de adaptações necessárias para dar acesso e permanência a alunos com necessidade especiais (ALMEIDA et al., 2013).

Os autores afirmam que os profissionais do núcleo possuem diferentes formações e dessa forma, foi criada uma estratégia que visa contemplar o que cada um sabe, com a divisão da equipe em dois segmentos: tecnologias e parte pedagógica. Assim, os profissionais que trabalham com a área de informática ficaram responsáveis por elaborar, testar e implementar diferentes tecnologias para o ensino dos alunos NEE, já os profissionais da parte pedagógica tem como atividade analisar os CIDs dos alunos, pesquisar sobre as deficiências (item também realizado pelo segmento tecnológico), pensar em estratégias e atividades adaptadas para dar suporte aos professores. Ainda dentro das atividades realizadas pelos membros do NAPNE, há a divisão dos alunos entre os mesmos, onde cada um deles se torna “padrinho (a)” de um aluno. Esse profissional tem o papel de conversar com os professores e acompanhar o desenvolvimento do aluno.

No auxílio à aprendizagem aos alunos com NEE, existem diversos recursos sendo desenvolvidos especificamente para determinadas necessidades como: acompanhamento das aulas com os acadêmicos; auxílio nas atividades inerentes ao ensino aprendizagem, bem como realização da tradução e interpretação em Libras para alunos surdos e transcrição das atividades propostas pelos professores através da linguagem braile para os alunos cegos; confecção, adaptação e organização de materiais mediante a orientação dos professores e necessidades apresentadas pelos acadêmicos com deficiência visual, cegos e surdos; orientação e acompanhamento das atividades com diferentes softwares; aplicação de provas adaptadas (com tempo diferenciado, leitura ou interpretação em Libras aos alunos surdos, bem como redução de questões e demais alterações devido às especificidades do aluno).

O Instituto Federal de Sergipe, *campus* Itabaiana, realizou as oficinas “Promovendo Atitudes Inclusivas no Instituto Federal de Sergipe – Campus Itabaiana”, promovidas pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). O objetivo principal das oficinas foi possibilitar aos servidores a reflexão acerca das atitudes inclusivas no sentido de conscientizá-los e incentivá-los a aceitar as diferenças resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, além de discutir estratégias que viabilizem a construção de uma escola que acolha e possibilite o acesso e a permanência de

todos os alunos da instituição, além de sensibilizar os servidores quanto ao papel de cada um na construção de uma escola inclusiva (CAMPOS, 2013).

A autora afirma que as oficinas foram realizadas entre 2012 e 2013 e tiveram como principais abordagens as diferenças humanas, a inclusão da pessoa com deficiência na escola e a função de cada um no processo de inclusão social. Na metodologia, foram adotadas estratégias de aprendizagem, tais como dinâmicas de grupo, exibição de filme, exposição e discussão sobre os temas acima citados. Utilizaram-se ferramentas como autoavaliação, imagens, jogo de perguntas e respostas como atividades iniciais, com o objetivo de verificar o conhecimento prévio dos participantes sobre deficiência e Inclusão.

Campos (2013), afirma que as oficinas serviram como ferramentas de autoavaliação, utilizadas para medir a acessibilidade atitudinal do campus Itabaiana, provocando servidores quanto ao processo de inclusão da pessoa com deficiência no ambiente escolar. De acordo com a autora, a partir das reflexões e compartilhamento da experiência, os participantes puderam vencer preconceitos e substituir sentimentos como medo, pena, raiva ou repulsa, por empatia, solidariedade e respeito. Nas oficinas, visando facilitar a convivência social da pessoa com deficiência na escola, foram desenvolvidas junto aos participantes sugestões práticas de como se comportar perante a mesma.

Percebe-se dessa forma, a mobilização de diversos Institutos Federais no sentido de elaborar estratégias de acessibilidade para os alunos com deficiência, auxiliando com as suas ações na construção de um ambiente inclusivo nos Institutos, visando deixar de realizar apenas a integração desses alunos e passar a realizar a inclusão educacional dos mesmos. Essas mudanças de atitude favorecem a existência da cultura da inclusão e o estímulo à pró-sociabilidade dos servidores.

As estratégias de acessibilidade do *campus* de Salvador do IFBA serão tratadas no capítulo de Dimensões Metodológicas.

## **2.7 ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA (TA)**

O modelo tradicional de educação, surgido em torno do século XIX, baseado na memorização e repetição, de alguma forma, podia dar conta das necessidades do homem e das

sociedades em outros momentos da história. No entanto, esse modelo vem tornando-se, hoje, cabalmente inútil e anacrônico, devido às mudanças ocorridas no mundo. Atualmente, emerge a Tecnologia Assistiva (TA) como uma área do conhecimento e de pesquisa que tem se revelado como um importante horizonte de novas possibilidades para a autonomia e inclusão social dos alunos com deficiência (GALVÃO e MIRANDA, 2011).

Segundo GALVÃO (2009), com os desafios de uma sociedade permeada por novas possibilidades e exigências, de uma Sociedade do Conhecimento, que se faz realidade no mundo de hoje, surgem novos ambientes de interação e aprendizado, possibilitados pelas tecnologias, em que emergem fatores estruturantes de diferentes alternativas e concepções pedagógicas. O autor infere sobre a existência de uma nova dimensão e tipo de tecnologia que vem sendo crescentemente estudado nos dias de hoje, e que também aponta para a autonomia e independência do ser humano, como sujeito dos seus processos e para a construção de uma Escola Inclusiva, chamada Tecnologia Assistiva, utilizada como mediadora, instrumento ou ferramenta, para o “empoderamento”, para a atividade autônoma e para a equiparação de oportunidades, da pessoa com deficiência, na sociedade atual. Apesar de a expressão TA ser recente, a humanidade já utilizava recursos de TA desde os primórdios da história, com a improvisação de instrumentos como a utilização de um pedaço de pau como bengala, entre outros.

Manzini (2005) afirma que:

Os recursos de tecnologia assistiva estão muito próximos do nosso dia-a-dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de tecnologia assistiva uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência (MANZINI, 2005).

De acordo com Galvão (2009), existe um número incontável de possibilidades, de recursos simples e de baixo custo, que podem e precisam ser disponibilizados aos alunos com necessidades educacionais especiais, conforme as suas necessidades específicas, nas salas de aula inclusivas, tais como: suportes para visualização de textos ou livros; fixação do papel ou caderno na mesa com fitas adesivas; engrossadores de lápis ou caneta confeccionados com

esponjas enroladas e amarradas ou com punho de bicicleta ou tubos de PVC “recheados” com epóxi; substituição da mesa por pranchas de madeira ou acrílico fixadas na cadeira de rodas; órteses diversas, e inúmeras outras possibilidades.

O Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), instituído pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH/PR, através da Portaria nº 142, de 16 de novembro de 2006 é formado por especialistas e representantes dos distintos órgãos governamentais envolvidos com a temática. O CAT tem as seguintes responsabilidades: elaborar e aprovar o Regimento Interno e o Plano de Ação do Comitê de Ajudas Técnicas; monitorar o cumprimento das ações e medidas constantes no Plano de Ação do Comitê de Ajudas Técnicas; apresentar propostas de políticas governamentais e parcerias entre a sociedade civil e órgãos públicos referentes à área de Tecnologia Assistiva; estruturar as diretrizes da área de conhecimento; realizar levantamento dos recursos humanos que atualmente trabalham com o tema; detectar os centros regionais de referência em Tecnologia Assistiva, objetivando a formação de rede nacional integrada e estimular a criação de centros de referência nas esferas federal, estadual e municipal; além do desenvolvimento de outras ações com objetivo de formar recursos humanos qualificados na área. O CAT tem a seguinte definição de Tecnologia Assistiva:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (CBTA, 2007, s.p.).

Dessa forma, depreende-se do conceito acima que a Tecnologia Assistiva (TA) engloba não apenas produtos e equipamentos tecnológicos, mas também metodologias, estratégias, serviços e práticas que objetivam a promoção da funcionalidade nas atividades da vida diária das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, visando a autonomia e a interação social das mesmas. Nessa concepção mais ampla, a TA apresenta um caráter interdisciplinar, sendo objeto de estudo em diferentes áreas do conhecimento.

Segundo Bersch et al (2008), o termo TA é utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência, devendo ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou que possibilitará a realização da função desejada e

que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento. A autora considera que o objetivo maior da TA é proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho.

Assim, percebe-se o valor do uso da tecnologia na facilitação do processo de aprendizagem de todos os alunos, principalmente dos alunos com deficiência.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) auxiliaram na evolução da tecnologia assistiva, produzindo ambas um importante impacto social.

Bersch et al. (2008), informam que existem várias classificações de TA desenvolvidas para finalidades distintas. A classificação de TA apresentada pelos autores possui uma finalidade didática e leva em consideração outras classificações:

- a) Auxílios para a vida diária e vida prática. Ex: materiais escolares adaptados e barras de apoio;
- b) CAA - Comunicação Aumentativa e Alternativa. Ex: pranchas de comunicação;
- c) Recursos de acessibilidade ao computador. Ex: softwares leitores de texto (OCR);
- d) Sistemas de controle de ambiente;
- e) Projetos arquitetônicos para acessibilidade. Ex: Banheiro adaptado;
- f) Órteses e próteses. As órteses são peças colocadas junto a um segmento corpo, garantindo-lhe um melhor posicionamento, estabilização e/ou função e as próteses são peças artificiais que substituem partes ausentes do corpo;
- g) Adequação Postural. Ex: estabilizadores ortostáticos, adaptação em cadeira;
- h) Auxílios de mobilidade. Ex: cadeira de rodas elétrica;
- i) Auxílios para cegos ou para pessoas com visão subnormal. Ex: softwares leitores de tela, impressoras braile;
- j) Auxílios para pessoas com surdez ou com déficit auditivo. Ex: sistemas com alerta tátil-visual;
- k) Adaptações em veículos. Ex: rampas para cadeiras de rodas.

De acordo com Galvão (2009), a inclusão social da pessoa com deficiência, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e a Tecnologia Assistiva (TA), são três

realidades que vêm apresentando avanços acelerados nos últimos tempos, os quais têm proporcionado mudanças sociais significativas, tanto pela nova consciência e os novos paradigmas que emergem na sociedade nos dias de hoje, quanto pelos próprios avanços da ciência e das tecnologias em geral. Ele afirma que existem diferentes formas de classificar e sistematizar as maneiras de utilização das tecnologias e optou por utilizar a classificação de Santarosa (1997), conforme indicado no Anexo A.

## **2.8 CULTURA E INCLUSÃO ESCOLAR**

A inclusão escolar pode ser considerada como uma estratégia para a afirmação da coesão social, no sentido de minimizar os conflitos e reduzir a diversidade de interesses e visões àqueles passíveis de serem assimilados pela sociedade dominante. O caráter normatizador e monocultural da escola termina por incluir excluindo, os diferentes, de uma forma subalternizada, aqueles que não correspondem às visões hegemônicas sobre o que se espera de um aluno, de uma aluna. Dessa forma, a perspectiva da educação intercultural se apresenta como fundamental para se promover a inclusão numa lógica emancipadora, que articule políticas de igualdade com políticas de reconhecimento (CANDAUI, 2012).

De acordo com Candau (2012), em inúmeras pesquisas desenvolvidas, a constatação do caráter homogeneizador e monocultural das culturas escolares é recorrente e afirma:

A escola continua predominantemente privilegiando um referente cultural único, reconhecendo conhecimentos provenientes de uma única tradição epistemológica e sociocultural como legítimos e dignos de integrar o currículo escolar e estratégias didático-metodológicas homogêneas. (CANDAUI, 2012, p.05).

No entanto, a autora informa que apesar dos inúmeros constrangimentos, são desenvolvidas por muitas escolas e professores/as práticas pedagógicas que expressam buscas e possibilidades da construção de culturas escolares plurais sintonizadas com o que se chama “reinvenção da escola” e, nessa perspectiva, consideram-se de especial relevância as contribuições da educação intercultural.

Na atualidade, a realidade das escolas públicas regulares ainda não permite essa “reinvenção da escola”, pois as carências ainda são muitas, apesar das conquistas e dos esforços de alguns profissionais.

Segundo Imbernón (2006), constata-se a evolução das instituições educacionais ao longo dos séculos, entretanto essa evolução ocorreu sem que houvesse o rompimento com conceitos instalados desde a sua origem: “centralista, transmissora, seletora, individualista”.

Nesse contexto, Pérez Gómez (2001), afirma que cultura consiste no “conjunto de significados, expectativas e comportamentos compartilhados por um determinado grupo social, o qual facilita e ordena, limita e potencia os intercâmbios sociais, as produções simbólicas e materiais e as realizações individuais e coletivas [...]”.

Azambuja, Souza e Pavão (2012), acreditam que o modelo atual de formação de professores, em geral, pode ser repensado para que o desenvolvimento profissional desses futuros educadores, voltados para trabalhar com a diversidade, realmente se concretize. Os autores afirmam que essa realidade pode ser alcançada por meio de ações de Políticas Públicas, aliadas ao comprometimento profissional docente. Segundo os autores, a cultura inclusiva implica o repensar permanentemente e não momentâneo ou transitório sobre questões como: as relações educacionais, a estrutura escolar e a formação docente, existindo, atualmente, o desafio de formar professores inclusivos capazes de interagir em uma sociedade cada vez mais complexa, dinâmica e marcada pela atenção à diversidade e pelo desenvolvimento social e econômico dos novos tempos.

Os processos formativos de professores precisam considerar a história de vida e cultura dos mesmos, ao ser trabalhada a cultura inclusiva, facilitando assim a sua compreensão. Isso estimula a pró-sociabilidade desses docentes.

Segundo Koller (1997), alguns teóricos da Psicologia concordam que a pró-sociabilidade revela aspectos psicológicos positivos e sadios da personalidade dos indivíduos, e tem sido considerada como a base de uma vida civilizada. Ele afirma que programas de educação pró-social podem promover o desenvolvimento humano e a cidadania.

Aznar-Farias e Oliveira-Monteiro (2006), afirmam que desde a década de 1980, estudos sobre pró-socialidade, educação voltada para comportamentos pró-sociais e prevenção de



comportamentos anti-sociais vêm sendo desenvolvidos na Espanha, na Argentina e na antiga Tchecoslováquia, mediante trabalhos que dão seguimento aos primeiros estudos das ciências sociais da década de 1970, voltados para os fenômenos chamados “positivos” das relações humanas, denominados condutas pró-sociais em oposição às condutas anti-sociais.

O termo sociabilidade, de acordo com o dicionário Aurélio (2013), significa a qualidade do que é sociável; tendência para a vida em sociedade, em comunidade; modos de quem vive em sociedade. O termo relaciona-se ainda com as ideias de civilidade, urbanidade e afabilidade.

As autoras Aznar-Farias e Oliveira-Monteiro (2006), relatam que a pró-sociabilidade configura-se como um conjunto integrado de ações e atitudes que podem voluntariamente ser exercitadas e vividas, contribuindo para a solidariedade humana. Ela funciona como um eixo para a reciprocidade positiva nas relações interpessoais, auxiliando no desenvolvimento da saúde emocional e mental.

Koller (1997) considera que um programa de educação para a pró-sociabilidade pode ser entendido como Educação para a Cidadania, que objetiva esclarecer as pessoas e solidificar seus limites legais como cidadãos de uma nacionalidade e como participantes de um grupo social comunitário. Ele afirma que as práticas educacionais atuais, em geral, direcionam o comportamento dos estudantes para seus próprios interesses, como se observa nas competições, premiações por melhores notas e atitudes e salienta que na promoção do sentido de comunidade, comportamentos pró-sociais podem ser obtidos evidenciando que os integrantes de uma comunidade são interdependentes e que apenas mediante a cooperação, a colaboração, a troca e a reciprocidade, pode ser garantida uma qualidade de vida melhor a todos. Assim, na escola, um colega pode ajudar o outro na sua tarefa, ensinar a utilizar um aparelho novo, indicar a localização de algumas salas a alunos novos no ambiente, entre outras ações.

Dessa forma, na construção de uma escola inclusiva, a oferta de um programa de educação para a pró-sociabilidade de toda a comunidade acadêmica contribui para a formação de um ambiente mais acolhedor e acessível aos alunos com deficiência, solidificando a cultura da inclusão.

## 2.9 INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DA ACESSIBILIDADE ESPACIAL

O Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas (2009) infere, com relação à acessibilidade espacial, que a mesma significa bem mais do que apenas poder chegar ou entrar num lugar desejado, sendo também necessário que a pessoa possa situar-se, orientar-se no espaço e que compreenda o que acontece, a fim de encontrar os diversos lugares e ambientes com suas diferentes atividades, sem precisar fazer perguntas. Um lugar acessível precisa permitir, através da maneira como está construído e das características de seu mobiliário, que todos possam participar das atividades existentes e que utilizem os espaços e equipamentos com igualdade e independência na medida de suas possibilidades. Devido à existência de diversos tipos de barreiras, são indicados quatro aspectos que necessitam ser considerados para permitir a acessibilidade espacial: orientação espacial, deslocamento, uso e comunicação (BRASIL, 2009b).

O Manual propõe soluções que permitem a acessibilidade em cada ambiente da escola, conforme indicado a seguir:

**Quadro 02** - Do portão à porta de entrada da escola

A entrada de pedestres é separada da entrada de carros.	A porta de entrada é visível desde o portão, sendo facilmente identificada pela marquise em cor forte.
O caminho de pedestres é bem pavimentado, com piso regular, antiderrapante e não-ofuscante.	Há rampa, para vencer desníveis, ao longo do caminho ou na porta de entrada.
Não há obstáculos ao longo da circulação.	As vagas possuem pavimentação regular e estão sinalizadas com pintura no piso e placa de identificação.
Existe piso tátil direcional, para guiar as pessoas com deficiência visual até a porta da escola, quando o caminho for muito amplo.	As vagas para pessoas com deficiência possuem pavimentação regular e estão sinalizadas com pintura no piso e placa de identificação.

Fonte: BRASIL (2009)

**Quadro 03** - Recepção e salas de atendimento

O balcão de atendimento é visível a partir da entrada, está sinalizado e possui duas alturas.	Existem placas em Braille ao lado das portas e na altura das mãos, identificando os ambientes.
As circulações estão livres de obstáculos.	Placas indicam o caminho a seguir para os demais ambientes da escola.
Existe espaço de espera para pessoas em cadeira de rodas.	Existe um mapa tátil que represente o esquema da escola.
O piso, as paredes e os móveis possuem cores contrastantes.	Existe piso tátil direcional que conduza até o mapa tátil.
Todos os ambientes estão identificados por letras grandes, com contraste de cor e relevo.	

Fonte: BRASIL (2009)

**Quadro 04** - Corredores

Os corredores possuem largura suficiente para a quantidade de pessoas que os utilizam.	A sinalização das portas é em letras grandes e contrastantes.
Há reentrâncias nas paredes para abrigar bebedouros.	Existe, ao lado das portas e na altura das mãos, sinalização em Braille.
A altura do bebedouro permite a aproximação de uma cadeira de rodas e o uso por pessoas com baixa estatura.	O rodapé é largo e em cor contrastante com o piso.
As portas são coloridas, destacando-se da cor das paredes.	O piso é antiderrapante, regular e está em boas condições.
As portas são largas, possuem visor e maçanetas em forma de alavanca, em altura confortável.	Placa indica a saída e outras direções importantes.

Fonte: BRASIL (2009)

**Quadro 05** - Escadas e rampas

As escadas são largas, com degraus em tamanhos confortáveis e com pisos antiderrapantes, firmes e nivelados.	As rampas são largas e possuem pisos antiderrapantes, firmes e nivelados, com inclinação adequada para subir e descer em cadeira de rodas.
As escadas e as rampas possuem patamares sem obstáculos a cada mudança de direção.	Os corrimãos são contínuos, confortáveis dos dois lados das escadas e rampas, e estão instalados em duas alturas.
Os degraus possuem bordas em cor contrastante.	Existem guias de balizamento, ao longo das rampas, que não possuem parede lateral.
As escadas e as rampas possuem piso tátil de alerta em seu início e fim.	Em vez de construir uma rampa, pode-se instalar um elevador.

Fonte: BRASIL (2009)

**Quadro 06** - Salas de aula

O piso, as paredes e os móveis possuem cores contrastantes,	O quadro-negro e o mural possuem altura acessível ao alcance de alunos menores ou em cadeiras de rodas.
Existe mesa adequada para aproximação e uso de alunos em cadeira de rodas.	A sala possui janelas amplas que possibilitam a boa iluminação.
Essa mesa localiza-se em um corredor mais largo e é possível posicioná-la em qualquer local na fileira.	Aberturas em janelas opostas permitem ventilação cruzada.

Fonte: BRASIL (2009)

**Quadro 07** - Laboratórios e Salas de Artes

O piso, as paredes e os móveis possuem cores contrastantes.	As prateleiras permitem que os objetos sejam alcançados por todos os usuários.
Há espaço livre para circulação entre os móveis.	Substâncias ou instrumentos perigosos estão em armários fechados.
As mesas e as pias são livres de obstáculos que impedem a aproximação de pessoas em cadeira de rodas e possuem altura adequada ao uso de pessoas com baixa estatura.	As torneiras são em forma de alavanca e facilitam o manuseio.

Fonte: BRASIL (2009)

**Quadro 08** - Biblioteca

As mesas não possuem obstáculos para aproximação de uma cadeira de rodas e têm altura adequada ao uso de pessoas com baixa estatura.	O balcão de empréstimo é acessível a todos, inclusive pessoas com baixa estatura e em cadeira de rodas
Os corredores entre as estantes são largos.	O piso, as paredes e os móveis possuem cores contrastantes.
A altura das prateleiras permite que todos alcancem os livros.	Ambiente bem ventilado e iluminado.

Fonte: BRASIL (2009)

Observa-se que as soluções propostas pelo Manual são abrangentes e procuram elevar a acessibilidade, se aplicadas, facilitando a utilização dos espaços e equipamentos da escola pelos alunos com deficiência.

## CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem como objetivo descrever os procedimentos metodológicos nos quais se baseiam este trabalho, a indicação do *locus* e sujeitos da pesquisa, além da caracterização dos instrumentos de coleta e análise de dados.

### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa.

De acordo com Martins (2006), as avaliações qualitativas ou pesquisas qualitativas, como geralmente são denominadas, são caracterizadas pela descrição, compreensão e interpretação dos fatos e fenômenos, em contrapartida à avaliação quantitativa, denominada pesquisa quantitativa, onde predominam as mensurações.

Quanto aos objetivos: pesquisa descritiva. Nesta pesquisa são descritas as estratégias implementadas no *campus* de Salvador do IFBA, que visam a execução de Políticas Públicas para a garantia da acessibilidade de alunos com deficiência.

Quanto aos procedimentos: realizou-se um Estudo de Caso, baseado em pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas e observação. Na pesquisa bibliográfica foram utilizados como fontes de informações: livros, artigos e relatórios da Instituição.

Na pesquisa documental foram utilizados o Regimento Geral do *campus* de Salvador do IFBA (2014), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2009-2013), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI, 2013), a Política de Assistência Estudantil (PAE) do *campus* de Salvador do IFBA (2014), o edital de inscrição do processo seletivo dos anos de 2010 a 2014 do IFBA e projetos da CAPNE relacionados à Educação Inclusiva. Ressalta-se que esses são os documentos institucionais relevantes existentes no *campus* relacionados à Educação Inclusiva e acessibilidade, não tendo sido encontrados outros documentos e mais projetos relacionados ao assunto.

Na pesquisa da legislação foram verificadas as Leis referentes às Políticas Públicas de Educação Especial, na perspectiva Inclusiva, que se constituem, em nível nacional: na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), no Decreto nº 3. 289/1999, na Lei nº 10.172, de 2001, na Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, na Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 1/2002, na Lei nº 10.436 de 2002, no Decreto nº 5.626/2005, na Resolução CNE/CEB nº 4/2009, no Decreto nº 7.611/11 e no Decreto nº 7.612/11 e em nível internacional na Declaração de Salamanca de 1994 e na Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão (2001). Houve também a pesquisa da legislação brasileira acerca da acessibilidade, verificando-se a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, a Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, o Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 e o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Na pesquisa empírica foram coletados dados mediante observação, entrevistas, registros fotográficos e coleta de dados numéricos.

Segundo Martins (2006) o Estudo de Caso é uma estratégia de pesquisa que tem como objetivo o estudo de uma unidade social que se analisa profunda e intensamente, e por esse motivo requer a utilização de uma avaliação qualitativa. Trata-se de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real, na qual o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto.

### 3.2 LOCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida no *campus* de Salvador do IFBA, a partir da Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante (DEPAE), em que está situada a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educativas Específicas (CAPNE).

No Estado da Bahia, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica instituiu-se no ano de 1910, a partir da instalação da primeira Escola de Aprendizes Artífices, na Cidade de Salvador, oferecendo cursos nas oficinas de alfaiataria, encadernação, ferraria, marcenaria e sapataria. Com a promulgação da Lei nº 11.892/2008 foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), resultado das mudanças promovidas no antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA). O Instituto possui tradição centenária no ensino técnico-profissional e há mais de uma década no ensino superior, atuando em sintonia com as demandas profissionais do mundo do trabalho, contribuindo para a cultura empreendedora e tecnológica do estado (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, 2013).

O IFBA é uma instituição comparada às universidades, porém possui estrutura diversa, muito mais ampla e oferece cursos em diferentes modalidades de ensino: cursos técnicos (formas integrado, subsequente e Educação de Jovens e Adultos-EJA), cursos superiores de graduação (tecnologia, bacharelados, engenharias e licenciaturas), e cursos de pós-graduação (especializações, mestrados e doutorados, mediante convênios de MINTER E DINTER). Possui, ainda, mais de 40 grupos de pesquisa e projetos de extensão, atendendo a demandas sociais para o desenvolvimento socioeconômico regional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, 2013).

O Instituto tem como missão: “Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, 2013).

O IFBA possui, atualmente, 16 campi e 05 núcleos avançados e com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na Bahia, o objetivo é que o mesmo tenha cinco novos campi até 2014: Brumado, Euclides da Cunha e Juazeiro (onde já existem núcleos avançados do Instituto), além de Lauro de Freitas e Santo Antônio de Jesus.

Do ponto de vista organizacional, o IFBA está estruturado em: uma **Direção Geral**, composta por: um Diretor, um Chefe de Gabinete e um responsável pelo Website; a **Administração**, composta pela Diretoria de Administração e Planejamento (DAP), Departamento de Administração (DEPAD), Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias (DIREC), Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante (DEPAE); **Diretoria de Ensino, Departamentos Acadêmicos:** Ciências humanas e linguagens; Ciências Aplicadas; Tecnologia mecânica e materiais; Tecnologia Eletro-Eletrônica; Administração e processos industriais químicos; **Gerência de Registros Acadêmicos - GRA 2º, GRA 3º, Serviço médico (SMO), Biblioteca, Protocolo, Coordenação de Informática (COINF) e Gráfica.**

O *campus* de Salvador do IFBA possui a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE). Originalmente foi instituído o NAPNE, em 23 de dezembro de 2004, pela Portaria nº 623. A CAPNE tem por finalidade garantir aos alunos com deficiência, as condições específicas que permitam o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFBA. É a coordenação responsável pelo atendimento especializado e acompanhamento dos alunos.

O NAPNE corresponde aos núcleos de acessibilidade previstos no Decreto nº 7.611/2011, e dessa forma, além do ensino e do desenvolvimento das atividades de extensão e pesquisa, também é o responsável por questões relacionadas à acessibilidade. Na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ele surge através do Programa TECNEP, Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educativas Especiais, ligado à SETEC/MEC. Esse programa visa a inserção e o atendimento aos alunos com necessidades educativas específicas, nos cursos de nível básico, técnico e tecnológico, nos Institutos Federais de Ensino (IFES), em parceria com os sistemas estaduais e municipais, bem como o segmento comunitário.

A CAPNE do *campus* de Salvador do IFBA tem como atribuições, acompanhar os alunos com deficiência no seu percurso acadêmico, realizando orientações, adaptando materiais e intervindo em situações específicas, quando se fizer necessário; fornecer recursos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos alternativos aos professores dos alunos com deficiência, a fim de permitir o processo de ensino-aprendizagem, a convivência com a diversidade e o desenvolvimento profissional dos alunos; oferecer suporte para a implantação



de medidas de acessibilidade nos *campi* do IFBA, de forma a permitir o acesso desses alunos aos vários espaços acadêmicos, dentre outras competências (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, 2012).

Ao realizar o acompanhamento dos alunos com deficiência do *campus* de Salvador do IFBA, a CAPNE se propõe a atender às necessidades destes, promovendo o acolhimento de todos. A coordenação atendeu até abril de 2014, um total de 56 alunos com deficiência, sendo alunos da forma Integrada (15), alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA (03), alunos da forma subsequente (04) e alunos do nível superior (34). A equipe da CAPNE é composta por: pedagoga (01), professor de Libras (01) que é o coordenador do setor, psicóloga (01), intérpretes de Libras (01) e transcritoras de Braile (02). A CAPNE realiza as seguintes atividades: atendimentos individuais a estudantes e familiares; esclarecimentos, orientações e intervenções junto à comunidade do IFBA; encaminhamento de alunos cadastrados para seleções em empresas, dentre outras. Além disso, a CAPNE também participa ativamente de eventos que discutem a Inclusão, principalmente na educação profissional e tecnológica.

O *campus* de Salvador do IFBA, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), faz referência à questão da inclusão social, visando a melhoria da assistência a alunos com deficiência (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, 2012). No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFBA (2009-2013), em suas Diretrizes Gerais, em consonância com a missão do IFBA, sua função social e as diretrizes da legislação atual, bem como os programas de governo, apesar de não existir ainda um tópico específico para a CAPNE, são encontradas as seguintes diretrizes referentes às pessoas com deficiência:

- Melhoria constante de infraestrutura em todas as atividades institucionais e investimentos contínuos para promover a acessibilidade às pessoas com necessidades especiais;
- Promover políticas institucionais visando à inclusão social (étnica, gênero, necessidades especiais, etc.).

Na seção de Ensino do PDI, no ponto sobre Políticas de Ensino, entre os objetivos da Instituição, encontram-se:

- Adequar os espaços e tempos escolares às necessidades dos estudantes, em particular aos com necessidades educativas especiais;
- Qualificar os servidores nas atividades acadêmicas relacionadas aos estudantes com necessidades educativas especiais.

Observa-se assim, que há pouco espaço e visibilidade no PDI do *campus* de Salvador do IFBA, relativos aos assuntos relacionados à educação inclusiva e acessibilidade.

A Política de Assistência Estudantil do IFBA, aprovada pelo Conselho Superior em outubro de 2010, traz dentre as suas diretrizes gerais, o Programa de Educação para Diversidade, que tem a finalidade de aprofundar as discussões sobre a equidade no Instituto, garantindo espaços de reflexão sobre diversidade de etnia, gênero, religião, orientação sexual e idade. Este programa visa coibir práticas discriminatórias no cotidiano da Instituição, oriundas da falta de debates e informações. Com relação à CAPNE, foi criado o Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Educativas Específicas, que tem por finalidade garantir aos alunos com deficiência as condições específicas que permitam o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na Instituição, subsidiando as ações da coordenação.

### **3.3 SUJEITOS DA PESQUISA**

A constituição dos sujeitos que participam deste estudo foi realizada considerando o problema de pesquisa a ser investigado e os objetivos da mesma, tendo em vista os pressupostos que visam responder ao problema exposto, agrupando-os em três grupos.

- Grupo1 – Gestores (diretor administrativo, diretor de ensino, coordenadora do DEPAE, coordenador da CAPNE, coordenadora da <sup>1</sup>CONAE, coordenadora da biblioteca, coordenador de Estágios e Egressos, coordenador da <sup>2</sup>COINF);

---

<sup>1</sup>CONAE – Coordenação de Acompanhamento das Atividades de Ensino.

<sup>2</sup>COINF - Coordenação de Informática

- Grupo 2 – Servidores (docentes e técnicos administrativos/Intérpretes de Libras e Transcritores de Braille - terceirizados);
- Grupo 3 – Alunos com deficiência matriculados entre 2009 e 2013.

No Grupo um, encontra-se a categoria dos gestores que inclui como sujeitos os diretores administrativo e de ensino, que participaram da pesquisa a fim de ser verificada a visão dos mesmos acerca da educação inclusiva e as ações de acessibilidade realizadas pelo Instituto; a coordenadora do DEPAE, pelo fato da referida coordenação realizar o atendimento e acompanhamento pedagógico, psicológico, nutricional e de assistência social dos alunos do *campus* de Salvador do IFBA; o coordenador da CAPNE, que é a coordenação que realiza o acompanhamento dos alunos com necessidades educativas específicas e demais atividades inclusivas, visando a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, atitudinais e lingüísticas; a coordenadora da CONAE, pois este setor realiza o acompanhamento das atividades de ensino no Instituto, desenvolvendo também o serviço de achados e perdidos; a coordenadora da biblioteca, devido ao fato dos alunos com deficiência frequentarem esse espaço para estudo e pesquisa de bibliografias; o coordenador de Estágios e Egressos, pois no departamento em que o mesmo se localiza, ocorre a intermediação entre o Instituto e as empresas onde os alunos realizam estágios e o coordenador da COINF, onde é realizada a organização da área de informática.

No Grupo 2, encontra-se a categoria dos servidores, que incluem os docentes que ministram aulas aos alunos com deficiência; os técnicos administrativos que realizam atendimento a esses alunos ou mantêm contato com os mesmos e os Intérpretes de Libras e Transcritores de Braille, que atendem respectivamente aos alunos surdos e cegos do Instituto.

No Grupo 3, encontram-se os alunos com deficiência matriculados no Instituto entre 2009 e 2013 e que representam uma parcela dos beneficiários diretos de melhorias na acessibilidade, sendo, portanto de fundamental importância a coleta de suas opiniões e vivências a respeito da educação inclusiva.

### 3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: formulário para dados documentais e numéricos, roteiros de observação e de entrevistas e registros fotográficos, realizados da seguinte forma:

**Pesquisa documental:** foi realizada análise de documentos como: legislação, relatórios internos e externos, documentos administrativos e programas institucionais, o que trouxe contribuições importantes para o atingimento dos objetivos da pesquisa e conclusões do estudo de caso.

**Observação:** a técnica da observação participante foi utilizada para a coleta de dados de situações referentes a acessibilidade dos alunos com deficiência no Instituto, envolvendo a percepção sensorial do observador. Foi construído um protocolo de observação, com a delimitação do fenômeno a ser estudado, a indicação do que foi observado, os modos de observação e a periodicidade.

**Entrevista:** foi direcionada aos servidores e aos alunos com deficiência da Instituição, sendo utilizada na interpretação da questão em análise e foram realizadas pela autora da pesquisa, no período de novembro de 2013 a janeiro de 2014. Foram realizadas 22 entrevistas aplicadas aos gestores (06), servidores (10) e alunos com deficiência (06), matriculados entre 2009 e 2013. Nas entrevistas para os servidores, as questões foram abertas, em sua maioria, o que propiciou uma maior liberdade de expressão do entrevistado. As entrevistas foram gravadas, com a autorização do entrevistado, sendo posteriormente transcritas e analisadas.

**Registro fotográfico:** esta técnica foi utilizada para registrar as dependências do *campus* de Salvador do IFBA, possibilitando analisar a sua infraestrutura e o mobiliário utilizado pelos alunos com deficiência.

**Coleta de dados numéricos:** foi obtida através de medições de determinadas dimensões da infraestrutura do *campus* e do mobiliário existente, confrontado-as com as normas da ABNT, a fim de verificar a adequação dos mesmos.

Na coleta de dados documentais, foram utilizados fichamentos e formulários que sistematizam informações sobre os elementos da Instituição envolvidos com a inclusão escolar.

Os participantes da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, após elucidações sobre os objetivos da mesma, de acordo com o parecer consubstanciado do CEP, nº 453.507 de 21/10/2013.

### 3.5 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

O tipo de análise utilizado na pesquisa foi a **Análise de Conteúdo**.

Bardin (2010) afirma que a análise de conteúdo representa um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que pode ser aplicado a conteúdos e continentes extremamente diversificados. De maneira geral, a sutileza dos métodos de análise de conteúdo tem por objetivo a superação da incerteza, no sentido de avaliar se a leitura realizada por um indivíduo é válida e generalizável; e o enriquecimento da leitura, aumentando a produtividade e a pertinência da pesquisa.

A referida autora afirma que o interesse da análise de conteúdo não está propriamente na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados. A intenção reside na inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, com a utilização de indicadores. Assim, a análise de conteúdo é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução.

Segundo Bardin (2010), atualmente, de maneira geral, designa-se sob o termo de análise de conteúdo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2010, p. 44).

De acordo com Martins (2006), a análise de conteúdo é uma técnica para se estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva, sistemática e quantitativa, em que o pesquisador busca inferências confiáveis de dados e informações com respeito a determinado contexto, a partir dos discursos escritos ou orais de seus atores. Ela se presta tanto aos fins exploratórios quanto aos de verificação, no intuito de confirmar ou não, proposições e evidências de um Estudo de Caso.

Segundo Martins (2006), pode-se dizer que a análise de conteúdo compreende três etapas fundamentais: a pré-análise, que compreende a coleta e organização do material a ser analisado; a descrição analítica, que se refere ao estudo aprofundado do material, orientado pelas hipóteses e referencial teórico e escolha das unidades de análise (a palavra, o tema, os símbolos, etc.), que posteriormente serão definidas em categorias; e a interpretação inferencial, quando os conteúdos (manifesto e latente) são revelados em função dos propósitos do estudo.

Esta pesquisa utiliza como técnica de análise de conteúdo a análise categorial, que segundo Bardin (2010), funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos, possibilitando, mediante a categorização, a investigação dos temas ou análise temática.

De acordo com Bardin (2010), a análise temática é transversal, ou seja, recorta o conjunto das entrevistas através de uma grelha de categorias projetada sobre os conteúdos, sem levar em conta a dinâmica e a organização, mas a frequência dos temas extraídos do conjunto dos discursos, considerados dados segmentáveis e comparáveis. A autora afirma que a análise temática, através de um sistema de categorias aplica uma teoria-corpo de hipóteses em função de um quadro de referência ao material em análise.

Nessa pesquisa, o processo de análise dos dados qualitativos envolveu os seguintes procedimentos:

- a) Classificação dos documentos institucionais (Regimento Geral do *campus* de Salvador do IFBA (2014), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Política de Assistência Estudantil (PAE) do *campus* de Salvador do IFBA, edital de inscrição do processo seletivo dos anos de 2010 a 2014 do IFBA e programas da CAPNE relacionados à Educação Inclusiva) e da Legislação a respeito das Políticas Públicas em Educação Inclusiva e acessibilidade, após leituras, e demais registros (fotográficos, numéricos) que especificam as estratégias implementadas no *campus* de Salvador do IFBA, visando a execução de Políticas Públicas para a garantia da acessibilidade arquitetônica, educacional e comunicacional de alunos com deficiência;

- b) Organização das informações obtidas no *campus* de Salvador do IBA, relacionadas às estratégias de acessibilidade para os alunos com deficiência, mediante a categorização das unidades relevantes. Na pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: Pesquisa Documental, Roteiro de Observação, Roteiro de Entrevista, Formulários.
- c) Análise das unidades relevantes, com base na metodologia escolhida (Estudo de Caso, de natureza qualitativa), mediante a utilização das seguintes técnicas de tratamento de dados: dados qualitativos – utilização da Análise de Conteúdo, denominada Análise Categorical e dados quantitativos: Frequências Simples.
- d) Síntese e considerações finais da análise feita.
- e) Recomendações sobre as melhores estratégias que visem a ampliação da acessibilidade aos alunos com deficiência, em consonância com as Políticas Públicas e legislações existentes.

Na análise das entrevistas realizadas com gestores (06), servidores (10) - docentes e técnicos administrativos/intérpretes de Libras e transcritores de Braille - terceirizados e alunos com deficiência (06) foi utilizada a técnica de análise de conteúdo denominada análise categorial, com a investigação das seguintes categorias e subcategorias de análise:

- a) Educação inclusiva: visão a respeito da educação inclusiva; ações que necessitam ser implementadas no *campus* de Salvador do IFBA para a realização de uma educação inclusiva efetiva; grau de conhecimento dos Gestores a respeito da legislação vigente sobre a inclusão de pessoas com deficiência;
- b) Infraestrutura atual do *campus* de Salvador do IFBA, na perspectiva da acessibilidade aos alunos com deficiência;
- c) Estratégias educacionais e comunicacionais utilizadas no *campus* de Salvador do IFBA: acompanhamento pedagógico, atividades desenvolvidas pela CAPNE; qualificação dos profissionais em relação à educação inclusiva; contribuições das coordenações/setores para a garantia da acessibilidade dos alunos com deficiência; tecnologia assistiva utilizadas pelos alunos com deficiência; Grupos de pesquisa em educação inclusiva; acompanhamento dos alunos com deficiência, nos estágios em áreas afins aos cursos frequentados pelos mesmos, pelas suas coordenações;

adequação do vestibular do *campus* de Salvador do IFBA às normas de ingresso para pessoas com deficiência; Incentivo no Instituto à cultura da inclusão; dificuldades encontradas pelos servidores no atendimento aos alunos com deficiência.

Para a análise dos dados provenientes das observações na Infraestrutura do Instituto, entre os meses de dezembro de 2013 a fevereiro de 2014, foram avaliados os seguintes itens:

**Acesso principal à edificação:** 1. Rampa (presença da rampa, comprimento, inclinação, largura e piso); 2. Patamar em frente à porta; 3. Corrimão (diâmetro, tipo, altura, distância da parede, localização); 4. Piso externo (superfície regular, estável e antiderrapante); 5. Indicação visual de acessibilidade;

**Sanitários:** 1. Bacia sanitária (altura do assento, barras horizontais, válvula de descarga); 2. Lavatório (altura, comando da torneira, altura livre); 3. Piso (superfície regular, estável e antiderrapante);

**Circulação:** 1. Piso (regularidade da superfície, estabilidade e tipo de piso); 2. Áreas para circulação de cadeira de rodas (largura, área para manobras de rotação); 3. Corrimão e guarda-corpo (diâmetro, tipo, altura, distância da parede, localização); 4. Portas (tipo, material, visor, puxador, largura do vão livre, revestimento ao impacto);

**Estacionamento:** 1. Presença de estacionamento; 2. Piso (regularidade da superfície, estabilidade e firmeza); 3. Localização (proximidade do acesso principal, presença de barreiras ou obstáculos e movimentação entre carros); 4. Quantidade de vagas (reservada às pessoas com deficiência).

**Salas de aula:** 1. Presença de cores contrastantes em piso, as paredes e os móveis; 2. Existência de mesa adequada para aproximação e uso de alunos em cadeira de rodas; 3. Localização e posicionamento; 4. Altura do quadro-negro e o mural (acessível ao alcance de alunos menores ou em cadeiras de rodas); 5. Dimensionamento das janelas e iluminação; 6. Presença de aberturas em janelas opostas que permitem ventilação cruzada.

**Laboratórios:** 1. Presença de cores contrastantes em piso, as paredes e os móveis; 2. Existência de espaço livre para circulação entre os móveis; 3. Ausência de obstáculos nas mesas e pias que impedem a aproximação de pessoas em cadeira de rodas e presença de altura adequada ao uso de pessoas com baixa estatura; 4. Existência de prateleiras acessíveis; 5.



Localização das substâncias ou instrumentos perigosos em armários fechados; 6. Existência de torneiras em forma de alavanca que facilitam o manuseio.

**Biblioteca:** 1. Presença de cores contrastantes em piso, as paredes e os móveis; 2. Ausência de obstáculos nas mesas que impeçam a aproximação de uma cadeira de rodas e existência de altura adequada ao uso de pessoas com baixa estatura; 3. Existência de largura adequada dos corredores entre as estantes; 4. Existência de altura adequada das prateleiras (permite que todos alcancem os livros); 5. Acessibilidade do balcão de empréstimo; 6. Iluminação e ventilação do ambiente.

**Mobiliários: Bebedouros:** 1. Quantidade (acessibilidade por pavimento), localização em rotas acessíveis; 2. Altura e localização da bica; 3. Área de aproximação; **Mesas ou superfícies para refeições ou estudo:** 1. Distribuição (junto às rotas acessíveis e, preferencialmente, distribuídas por todo o espaço); 2. Área de aproximação; 3. Altura; 4. Assentos fixos; **Balcões de atendimento:** 1. Área de aproximação; 2. Balcões de auto-serviço.

Os itens observados foram confrontados com a norma da ABNT NBR 9050 – 2004, que foi o material utilizado como referência dos parâmetros analisados.

A avaliação realizada nesse trabalho não tem como objetivo quantificar o nível de desvio numérico com relação ao estabelecido pela norma, mas apenas mostrar se há adequação dos itens à norma, à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e ao Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. A mensuração e a avaliação dos tópicos foram realizadas pela autora desse trabalho e por um professor de edificações do IFBA, *campus* de Salvador. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados numéricos foram trena milimétrica e jogo de réguas.

### 3.6 ASPECTOS ÉTICOS

Pelo fato desta pesquisa envolver seres humanos, suas percepções e opiniões, o projeto foi submetido ao CEP do IFBA, em julho de 2013, de acordo com a resolução 196/96 MS, resultando no parecer consubstanciado nº 453.507 de 21/10/2013. Os dados obtidos são disponibilizados para fins científicos, sendo vigentes o sigilo e o compromisso ético com os participantes.

## CAPÍTULO 3

Este capítulo objetiva apresentar os resultados dos achados empíricos, no que se refere as estratégias de Políticas de Inclusão, educacionais e comunicacionais do Instituto, na perspectiva dos documentos institucionais e na percepção dos sujeitos da pesquisa sobre as estratégias de acessibilidade do Instituto.

### **4.1 ESTRATÉGIAS DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO, EDUCACIONAIS E COMUNICACIONAIS DO CAMPUS DE SALVADOR DO IFBA, NA PERSPECTIVA DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS**

O **Regimento Geral** do *campus* de Salvador do IFBA (2013) especifica a constituição da **Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante**, que é composta por quatro coordenações: Coordenação de Gestão do Trabalho Pedagógico; Coordenação de Orientação Educacional; Coordenação de Atenção ao Estudante; Coordenação de Acompanhamento de Alimentação e Nutrição do Estudante, e no que concerne à questão da acessibilidade pela **Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas**, que irá realizar atribuições como: cadastramento dos estudantes com necessidades especiais; acompanhamento desses estudantes no seu percurso acadêmico; fornecimento de recursos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos alternativos aos professores dos estudantes com

necessidades especiais e orientação à comunidade acadêmica e aos familiares desses alunos (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, 2013).

O **Projeto Político Institucional (PPI)** do IFBA apresenta o projeto pedagógico do Instituto e traz dentre os seus princípios, a Inclusão, que descreve como: ações afirmativas de inclusão e garantia de acesso para egressos de Escolas Públicas e/ou em situações de vulnerabilidade social, considerando as questões étnico-raciais, assim como das pessoas com deficiências e necessidades educativas especiais. Em suas diretrizes, o projeto também apresenta tópicos que corroboram com esse princípio, que são: melhoria constante da infraestrutura em todas as atividades institucionais, investimentos contínuos para promover a acessibilidade às pessoas com necessidades especiais e promoção de políticas institucionais visando à inclusão social (étnica, gênero, necessidades especiais, etc.) (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, 2013).

O PPI (2013) apresenta na sua Dimensão Político-Pedagógica, ao abordar as Políticas de Ensino, um tópico sobre Inclusão, em que reflete sobre a mesma e conclui que, priorizar a qualidade do ensino é um desafio que precisa ser assumido por todos, sendo necessário investir na infraestrutura dos estabelecimentos educacionais e na formação de professores. Afirma ser necessária a modificação da concepção de educação tradicional e o investimento em recursos pedagógicos, de infraestrutura dos *campi* e na formação de profissionais.

O projeto evidencia a urgência em se utilizar novas práticas pedagógicas que favoreçam a todos os alunos e afirma que a atuação do professor em sala de aula precisa levar em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, como também características pessoais de déficit sensorial, motor ou psíquico, ou de altas habilidades/superdotação. Trata-se de garantir condições de aprendizagem a todos os alunos, seja por meio de incrementos na intervenção pedagógica ou de medidas extras que atendam às necessidades individuais (BRASIL, 1998).

O PPI (2013) afirma que no IFBA, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é ofertado através do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs), que vem sendo desenvolvido nos *campi*. O AEE tem como público alunos com

deficiência, alunos com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotação.

O desafio da educação inclusiva no IFBA, segundo o PPI, passa ainda por uma ressignificação das suas práticas a fim de remover as barreiras atitudinais e arquitetônicas da sua realidade, garantindo não apenas o direito ao acesso dos alunos com deficiência à Instituição, mas também da permanência com êxito desses alunos na mesma (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, 2013).

No sentido de contribuir para o atendimento das necessidades dos alunos, o IFBA possui uma **Política de Assistência Estudantil (PAE)**, que compreende programas, projetos e ações desenvolvidas pelo Instituto, no intuito de favorecer a permanência com mais qualidade a alunos que dela precisarem. Tal política está em consonância com a legislação vigente, tanto com a Constituição Federal (1998) e a Lei de Diretrizes e Bases (1996), quanto a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1993), tendo como princípios a garantia da igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Essa política está embasada no documento “**Diretrizes da Política de Assistência Estudantil do IFBA**”, aprovado pelo Conselho superior do IFBA em 2010 (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, 2013).

A Política de Assistência Estudantil (PAE) possui dez programas, que são:

- Programa de Educação para Diversidade;
- Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas;
- Programa de Assistência à Saúde;
- Programa de Acompanhamento Psicológico;
- Programa de Acompanhamento Pedagógico;
- Programa de Acompanhamento Social;
- Programa de Incentivo à Educação Física e Lazer;
- Programa de Incentivo à Educação Artística e Cultural;
- Programa de Incentivo à Formação de Cidadania.
- Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes (PAAE).

Dos programas elencados acima, apenas o PAAE, que é o único que apresenta sigla, possui seleção socioeconômica, que ocorre mediante ato de inscrição pelo aluno e realização

de triagem do serviço social, para bolsas e auxílios. Os demais programas são universais, qualquer estudante pode participar.

O Programa de Educação para Diversidade tem como objetivo o aprofundamento das discussões sobre equidade na Instituição, garantindo espaços de reflexão sobre diversidade de etnia, gênero, religião, orientação sexual, idade.

O Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas tem a função de apoiar o CAPNE visando garantir aos alunos com deficiência as condições específicas que permitam o acompanhamento das atividades na Instituição.

No edital de abertura de inscrição do processo seletivo dos anos de 2010 a 2013 do IFBA, para os cursos superiores, formas integrada, subsequente e PROEJA, consta, em relação às pessoas com deficiência, que em cumprimento ao Decreto Federal nº 3.298/99, foram disponibilizadas 5% (cinco) das vagas para os candidatos com Necessidades Educativas Especiais. Ele determina que as vagas destinadas a esses candidatos, que não forem preenchidas, retornarão ao quadro geral de vagas.

O edital dos anos referidos acima dispõe, para todas as modalidades, que o candidato com deficiência deverá apresentar Laudo Médico (original), até 72 h (setenta e duas horas) após a efetivação da inscrição, atestando a espécie, o grau ou o nível de deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID. Informa também que o candidato, com deficiência física, deverá marcar, no formulário de inscrição, o campo correspondente à sua deficiência informando o que o impossibilita de fazer a prova de forma convencional para que o IFBA providencie as condições legais para a realização da prova. Essa disposição do edital necessitaria se estender a qualquer candidato com deficiência e não apenas aos candidatos com deficiência física.

O edital de abertura de inscrição do processo seletivo do ano de 2014 do IFBA apresenta também as informações dispostas acima, acrescida de informações mais detalhadas sobre a entrega e encaminhamento do Laudo Médico. Informa que a entrega do mesmo não significa a confirmação para concorrer às vagas reservadas para candidatos com deficiência no processo seletivo, devendo o candidato aguardar a confirmação do IFBA, a fim de que seja verificada a autenticidade do Laudo mediante a realização de perícia médica.

Esse edital traz uma inovação e especifica no tópico “Do Atendimento Diferenciado no Dia da Prova” as informações que os candidatos que necessitarem de atendimento diferenciado no dia da prova devem informar no campo adequado do formulário de inscrição, justificando esse atendimento mediante a apresentação de Laudo Médico emitido nos últimos 12 (doze) meses.

Estão dispostos no edital os atendimentos diferenciados que estarão disponíveis na realização da prova:

- **Ledor:** Serviço especializado de leitura da prova para pessoas com deficiência visual, deficiência física, deficiência intelectual, autismo, déficit de atenção e dislexia. O ledor poderá ser responsável também pela transcrição das respostas do candidato para as folhas de resposta e de redação, quando se mostrar necessário.
- **Transcritor:** Serviço especializado de preenchimento das folhas de resposta e de redação para participantes impossibilitados de escrever ou de preencher essas folhas.
- **Prova ampliada:** Prova impressa em papel A3 (aproximadamente fonte de tamanho 24) para facilitar a leitura por parte de pessoas com baixa visão.
- **Intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais):** Profissional habilitado para mediar a comunicação entre surdos e ouvintes e, no ato da prova, traduzir do português para a Libras o conteúdo abordado, assim como qualquer outra comunicação no ambiente da aplicação da prova.
- **Sala acessível:** Local de prova provido de acessibilidade a pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, rota de acesso sem obstáculos;
- **Sala mais vazia:** Locais de prova indicados para pessoas com deficiência auditiva, deficiência intelectual, transtorno mental grave ou severo, déficit de atenção ou dislexia.
- **Sala de Amamentação:** Locais reservados para a acomodação de crianças em fase de amamentação, acompanhadas de adultos indicados pelo responsável.

O edital ainda informa a relação dos recursos que podem ser utilizados pelos candidatos que utilizarão atendimento diferenciado no dia da prova:

Órteses e próteses, andadores, muletas, cadeiras de rodas (comuns ou motorizadas), aparelhos de amplificação sonora, receptor de implante coclear, máquina Braille, reglete e

punção, soroban, régua de assinatura, bengala, cão-guia, lupa manual, com luz, lupa horizontal.

De acordo com o edital, é responsabilidade do candidato levar esses recursos para o local de prova, e indica que o IFBA está eximido da responsabilidade de fornecer estes recursos, pelo fato dos mesmos serem de uso pessoal.

Com relação ao tempo de realização da prova, o edital indica que todos os candidatos que utilizarão o atendimento diferenciado terão direito ao tempo adicional de 60 minutos (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, 2013).

A análise dos documentos Institucionais acima revela a maior atenção dispensada pelo Instituto às questões que concernem à educação inclusiva e acessibilidade, mediante a criação da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas e do Projeto Político Institucional (PPI), que contempla dentre os seus princípios a Inclusão, com a melhoria contínua da infraestrutura do *campus* e a promoção de políticas institucionais. O PPI afirma ser necessário priorizar a qualidade do ensino, com investimentos na formação de professores e em recursos pedagógicos, e demonstra, além disso, a preocupação do Instituto em modificar o paradigma educacional tradicional ainda vigente, que não abarca as diferenças. O PPI incentiva a utilização de novas práticas pedagógicas que considerem as características pessoais de todos os alunos e a satisfação de suas necessidades, favorecendo assim o aprendizado de todos. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um recurso que está sendo desenvolvido pela CAPNE, visando auxiliar a vida acadêmica dos alunos que atende.

No entanto, os educadores do Instituto sabem das barreiras que ainda necessitam ser removidas para a garantia da acessibilidade aos alunos com deficiência, a fim de permitir a permanência com êxito dos mesmos na escola. Dessa forma, houve a criação de Políticas Institucionais, com a instituição da Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFBA, que tem como princípios a garantia da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, e inclui dentre os seus programas: o “Programa de Educação para Diversidade” e o “Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas”. Verifica-se que os servidores que trabalham diretamente com a CAPNE têm o desafio de alinhar a teoria à prática, conquistando

o seu devido espaço na Instituição, buscando a parceria das demais coordenações e dos docentes, visando a garantia de um atendimento adequado aos alunos com deficiência.

São atividades da CAPNE, voltados para o atendimento aos alunos com deficiência:

- Monitoria específica para alunos com deficiência do Ensino Médio desenvolvida pelos alunos do curso de Licenciatura (Física e Matemática) do Instituto;
- Acompanhamento pedagógico realizado pela equipe CAPNE com o objetivo de estabelecer estratégias para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência;
- Reuniões mensais com a equipe CAPNE, para discussão das questões voltadas ao atendimento dos alunos com deficiência e outros assuntos relacionados à coordenação;
- Aulas de Língua Portuguesa para os alunos surdos como segunda língua;
- Sessão NAPNE com ciclo de palestras ofertado para a comunidade do *campus* de Salvador do IFBA (à época da realização das palestras a sigla utilizada era NAPNE, passando, após a conclusão do PPI (2013) a ser uma coordenação, com a utilização da sigla CAPNE).
- Solicitação de tecnologia assistiva ao MEC, que segundo a coordenação, não tem previsão de chegada;
- Oferta de curso de Libras à comunidade Escolar (Docentes/Técnicos/Discentes das Licenciaturas);
- Oferta de estágios na CAPNE para alunos de cursos de licenciatura do Instituto, proporcionando aos mesmos experiência em educação inclusiva.

A CAPNE tem os seguintes projetos de curso:

- Curso Aperfeiçoamento de Tradutores/Intérpretes de Libras;
- Curso de 20h – A Educação Inclusiva: Desafios e Possibilidades;
- Curso de 20h – Especificidades do Atendimento ao Aluno com Deficiência (cegos, surdos);

A CAPNE está elaborando uma cartilha de orientações pedagógicas com a finalidade de compartilhar a legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência, orientar docentes e técnicos com informações pertinentes a convivência com relação às mesmas e ao atendimento pedagógico desenvolvido pelo mesmo no *campus* de Salvador do IFBA. Mediante a



elaboração desse documento e a realização de palestras, debates e ofertas de cursos, a CAPNE do *campus* de Salvador visa a criação na Instituição da cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade e, principalmente, a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, atitudinais e linguísticas (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, 2013).

A CAPNE está desenvolvendo essa cartilha partindo do princípio de que a Inclusão é fundamental para a equidade e desenvolvimento da sociedade brasileira, sendo, hoje, imprescindível que toda a sociedade esteja, permanentemente, informada sobre os processos educacionais e necessidades especiais das pessoas com deficiência.

Nessa cartilha, a CAPNE define os tipos de deficiência, de acordo com o Decreto nº 5.296/2004, especifica dicas de convivência/comunicação para cada tipo, oferece sugestões de procedimentos para serem utilizados em sala de aula e indica ao final a legislação existente acerca dos direitos da pessoa com deficiência.

Verifica-se, dessa forma, que dentre as suas ações, a CAPNE busca melhorar o atendimento aos alunos com deficiência do Instituto.

Houve também a solicitação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação de tecnologia assistiva para os alunos com deficiência, para auxiliar os mesmos em suas necessidades especiais. Entretanto, segundo a CAPNE, não há previsão de quando as mesmas irão chegar ao Instituto. A relação de TA solicitada se encontra no quadro abaixo:

**Quadro 9** – Tecnologia Assistiva solicitada pela CAPNE ao FNDE. IFBA, 2014.

<b>Nome do Item</b>	<b>Quantidade</b>
Kit Material escolar III - Soroban; Reglete; Calculadora; Guia assinatura; Kit desenho; geoplano; mochila.	1
Linha Braille - Apresenta 80 celas Braille.	2
Lupa eletrônica - Equipamento constituído por uma micro-câmera aliada a um circuito eletrônico que amplia textos.	3
Scanner com voz - Saída de voz natural em português brasileiro.	1
Máquina de escrever em Braille - Capacidade de escrever 23 linhas e 42 colunas.	2
Kit Material escolar IV - Punção; Soroban; Reglete de mesa; Geoplanos; Inclinação.	1

Nome do Item	Quantidade
Máquina fusora para impressão tátil - Permite criar diagramas em cores.	1
Software de Comunicação Alternativa e Aumentativa - Software com interface em Português, para confecção de pranchas de comunicação alternativa.	1
Kit com 6 Lupas Manuais	3
Impressora Braile - Impressora Interpontos com a opção para imprimir dos dois lados do papel.	1
Kit contendo Mouse Óptico com entrada para acionador, Acionador de pressão e Teclado com colméia.	1
Kit Material escolar II - Suporte; Lápis; Engrossador para lápis; Apontador acessível; Estojo.	1

Fonte: *campus* de Salvador do IFBA/CAPNE.

Apesar dessas ações e estratégias da CAPNE do *campus* de Salvador do IFBA, em garantir a acessibilidade aos alunos aos quais atende, pode-se afirmar que ainda não existe uma educação inclusiva efetiva no Instituto, pois ainda faltam recursos que possibilitem isso, tais como: mais profissionais especializados; currículo adaptado às especificidades dos alunos com deficiência; oferta de mais cursos em educação inclusiva, atendendo à demanda da comunidade; sinalização visual para os alunos surdos; infraestrutura em total adequação à norma e demais recursos que possibilitem a remoção de barreiras que impedem a acessibilidade.

Dessa forma, na criação das estratégias educacionais e comunicacionais do *campus* de Salvador do IFBA, os educadores procuram seguir as orientações dispostas na legislação referente à educação inclusiva, apesar de ainda serem necessários mais recursos pedagógicos, metodológicos e melhorias na infraestrutura. Nessas estratégias se encontra a constituição da **Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante**, onde se situa a **Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE)**. Nessa coordenação há o acompanhamento pedagógico aos alunos com deficiência. Na referida diretoria, os alunos também podem ser acompanhados pela psicóloga, nutricionista e assistente social.

A estratégia de manutenção de uma sala de apoio com recursos multifuncionais para a realização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um recurso que está sendo desenvolvido pela CAPNE, não possuindo ainda um funcionamento ideal, pois a mesma não

dispõe de uma sala de atendimento adequada; a sua equipe de trabalho é reduzida, necessitando ser ampliada e composta por uma equipe multidisciplinar, com especialização em educação inclusiva e a existência de mais recursos educacionais e comunicacionais para auxiliar os alunos com deficiência em suas especificidades.

O Plano de Identidade Visual é um projeto que está sendo elaborado no Instituto pela DEMAG (Departamento de Engenharia e Manutenção Geral), Setor de Comunicação e DAP (Diretoria de Administração e Planejamento), para facilitar o trânsito das pessoas pelo IFBA.

O PPI (2013) do IFBA apresenta um projeto pedagógico com um caráter inclusivo, contendo características inclusivas como as descritas pela Escola de Gente-Comunicação em Inclusão (2002), quando a mesma realiza um contraponto com a integração. Dentre essas características observa-se no projeto a exigência de transformações mais profundas ao ser afirmado que “se deve modificar a concepção de educação que perpetua e investir em recursos pedagógicos, infraestrutura dos campi e na formação de profissionais”. O projeto defende a adaptação do Instituto para o atendimento das necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, de todos os alunos, e procura respeitar o direito de todos, valorizando a individualidade de pessoas com deficiência. Isso pode ser observado no PPI quando o mesmo evidencia a urgência em se utilizar novas práticas pedagógicas que favoreçam a todos os alunos e na afirmação de que a atuação do professor em sala de aula necessita levar em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, como também características pessoais de déficit sensorial, motor ou psíquico, ou de altas habilidades/superdotação. Dessa forma, o que o projeto preconiza é a garantia de condições de aprendizagem de todos os alunos.

No entanto, o *campus* de Salvador do IFBA, necessita ainda de melhorias para garantir a qualidade no atendimento a todos os seus alunos, com e sem deficiência, inicialmente com um maior discernimento dos gestores a respeito da educação inclusiva. Isso pode ser verificado no PPI quando o mesmo afirma que o IFBA passa ainda por uma ressignificação das suas práticas a fim de retirar todas as barreiras atitudinais e arquitetônicas da sua realidade, garantido o direito ao acesso e à permanência com êxito dos alunos com deficiência na Instituição.

#### 4.1.1 Perfil dos alunos com deficiência do *campus* de Salvador do IFBA

O público alvo da CAPNE é constituído por alunos com deficiência matriculados no *campus* de Salvador do IFBA. Até março de 2014, a coordenação atendia um total de 56 alunos que se encontravam subdivididos nas seguintes modalidades: da forma integrada (15), alunos do Proeja (03), alunos da forma subsequente (04) e alunos do nível superior (34). Ao ser feita uma análise do perfil desses alunos constata-se que os alunos com deficiência física são maioria no Instituto (25), seguidos dos alunos com deficiência auditiva (15) e dos alunos com deficiência visual (11). Há ainda no Instituto um aluno com deficiência intelectual, três alunos com déficit de aprendizagem e um aluno sem definição do tipo de deficiência. (Quadro 10)

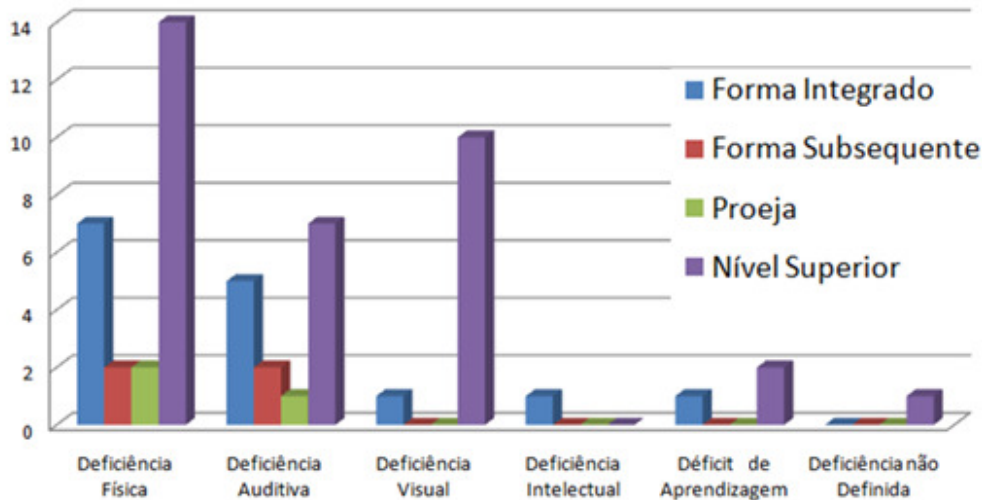
**Quadro 10** –Nº de alunos matriculados conforme modalidade de ensino e tipo de deficiência. IFBA, 2014.

<b>Modalidade de Ensino/Tipo de Deficiência</b>	<b>Forma Integrada</b>	<b>Forma Subsequente</b>	<b>Proeja</b>	<b>Nível Superior</b>
<b>Deficiência física</b>	07	02	02	14
<b>Deficiência auditiva</b>	05	02	01	07
<b>Deficiência visual</b>	01	00	00	10
<b>Deficiência Intelectual</b>	01	00	00	00
<b>Déficit de aprendizagem</b>	01	00	00	02
<b>Sem definição do tipo de deficiência</b>	00	00	00	01

Fonte: *campus* de Salvador do IFBA.

Dessa forma, verifica-se a urgência da melhoria da infraestrutura do *campus* e da instalação da pista tátil direcional, para guiar as pessoas com deficiência visual, além de outras estratégias já citadas neste trabalho. Esses alunos apresentam variados diagnósticos, que incluem classificações como: paraplegia, deficiência auditiva bilateral profunda, glaucoma, atraso mental, má formações e deformidades.

**Gráfico 2** – N° de alunos por modalidade de ensino e tipo de deficiência. IFBA, 2014.



Fonte: elaborado pela autora

No gráfico 2, observa-se a relação apresentada no Quadro 10, em que pode ser visualizada a maior quantidade de alunos com deficiência física no Instituto, seguidos dos alunos com deficiência auditiva e visual, notando-se que a maioria dos alunos com deficiência se encontra no nível superior e uma grande quantidade deles na forma integrada. A minoria desses alunos se encontra nas modalidades Proeja e forma subsequente.

Dos alunos com deficiência física existentes no *campus* Salvador, apenas quatro deles são cadeirantes, enquanto outros alunos possuem diagnósticos como: ausência e encurtamento das falanges (dos dedos), má formação congênita do membro superior esquerdo e seqüela de paralisia do plexo braquial obstétrica, o que lhes permite uma maior mobilidade no Instituto, apesar da infraestrutura do *campus* necessitar ainda de muitas adaptações.

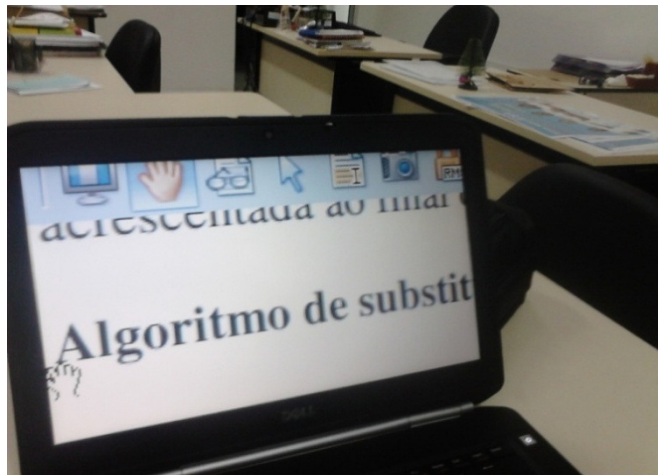
Os alunos com deficiência auditiva são acompanhados por intérpretes de Libras nas suas atividades acadêmicas, o que pode ser um indicativo da maior quantidade deles no *campus* Salvador, apesar de muitos deles ainda encontrarem dificuldades em acompanhar o curso, segundo docentes e os próprios alunos.

Os alunos com deficiência física e auditiva necessitam de mais recursos para uma melhor qualidade acadêmica como por exemplo: órteses que auxiliem nas funções manuais (escrita, digitação, utilização de talheres, manejo de objetos para higiene pessoal), recursos de

acessibilidade ao computador, com *hardware e software* específicos (teclados modificados, monitores especiais, mouses especiais e acionadores diversos, etc.) e a utilização de materiais visuais em sala de aula para os alunos com deficiência auditiva.

Os alunos com deficiência visual do *campus* Salvador, ao iniciarem o curso recebem um *notebook*, com *software* específico (NVDA – *software* livre – leitor de tela para Windows), para que possam acompanhar as aulas, conforme observado no registro fotográfico a seguir:

**Figura 5** - Registro fotográfico - notebook com software adaptado. IFBA, 2014.

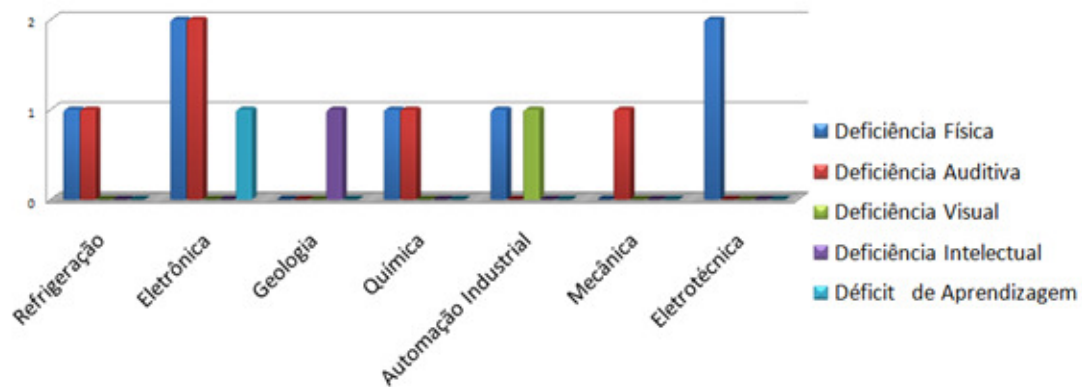


Fonte: *campus* de Salvador do IFBA.

O NVDA é uma sigla em inglês para “Acesso Não Visual ao Ambiente de Trabalho” (ULIANA, 2008).

No Instituto existem duas transcritoras de Braille para atendimento dos alunos com deficiência visual, sendo necessária a contratação de mais transcritoras.

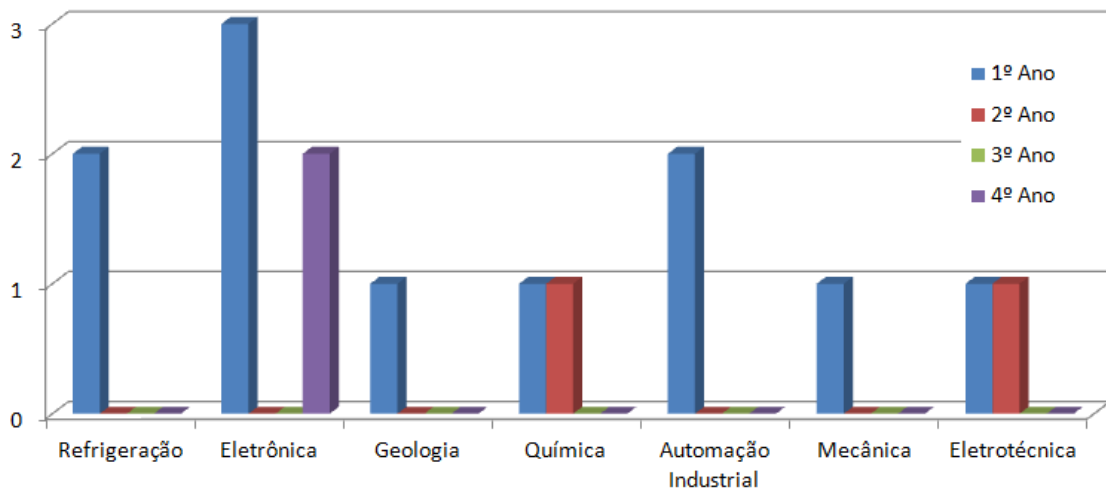
**Gráfico 3** – N° de alunos matriculados na modalidade forma integrada, curso e tipo de deficiência. IFBA, 2014.



Fonte: elaborado pela autora.

No gráfico 3, observa-se que há alunos matriculados em todos os cursos, com concentração nos cursos de Eletrônica e Eletrotécnica. O primeiro apresenta alunos com deficiência física e auditiva e o segundo apenas alunos com deficiência física. Existem alunos com deficiência física em quase todos os cursos, exceto nos cursos de Geologia e Mecânica. Os alunos com deficiência auditiva estão presentes em quatro cursos, à exceção dos cursos de Geologia, Automação Industrial e Eletrotécnica. Os alunos com deficiência visual estão matriculados somente no curso de Automação Industrial, enquanto os alunos com deficiência intelectual e déficit de aprendizagem somente nos cursos de Geologia e Eletrônica respectivamente.

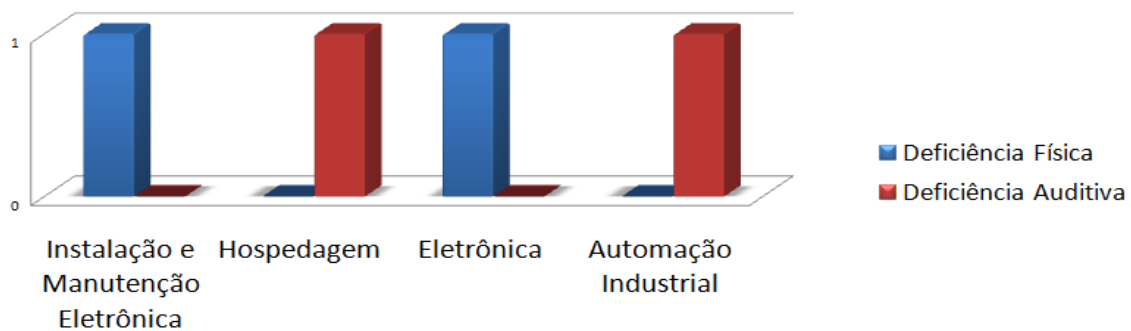
**Gráfico 4** – N° de alunos com deficiência matriculados na modalidade forma integrada por curso e ano. IFBA, 2014.



Fonte: elaborado pela autora.

A modalidade forma integrada foi a única em que a CAPNE evidenciou a organização dos alunos por ano, nos cursos frequentados pelos mesmos. Conforme verificado no gráfico 4, há uma incidência maior de alunos no 1º ano. No 2º ano, há alunos com deficiência apenas nos cursos de Química e Eletrotécnica. No 3º ano não há alunos e no 4º ano os mesmos se encontram apenas no curso de Eletrônica. Esses dados indicam que os alunos, no geral, encontram barreiras para acompanhar e concluir os cursos, havendo assim evasão entre o 2º e 3º anos.

**Gráfico 5** – N° de alunos com deficiência matriculados na modalidade forma subsequente e curso. IFBA, 2014.

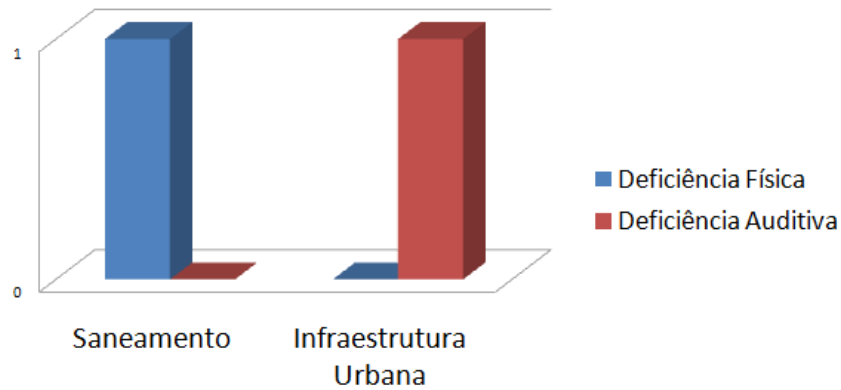


Fonte: elaborado pela autora.



No gráfico 5, verifica-se que na forma subsequente há apenas alunos com deficiência física e auditiva matriculados. Os primeiros nos cursos de Eletrônica e Instalação e Manutenção Eletrônica e os últimos nos cursos de Hospedagem e Automação Industrial.

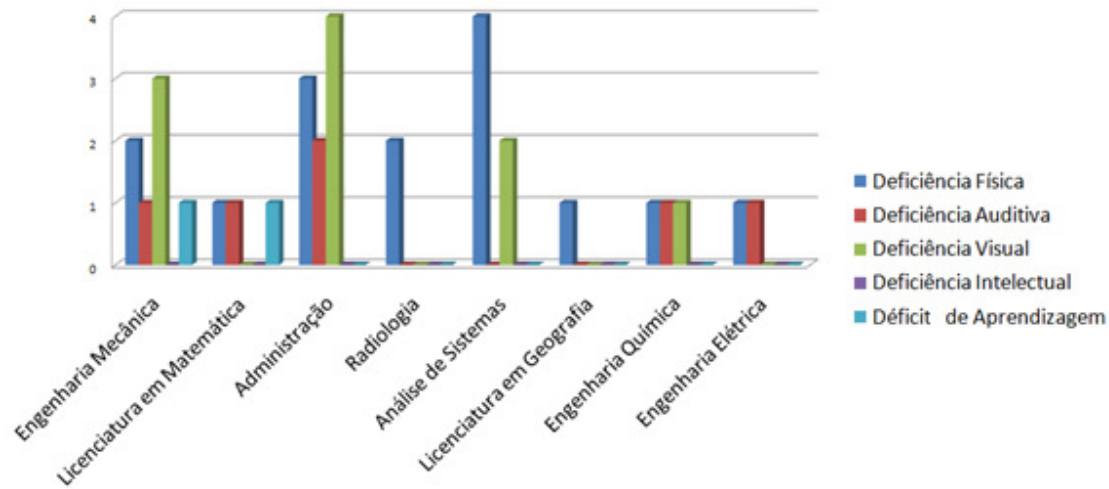
**Gráfico 6** – N° de alunos com deficiência matriculados na modalidade PROEJA e curso. IFBA, 2014.



Fonte: elaborado pela autora.

No gráfico 6, observa-se que na modalidade Proeja existem alunos com deficiência física matriculados no curso de Saneamento e alunos com deficiência auditiva matriculados no curso de Infraestrutura Urbana. Essa modalidade, juntamente com a forma subsequente, são as que apresentam as menores quantidades de alunos com deficiência.

**Gráfico 7** – N° de alunos com deficiência matriculados na modalidade ensino superior e curso. IFBA, 2014.



Fonte: elaborado pela autora.

No nível superior se encontra mais da metade dos alunos com deficiência matriculados no Instituto. Os alunos com deficiência física estão presentes em todos os cursos, principalmente nos cursos de Análise de Sistemas e Administração. Os alunos com deficiência auditiva se encontram em cinco dos oito cursos, à exceção dos cursos de Radiologia, Análise de Sistemas e Licenciatura em Geografia. Os alunos com deficiência visual estão presentes em metade dos cursos, com maior incidência nos cursos de Administração e Engenharia Mecânica. Existem dois alunos com déficit de aprendizagem, um no curso de Engenharia mecânica e outro no curso de Licenciatura em Matemática. No ensino superior não há nenhum aluno com deficiência intelectual (Gráfico 7).

## **4.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CAMPUS DE SALVADOR DO IFBA NA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS**

As entrevistas foram realizadas com gestores (06), servidores (10) - docentes e técnicos administrativos /intérpretes de Libras e transcritores de Braille - terceirizados e alunos com deficiência (06) e foram analisadas mediante a utilização da técnica de análise de conteúdo denominada análise categorial, com a investigação das seguintes categorias e subcategorias de análise:

- 4.2.1 Educação inclusiva:** visão a respeito da educação inclusiva, especialmente em uma Instituição Federal Tecnológica de educação; ações que necessitam ser implementadas no *campus* de Salvador do IFBA para a realização de uma educação inclusiva efetiva; grau de conhecimento dos Gestores a respeito da legislação vigente sobre a Inclusão de pessoas com deficiência;
- 4.2.2 Infraestrutura atual do *campus* de Salvador do IFBA, na perspectiva da acessibilidade aos alunos com deficiência;**
- 4.2.3 Estratégias educacionais e comunicacionais utilizadas no *campus* de Salvador do IFBA:** atividades desenvolvidas pelo NAPNE; a qualificação dos profissionais da Instituição, em relação à educação inclusiva; as contribuições das coordenações/setores do Instituto para a garantia da acessibilidade dos alunos com deficiência; tecnologia assistiva utilizada pelos alunos com deficiência; grupos de pesquisa em educação inclusiva; acompanhamento dos alunos com deficiência, nos estágios em áreas afins aos cursos frequentados pelos mesmos, pelas suas coordenações; adequação do vestibular do *campus* de Salvador do IFBA às normas de ingresso para pessoas com deficiência; incentivo no Instituto à cultura da Inclusão; dificuldades encontradas pelos servidores no atendimento aos alunos com deficiência;

As categorias e subcategorias apresentadas acima obedecem aos critérios da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), da Lei nº 10.436 de 2002, do Decreto nº 5.626/2005, da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, da Lei nº 10.098/2000, do Decreto nº 5.296/2004 e outras legislações relacionadas à Educação Inclusiva e acessibilidade.

À época da realização das entrevistas, o NAPNE ainda era um núcleo. Ele passou a ser uma coordenação (CAPNE), após a publicação do Regimento Geral do *campus* de Salvador do IFBA em 2014.

## **4.2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

### **4.2.1.1 Visão a respeito da educação inclusiva, especialmente em uma Instituição Federal Tecnológica de Educação**

Segundo Rodrigues (2006), o conceito de inclusão no âmbito específico da Educação implica, primeiramente, rejeitar, por princípio a exclusão (presencial ou acadêmica) de

qualquer aluno da comunidade escolar. Dessa forma, a adoção de políticas, culturas e práticas que respeitam e valorizam cada indivíduo é fundamental para a garantia da qualidade acadêmica e sócio-cultural sem discriminação.

A quase totalidade dos 22 entrevistados (gestores, servidores e alunos com deficiência) acredita que a educação inclusiva é um direito das pessoas com deficiência, haja vista a obrigatoriedade da legislação nesse sentido.

Um dos entrevistados afirma que:

O Estado tem essa obrigação, inclusive de índole constitucional, que determina o direito à educação (Servidor A, 2014).

Alguns entrevistados consideram que a educação inclusiva é muito importante em uma Instituição de educação profissional e tecnológica, pois mediante o seu aperfeiçoamento, poderá haver maiores chances de inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e citam:

No meu conceito, a educação inclusiva é um pilar muito importante numa instituição de educação profissional e tecnológica, pois através dela poderá ser assegurada uma formação de qualidade para as pessoas com deficiência, **ampliando suas chances de inserção em atividades laborativas** (Servidor G, 2013).

Sem dúvida, se houver esse incentivo e aprimoramento da educação inclusiva nos nossos institutos federais, os nossos alunos com deficiência conseguirão aproveitar melhor as oportunidades proporcionadas pelo mercado profissional (Gestor G, 2014).

A Educação é um direito resguardado pela constituição, sendo estabelecida a igualdade de condições, de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

Grande parte dos entrevistados pondera que para a adoção de uma educação inclusiva com qualidade, **são necessárias mudanças internas no Instituto**, com a existência de ações positivas que beneficiem o aluno com deficiência:

O atendimento necessita ser mais bem trabalhado em todas as áreas. Precisam ser debatidas **normas de convivência** e serem ofertadas **capacitações** para auxiliar melhor os alunos com deficiência (Servidor C, 2013).

Hoje temos uma política para essas pessoas. Aqui no setor temos estratégias para lidar com as mesmas. Melhoramos muito, mas ainda precisamos melhorar com relação aos espaços (Gestor A, 2014).

O servidor B (2013), evidencia essa necessidade de uma série de mudanças internas no Instituto, mas revela as **dificuldades existentes com relação aos prazos burocráticos**, o que torna mais demorada a conquista dessas mudanças.

Existem servidores que consideram que **a inclusão precisa ser pensada como prioridade** pelas organizações de ensino para que os alunos com deficiência possam ter acesso a um ensino de qualidade.

O Gestor C (2013) afirma que a inclusão deve ser pensada como prioridade, tanto com relação à infraestrutura do Instituto, quanto com relação ao corpo técnico e docente e outro servidor afirma:

Defendo que toda organização de cunho educacional precisa fornecer condições de acesso a todos que nela buscam o conhecimento, sejam públicas ou privadas e cabe ao gestor buscar meios para viabilizar este acesso e permanência com êxito e ter sensibilidade sobre esta causa. Infelizmente esta condição está longe de se tornar realidade, pois não se encontra como prioridade na agenda da maioria dos que conduzem as organizações de ensino (Docente H, 2014).

Além de serem oferecidas pelo Instituto **condições de acesso às pessoas com deficiência**, precisam ser oferecidas também **condições de permanência** para esses alunos no decorrer do curso, a fim de que os mesmos consigam acompanhá-lo, conforme entrevistados:

A Inclusão é de importância fundamental, pois todos têm direito à educação. Devem ser encontradas formas de permanência do aluno com deficiência no IFBA (Gestor F, 2013).

É uma riqueza incorporar esses segmentos (negros, índios, pessoas com deficiência, etc.) ao IFBA, como acontece com a questão das cotas, pois a Instituição é ampla. A escola precisa analisar se esses alunos conseguem acompanhar as aulas. **O diferente precisa ser incorporado, a escola deve abarcar esse aluno e apoiá-lo em suas necessidades** (Docente E, 2013).

O servidor C (2013) visualiza a existência de ações no Instituto para o acesso dos alunos com deficiência, porém considera que a permanência e o acompanhamento dos mesmos ainda são deficientes.

Consideram que no *campus* de Salvador do IFBA **falta um maior entendimento dos gestores sobre a educação inclusiva**, sendo a mesma ainda um desafio aqui no Instituto, existindo muitas concepções diferentes a respeito da inclusão. Compreendem que para que

haja a implementação da mesma, precisa haver reflexões por parte dos gestores para a formação de concepções que garantam a execução da Lei. O servidor E afirma que:

A educação inclusiva hoje, especialmente em uma Instituição Tecnológica, é ainda bastante difícil, pois nem todos os cursos são acessíveis, existindo ainda situações que precisam ser melhoradas. No entanto, **apesar de todas as dificuldades o campus de Salvador do IFBA ainda pode ser considerado o melhor, pois os outros campi ainda estão em piores condições** (Servidor E, 2013).

Verifica-se na legislação que a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão (2001) dispõe que o acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e liberdades fundamentais das pessoas e a Lei nº 9.394/96 dispõe que o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Dessa forma, depreende-se das falas que a maioria dos entrevistados considera a educação inclusiva um direito das pessoas com deficiência, sendo a mesma importante em uma Instituição de educação profissional e tecnológica, visto que possibilita maiores chances de inserção dessas pessoas no mercado de trabalho. No entanto, os entrevistados afirmam que é necessário haver mudanças internas no Instituto, com a existência de ações que propiciem um ensino de qualidade a esses alunos, possibilitando condições de permanência no ambiente escolar, o que perpassa por uma gestão que compreenda o sistema inclusivo.

#### **4.2.1.2 Ações que necessitam ser implementadas no *campus* de Salvador do IFBA para a realização de uma educação inclusiva efetiva**

Todos os gestores e servidores consideram que **existem pontos no *campus* de Salvador do IFBA que precisam ser melhorados, com relação à educação inclusiva** e afirmam que:

A primeira ação a ser implementada é a **conscientização de toda a comunidade**, começando pelo professor, pois a Inclusão é acima de tudo uma mudança de atitude (Servidor E, 2013).

O IFBA, comparado às outras Instituições públicas está à frente, existindo ações e assistência efetiva, como por exemplo, a oferta de Intérpretes de Libras aos alunos surdos, mas ainda há a necessidade de melhoras, principalmente com relação à assistência aos alunos cadeirantes (Servidor A, 2014).

Consideram que o Instituto necessita oferecer aos servidores ligados ao atendimento aos alunos com deficiência, capacitações em Educação Inclusiva e acessibilidade:

Inicialmente é necessária a preparação do professor. A escola ainda incorpora muito a técnica, a racionalidade, o resultado. Não é fácil a interação do aluno com o professor. Precisa haver uma **política de capacitação do professor. Os outros servidores também precisam de capacitação.** Deve haver **política de assistência material, intelectual** e, sobretudo, um **processo pedagógico que incorpore essa diversidade** (Docente E, 2013).

Existe a proposta de Educação Inclusiva pelo MEC, de cima para baixo, mas é necessário **preparar os professores e oferecer orientações metodológicas aos mesmos.** O Instituto necessita oferecer curso de Libras para os professores (sinais específicos para sala de aula), curso de Língua de sinais para os alunos ouvintes e um curso de Libras separado para a comunidade como um todo (Docente F, 2013)

Claro que é possível melhorar e uma das ações é a **formação continuada dos profissionais que trabalham nesta Instituição** para que possam compreender o que vem a ser esta educação e como ela se processa uma vez que parte deste processo ocorre num processo de conscientização (Servidor I, 2014).

O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172, de 2001 afirma que deve haver a inclusão nos currículos de formação de professores, nos níveis médio e superior, conteúdos e disciplinas específicas para a capacitação ao atendimento dos alunos especiais (BRASIL, 2001) e a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 1/2002 define que as universidades devem prever em sua organização curricular formação dos professores voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2002a).

Verifica-se na Lei nº 10.436/02, que o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a Inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, o ensino da Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 2002b).

O servidor C (2013) observa que além da oferta de capacitação em educação inclusiva aos servidores, é necessária a **realização de integração entre os setores**, principalmente o serviço social, a fim de verificar outros fatores que podem interferir no aprendizado e formação dos alunos com deficiência, sendo que as dificuldades precisam ser analisadas de uma forma diferenciada.

Considera-se a necessidade de haver o comprometimento, o desejo, a intenção e o envolvimento pela causa inclusiva por cada servidor da Instituição e, principalmente, pelo staff da gestão, sendo preciso, para isso, **construir uma cultura inclusiva**.

De igual maneira ao observado na literatura, a cultura inclusiva é citada pelos entrevistados.

Os entrevistados consideram que precisa haver uma **melhor adequação da infraestrutura do Instituto**, pois a escola é antiga (centenária), tendo sido construída fora das normas de acessibilidade e afirmam:

Com relação à infraestrutura, só há um pavilhão com elevador funcionando, o 7. O pavilhão de metalurgia tem elevador, mas nunca vi funcionar. **São necessários mais elevadores**, porém o IFBA tem rampa nos pavilhões. Apenas os pavilhões 1 e 2 não têm rampa (Servidor A, 2014).

Inicialmente, precisamos melhorar bastante a infraestrutura. Têm de ser feitos ajustes bem significativos, pois até os elevadores e rampas não estão adequados. É preciso um **plano de acessibilidade**. O bloco B (antigo pavilhão 1), por exemplo, só tem rampa no 1º andar e no térreo não tem (Gestor D, 2013).

No geral, precisam-se **pensar cada espaço da escola**: as salas, o refeitório, todos os espaços utilizados pelos alunos com deficiência, com as adaptações necessárias, para que o aluno não deixe de utilizar todos os espaços existentes na escola. É necessário observar também o entorno da escola (as calçadas do bairro) (Gestor F, 2013).

Isso pode ser verificado no registro fotográfico, localizado no apêndice C, em que se observa que existem pontos no Instituto em desacordo à norma NBR 9050/2004, como na figura 5, em que se constatou que a coordenação e salas de Artes não possuem acesso para alunos cadeirantes ou com mobilidade reduzida, pois não há elevador, mas sim uma escadaria e nas figuras 11 e 12, em que as rampas para o acesso ao estacionamento dos alunos e ao ginásio de esportes, respectivamente, não estão de acordo com a norma.

A Lei nº 10.098/2000 dispõe que a Administração Pública direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso (BRASIL, 2000b) O Decreto nº 5.296/2004 também determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida,



inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004).

Visando uma maior autonomia para as pessoas com deficiência visual, **será implantada no campus de Salvador do IFBA a pista tátil**, que já foi comprada pelo Instituto. Um servidor afirma:

Estamos buscando parcerias com setores e coordenações da escola, visando à melhoria do Instituto. Eu sei que um grupo de alunos está realizando um projeto de conclusão de curso para construção de pista tátil (Servidor B, 2013).

Esse tipo de projeto auxilia na melhoria da infraestrutura do Instituto, incentivando a integração entre os setores, visando suprir as deficiências existentes no *campus*.

O Servidor G (2014) considera que no *campus* de Salvador do IFBA tem se tentado favorecer a inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional e tecnológica, porém o mesmo não acredita que já exista uma educação inclusiva efetivamente no Instituto, pois o mesmo ainda não dispõe de todas as condições necessárias para isso. Um servidor considera:

É necessário **ampliar o debate sobre a inclusão no Instituto**, visando o cumprimento da legislação, com a cobrança de ações inclusivas dos gestores, técnicos e professores (Servidor D, 2013).

Apesar da maioria dos gestores e servidores não possuir capacitação em Educação Inclusiva, os mesmos consideram que existem pontos no *campus* de Salvador do IFBA que precisam melhorados, com relação à mesma e indicam ações que necessitam ser implementadas no Instituto para o alcance desse objetivo como a criação de uma política de capacitação para os servidores, com a existência de um processo pedagógico que incorpore a diversidade, a realização de integrações entre os setores, a construção de uma cultura inclusiva no Instituto e a adequação da infraestrutura do *campus* às normas de acessibilidade.

#### **4.2.1.3 Grau de conhecimento dos Gestores a respeito da legislação vigente sobre a Inclusão de pessoas com deficiência**

Dos seis gestores entrevistados obteve-se que:

O Gestor A (2014) e o Gestor C (2013) **consideram elevado** o grau de conhecimento que possuem a respeito da legislação vigente sobre a inclusão de pessoas com deficiência. Os

Gestores B e F (2013) **consideram pouco** o seu grau de conhecimento a esse respeito. Os Gestores D e E **afirmam desconhecer a referida legislação**.

A legislação sobre a inclusão de pessoas com deficiência necessita ser conhecida por todos os gestores do *campus* de Salvador do IFBA, tendo em vista o fato de o Instituto acolher alunos com deficiência que utilizam os ambientes da escola e os serviços oferecidos pela mesma. Verifica-se nas entrevistas que, dos seis gestores entrevistados, dois deles consideram pouco o conhecimento que possuem a esse respeito e dois afirmam desconhecer a referida legislação.

#### **4.2.2 A INFRAESTRUTURA ATUAL DO CAMPUS DE SALVADOR DO IFBA, NA PERSPECTIVA DA ACESSIBILIDADE AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

A infraestrutura atual do *campus* de Salvador do IFBA, na perspectiva da acessibilidade aos alunos com deficiência foi avaliada pelos entrevistados como: regular, boa e ruim.

Alguns entrevistados **avaliam como regular a infraestrutura atual do campus de Salvador do IFBA**, com relação à acessibilidade dos alunos com deficiência e afirmam que:

**Na maioria dos pavilhões não existem elevadores e ainda não foi instalada a pista tátil.** São necessárias melhorias na infraestrutura (Servidor A, 2014).

Melhoramos muito, mas ainda são necessárias mais melhorias na infraestrutura. **Falta a instalação de mais rampas e elevadores (que já foram comprados)** (Gestor A, 2014).

A escola tem se esforçado para isso. As pessoas estão reivindicando, se movimentando e pressionando o Instituto. Existem rampas, cadeiras de rodas, está havendo a instalação de elevadores, ou seja, o básico já existe (Docente E, 2013).

O Instituto é muito antigo (centenário), não tendo sido construído originalmente segundo as normas de acessibilidade às pessoas com deficiência. Isso pode ser observado nas entrevistas:

O Instituto não foi construído visando à garantia da acessibilidade aos alunos com deficiência. Essa garantia requer tempo. No entanto, já temos ações que visam à ampliação da acessibilidade, como a construção de um bloco no Instituto que será totalmente plano, facilitando o acesso desses alunos e a construção de um novo auditório seguindo as normas da legislação sobre inclusão e acessibilidade (Gestor B, 2013).

**Os prédios variam em idade cronológica (cerca de 15 a 20 anos), e existem prédios também da década de 60 (prédio administrativo).** A infraestrutura não foi planejada, inicialmente, visando à acessibilidade. Entretanto, existem ações que visam o alcance da acessibilidade. Nos pavilhões que não possuem elevadores, já existe projeto para que os mesmos sejam implantados (Servidor B, 2013).

Atualmente a infraestrutura do *campus* Salvador ainda não está plenamente preparada para atender às reais necessidades deste público. **Por ser um prédio antigo e naquela época não se tinha essa visão social para os deficientes, muitos pontos de acesso não contemplaram, por exemplo, um cadeirante.** Hoje já houve melhoras como a rampa que vai para a parte de cima da Biblioteca, porém na entrada principal não há rampa como também em outros lugares. Os blocos em sua maioria não possuem elevadores e os que têm os elevadores não funcionam (Gestor G, 2014).

Temos muito que melhorar, mas algumas mudanças podem ser percebidas. **Temos o desafio de termos uma estrutura antiga de um tempo histórico, onde a acessibilidade não era importante em nenhum espaço** e hoje observamos que os novos *campi* começam a ser construídos dando conta da acessibilidade inclusive por uma recomendação legal (Servidor I, 2014).

Contudo há quem avalie a infraestrutura na perspectiva da acessibilidade, como **boa**:

**Avalio como boa.** Necessita haver a instalação de pistas táteis e mais elevadores. Há uma reclamação por parte dos alunos de que existem poucos banheiros no térreo, o que é pior para as PNE. No entanto, os prédios novos já foram estruturados levando em conta as pessoas com deficiência (Gestor F, 2013).

Boa, porém no caso do surdo, é necessária a existência de sinalização visual (Docente F, 2013).

E por fim, existem entrevistados que consideram **ruim** a infraestrutura atual na perspectiva da acessibilidade:

**Na perspectiva da acessibilidade acho ruim.** O aluno com deficiência tem até acesso à sala de aula, mas não consegue transitar por todo o Instituto (Gestor C, 2013).

[...] falta garantias de infraestrutura e planejamento para os alunos com deficiência que chegam ao IFBA. **A Instituição deixa a desejar, apesar de avanços** (Servidor D, 2013).

Tive experiências educacionais em algumas instituições estrangeiras como em Berlim, Roterdã e Montreal. Quando comparamos a nossa estrutura física com essas dos países ricos, observamos que estamos muito longe de atingir um patamar aceitável. Por outro lado, quando vemos o IFBA em comparação ao CEFET de duas décadas atrás, vemos que houve melhorias, mas isto vem ocorrendo a passos lentos e por vezes essas ações visam atender requisitos para pontuar mais nas avaliações dos cursos da Educação Superior do que para fornecer acolhimento às pessoas com necessidades especiais. **Ainda temos muitos espaços inacessíveis no campus.** Banheiros funcionalmente adaptados são raríssimos. Não possui barras laterais e na maioria das vezes os encontramos sujos e sem a mínima condição de higiene. As rampas, quando são criadas, não atendem aos requisitos normativos, mesmo nas novas estruturas do *campus* a exemplo dos acessos provenientes do estacionamento do anexo (Docente H, 2014).

Na legislação, verifica-se que a Norma NBR 9050/2004 estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade, visando proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente (BRASIL, 2004 a).

A maioria dos alunos afirma que **existem barreiras arquitetônicas que dificultam a locomoção dos mesmos no ambiente acadêmico/escolar**, e indicam quais são:

Salas, pavilhões e demais locais inacessíveis pela falta de elevadores. Poucos banheiros adaptados e de forma precária (Aluno B, 2013).

Poucos elevadores e o fato de não ter acesso a alguns pavilhões e à coordenação de Eletrônica (Aluno C, 2013).

Locais com buracos ou de difícil acesso (Aluno D, 2013).

São necessárias ajudas mínimas, indicando localização, direção e sentido (Aluno A, 2013).

Apesar do Instituto não ter sido construído originalmente segundo as normas de acessibilidade às pessoas com deficiência, observou-se que existem pontos no *campus* em que foram feitas adaptações, mas que se encontram sem funcionamento, como pode ser verificado na figura 7 do registro fotográfico, que consta no apêndice C, em que pode ser visualizada a presença de um elevador no Bloco L, sem funcionamento e na figura 14, em que o banheiro feminino acessível do Bloco D se encontra interditado.

Os gestores e servidores entrevistados consideram a necessidade de melhorias na infraestrutura atual do *campus* de Salvador do IFBA, com relação à acessibilidade dos alunos com deficiência e sugerem soluções como a instalação de mais elevadores nos pavilhões e da pista tátil, a construção de mais banheiros acessíveis no térreo, em boas condições de utilização e a existência de sinalização visual para os alunos surdos.

Nas entrevistas, os alunos com deficiência caracterizaram as condições de ensino no *campus* de Salvador do IFBA e verificou-se que as respostas dos mesmos corroboram com os outros entrevistados na questão da necessidade de melhorias na infraestrutura do Instituto, como a instalação da pista tátil, a existência de sinalização no *campus*, indicando a localização, direção e sentido, a existência de mais elevadores e de mais banheiros acessíveis.

### 4.2.3 ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS E COMUNICACIONAIS UTILIZADAS NO CAMPUS DE SALVADOR DO IFBA

A análise se baseia nas estratégias educacionais e comunicacionais conforme disposto na LDB (Lei nº 9.394/96), que prevê que haverá, quando necessário, manutenção de serviços de apoio especializado, na escola regular, ofertados em salas de recursos multifuncionais, segundo a Resolução do Conselho Nacional de Educação, nº 4/2009, com a oferta de tecnologia assistiva, visando atender às peculiaridades dos alunos com deficiência. Observa-se também a Lei nº 10.436/02, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão.

#### 4.2.3.1 Acompanhamento pedagógico

No que se refere ao acompanhamento pedagógico, tem-se que:

O IFBA tem uma equipe multidisciplinar e esforçada, porém ainda não realiza uma avaliação dos resultados. Dessa forma, ainda é necessária uma melhora dessas estratégias (Gestor B, 2013).

Ainda faltam mais profissionais especializados em educação inclusiva. As estratégias pedagógico-metodológicas ainda são insuficientes e deficientes (Servidor C, 2013).

Para mim esse é o problema. Continuamos com as aulas tradicionais, como eram dadas há anos atrás, sem a realização de adaptações curriculares... **A parte pedagógica é pouco significativa em mudanças. Há ainda uma cultura dos professores de não gostar dos pedagogos. O professor tem aversão às mudanças pedagógicas** (Docente E, 2013).

Com relação a essas estratégias, **falta um adequado acompanhamento e planejamento dos alunos com deficiência que chegam à escola.** O Instituto precisa saber quais os setores envolvidos no atendimento desses alunos e os professores que irão ensinar os mesmos (Servidor D, 2013).

Acredito que nesse ponto **o campus atende muito mais com recursos didáticos do que metodológicos**, pois os docentes ainda têm resistência a compreender a educação inclusiva e modificar seus planos de aula para incluir esses alunos (Servidor I, 2014).

Os Servidores A e B e os Gestores D e F afirmam desconhecer as estratégias educacionais e comunicacionais utilizadas pelo *campus* de Salvador do IFBA e o Gestor G afirma saber apenas da existência do NAPNE que é um núcleo voltado para essa área.

Há os que acreditam que houve avanços com relação a essas estratégias:

Nos últimos dois anos houve avanços em relação a **projetos** (Gestor C, 2013).

São razoáveis. **Existe um olhar diferenciado no Instituto**. A diretoria, o NAPNE e a coordenação de Linguagem têm uma mente aberta, emitindo opiniões e realizando ações e discussões (Docente F, 2013).

Não tenho vivenciado plenamente as estratégias educacionais do *campus* de Salvador, talvez pelo fato de estar com uma carga horária reduzida, devido ao doutorado na UFBA/ISC que me encontro cursando, mas tenho tomado conhecimento da adoção de tradutores de libras em sala para alunos com deficiência auditiva. Também a impressão de apostilas impressas em Braille para deficientes visuais. Isso merece ser elogiado... **O fato da criação do NAPNE favorece para que mudanças ocorram no sentido de uma melhor inclusão** (Docente H, 2014).

Verifica-se nas falas dos entrevistados, que o acompanhamento pedagógico do IFBA, com relação aos alunos com deficiência necessita ser mais divulgado e melhor planejado, apesar dos avanços afirmados por alguns servidores, como a adoção de Intérpretes de Libras em sala de aula para alunos surdos.

#### 4.2.3.2 Atividades desenvolvidas pelo NAPNE

As atividades desenvolvidas pelo NAPNE foram avaliadas por alguns entrevistados como **excelentes ou boas**; outros afirmam **não acompanhar as atividades desenvolvidas pelo núcleo** e alguns consideram que **o NAPNE está se estruturando**, buscando superar as deficiências existentes no atendimento aos alunos que acompanha. À época da realização das entrevistas, o NAPNE ainda era um núcleo, passando a ser uma coordenação em 2014.

A maioria dos entrevistados avalia como **excelentes ou boas** as atividades desenvolvidas pelo NAPNE do *campus* de Salvador do IFBA, e alguns realizam sugestões para melhoria do mesmo:

Avalio como excelente. Os intérpretes têm uma atuação muito importante, tanto dentro de sala de aula quanto fora (Servidor A, 2014).

Acho excelente, acolhedor. O problema é que o NAPNE não consegue ressoar o seu trabalho junto aos professores. **A Instituição precisa priorizar e apoiar mais o NAPNE** (Docente E, 2013).

O NAPNE é atuante. Já fui procurada pelo mesmo e noto que o núcleo é sensível e busca realizar ações inclusivas, **porém possui poucos profissionais, sendo necessária a composição no núcleo de uma equipe multidisciplinar** (Servidor C, 2013).

Avalio como boa, com a realização de avanços. No entanto, **os cursos oferecidos pelo NAPNE necessitam ser obrigatórios** (Gestor C, 2013).

É um grande avanço ter um núcleo (NAPNE) no instituto. O NAPNE do IFBA está ampliando a sua estrutura física e a quantidade de profissionais. **Ele precisa se aproximar mais de setores como o DEPAE, seleção, diretoria de ensino, coordenações de curso e secretarias (GRA), a fim de realizar uma maior articulação com esses locais** (Servidor D, 2013).

[...] os Intérpretes de Libras estão sempre aqui no setor, acompanhando os alunos surdos nos estudos. Avalio as ações realizadas pelo NAPNE como boas (Gestor F, 2013).

São positivas. **Com relação aos surdos, a equipe de Intérpretes é satisfatória** (Docente F, 2013).

O núcleo tem feito um bom trabalho, mas encontra dificuldade. **Sendo um núcleo precisaria ser formado por diversos profissionais da Instituição**, mas acaba sendo mantido por um grupo muito pequeno que acaba tendo dificuldades para desenvolver um trabalho melhor (Servidor I, 2014).

Tenho observado pela rede intraifba que o NAPNE tem buscado ampliar o debate sobre a temática a partir de uma série de painéis de discussão no auditório. Parabéns! Também tenho observado o empenho do setor em ampliar o nível de acessibilidade aos usuários cadeirantes ou de reduzida capacidade de locomoção, com a aquisição de elevadores. **No entanto, a morosidade que estas ações ocorrem no âmbito do processo administrativo e burocrático do serviço público é lastimável** (Docente H, 2014).

Alguns entrevistados afirmam que **não acompanham as atividades desenvolvidas pelo NAPNE** e relatam:

**Não acompanho as atividades desenvolvidas pelo NAPNE.** Atendo mais o que é solicitado pelo mesmo, dando prioridade às necessidades dos alunos com deficiência (Gestor B, 2013).

Acredito que dentro das limitações de recursos que o NAPNE possui, todos os seus profissionais têm dado o seu melhor, **mas não conheço as atividades desenvolvidas por este setor** (Gestor G, 2014).

A análise do atendimento atual realizado pelo NAPNE do *campus* de Salvador do IFBA inclui:

O NAPNE ainda está se estruturando. Na medida do possível ele atende aos alunos com deficiência. No entanto, o espaço físico é inadequado, faltam equipamentos específicos e a equipe é pequena (Servidor E, 2013).

Acho que ainda não conseguimos garantir um currículo adaptado às especificidades das pessoas com deficiência, além de não ofertarmos tanta tecnologia assistiva quanto gostaríamos, mas estamos buscando superar isso. Já solicitamos a aquisição de materiais e equipamentos assistivos a fim de possibilitar um melhor acompanhamento das atividades acadêmicas por parte dos estudantes com deficiência e, conseqüentemente, uma melhor formação (Servidor G, 2013).

A resolução do Conselho Nacional de Educação, nº 4/2009 dispõe que os sistemas de ensino devem matricular alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, 2009a). De acordo com o PPI (2013) do IFBA, o AEE é ofertado através do NAPNE, que vem sendo desenvolvido nos campi.

Observa-se que muitos entrevistados avaliam como excelentes ou boas as atividades desenvolvidas pelo NAPNE. No entanto, alguns deles consideram a necessidade de melhorias no atendimento, com a ampliação no número de profissionais e a composição no núcleo de uma equipe multidisciplinar, a adequação do espaço físico, a existência de equipamentos específicos, oferta de cursos de maneira obrigatória, maior integração e articulação do NAPNE com outros setores do Instituto e uma maior prioridade e apoio da gestão com relação ao mesmo. A articulação do NAPNE com outros setores é importante, pois se verifica que existem gestores que afirmam desconhecer ou não acompanhar as atividades desenvolvidas pelo mesmo.

#### **4.2.3.3 A qualificação dos profissionais da Instituição, em relação à educação inclusiva**

Segundo Martins (2012) o investimento na formação inicial dos profissionais de educação para atuação com a diversidade do alunado, e também na formação continuada, é imprescindível para possibilitar a qualidade do atendimento de todos os alunos, dentre eles os alunos com deficiência.

A qualificação dos profissionais do *campus* de Salvador do IFBA auxiliará na remoção de barreiras educacionais, culturais e atitudinais que dificultam o processo de Inclusão.

Pimentel (2012) afirma que a ausência de uma formação específica traz para a escola, principalmente para os docentes, uma sensação de impotência diante da diferença trazida à escola pela Inclusão.



A qualificação dos profissionais foi avaliada como: negativa; negativa, com elogio; regular ou boa e ótima, conforme falas abaixo. Ela foi considerada pela maioria dos gestores e servidores como negativa ou regular.

Alguns entrevistados avaliam de forma **negativa** a qualificação dos profissionais da coordenação em que atuam, em relação à educação inclusiva:

Avalio de forma negativa. **À exceção da psicóloga e de uma assistente administrativa, os outros funcionários não são capacitados** (Servidor C, 2013).

Os profissionais deste setor **não possuem qualificação em educação inclusiva** (Servidor B, 2013).

Avalio negativamente. Os profissionais são pouco receptivos. Mesmo com a oferta de cursos, eles não se interessam. É preciso conscientização. **Na coordenação em que atuo só uma funcionária possui qualificação** (Docente E, 2013).

Avalio negativamente. **A Instituição nunca ofereceu nenhuma capacitação/qualificação em educação inclusiva.** Dessa forma, necessitam ser realizadas, urgentemente, na Instituição, debates e capacitações (Servidor D, 2013).

Avalio negativamente. Não foram oferecidas capacitações aos funcionários. **Necessitam ser oferecidos cursos em educação inclusiva. O NAPNE ofereceu o curso de Libras, mas a quantidade de vagas foi pequena e a oferta precisa ser ampliada. Ainda há uma grande dependência do NAPNE** (Gestor F, 2013).

Avaliação **negativa, mas com elogio** do esforço dos colegas do setor em realizar um bom atendimento:

[...] **acredito que nossos colegas não tenham recebido qualificações específicas neste tema. No entanto, os observo dedicados para atender bem dentro do campo da sua atuação, como servidor administrativo ou docente, da melhor forma possível às pessoas com necessidades especiais.** Nem sempre de forma proativa, mas de maneira corretiva estão sempre buscando solucionar situações que seriam previsíveis em planejamento, a exemplo de acessibilidade das salas de aulas. Os problemas são mais estruturais do que pessoais (Docente H, 2014).

A Lei nº 9.394/1996 determina que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades, com a existência de professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Avaliação como **regular ou boa** da qualificação dos profissionais da coordenação em que estão inseridos, em relação à educação inclusiva:

Avalio como regular. É necessário capacitação em educação inclusiva. No setor em que trabalho, apenas a coordenadora possui qualificação específica, com especialização em educação especial e curso de Libras (Servidor A, 2014).

Não avalio negativamente. Sei das palestras que estão ocorrendo na sessão NAPNE. Há um interesse dos funcionários da coordenação pela educação inclusiva. Nós buscamos informações (Gestor D, 2013).

Acredito que a maioria dos profissionais que atuam no meu setor tem uma formação satisfatória, no **entanto precisam permanentemente passar por formação para se aprimorar melhor** (Servidor I, 2014).

Há quem considere **ótima** a qualificação dos profissionais da coordenação em que atua, em relação à educação inclusiva:

Avalio como ótima. Todos estão dentro dos critérios (Servidor E, 2013).

A qualificação dos profissionais do *campus* de Salvador do IFBA, em relação à educação inclusiva, foi considerada pela maioria dos gestores e servidores como negativa ou regular, pois os mesmos afirmam que nas coordenações em que atuam nenhum profissional ou apenas alguns deles possuem essa qualificação. Dessa forma, alguns servidores acreditam que precisam ser oferecidos cursos em educação inclusiva pelo Instituto, com a realização de debates, sendo indicado por um servidor que o NAPNE ofereceu o curso de Libras, porém a quantidade de vagas não foi suficiente para suprir a demanda existente. Apesar disso, existem servidores que elogiam os colegas pela dedicação no atendimento aos alunos com deficiência e interesse pela educação inclusiva.

#### **4.2.3.4 As contribuições das coordenações/setores do Instituto para a garantia da acessibilidade dos alunos com deficiência**

As contribuições das coordenações são agrupadas, segundo os entrevistados em: realiza alguma contribuição; as contribuições são insuficientes; não realiza ações e desconhece.

Dentre os gestores e servidores que afirmam que as coordenações/setores em que atuam **realizam alguma contribuição** para a garantia da acessibilidade dos alunos com deficiência, obtém-se as seguintes falas:

As pessoas com deficiência precisam ter a possibilidade de ter mais autonomia, sem precisar pedir ajuda o tempo todo. Nós vamos implantar a pista tátil, que já foi comprada. Ela será implantada no Instituto em etapas (Servidor B, 2013).

A CONAE pode contribuir muito com relação aos PNE, mesmo com a falta de capacitação dos assistentes de alunos, pois a boa vontade constrói as ações. Auxílio os alunos com deficiência no deslocamento dentro da escola, desloco as turmas para as salas térreas, movemos uma turma inteira por causa de um aluno (Gestor C, 2013).

Na divulgação dos processos seletivos nós informamos o NAPNE para que o mesmo repasse as informações aos alunos com deficiência. Nós visamos realizar um bom atendimento. No entanto, o NAPNE precisa se articular mais com o profissional do Serviço Social, a fim de manter informações precisas. Nós também damos prioridade aos alunos com deficiência no recebimento de auxílios (Servidor D, 2013).

Nós procuramos facilitar o atendimento aos alunos com deficiência. Quando não conseguimos resolver, chamamos o NAPNE. Pensamos em ter uma sala específica para os alunos com deficiência, com atendimento específico. Todos os dias vemos essa necessidade crescer (Gestor F, 2013).

Tentamos atuar junto ao NAPNE para melhorar o debate e a formação de todos e propomos sempre melhorias onde acreditamos que há necessidade (Servidor I, 2014).

Verifica-se que na coordenação de educação física não existe um projeto de atendimento voltado para os alunos com deficiência, **mas os professores realizam adaptações nas aulas segundo as necessidades dos alunos.**

No que se refere às **contribuições insuficientes**, observa-se que:

Essas ações ainda são baixas. O aluno pode ter acesso ao alimento (no refeitório), porém devido ao grau de deficiência de alguns alunos, a preparação dos alimentos necessita ser diferenciada, com materiais adaptados, mobiliários adequados e profissionais capacitados. As ações ainda são assistencialistas (Servidor C, 2013).

A coordenação em que trabalha **ainda não realiza ações visando essa garantia:**

Ainda não. A coordenação está buscando ações e parcerias com a diretoria e professores (extensão) (Docente F, 2013).

Existe entrevistado que **informa desconhecer a existência dessas contribuições** no departamento em que atua:

Se há, desconheço. O próprio bloco onde está localizado o departamento é inacessível a cadeirantes como já afirmado anteriormente (Docente H, 2014).

A maioria dos gestores e servidores afirma que as coordenações/setores do Instituto em que atuam realizam contribuições para a garantia da acessibilidade dos alunos com

deficiência, realizando ações como o auxílio dos mesmos no deslocamento dentro da escola, transferências de turmas para salas térreas, prioridade e facilitação no atendimento a esses alunos, mesmo com a existência de poucos profissionais capacitados em educação inclusiva no Instituto. O servidor que afirma que as contribuições do setor em que atua são insuficientes considera as ações realizadas pelo mesmo de cunho assistencialista, não podendo ser consideradas Inclusivas. A minoria dos entrevistados afirma que a coordenação em que trabalha não realiza ações visando essa garantia ou informa desconhecer a existência dessas contribuições no departamento em que atua.

#### **4.2.3.5 A tecnologia assistiva utilizada pelos alunos com deficiência**

O Comitê de Ajudas Técnicas (2007) afirma que Tecnologia Assistiva representa uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam a promoção da funcionalidade de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, na realização das atividades da vida diária, visando a sua autonomia, qualidade de vida e inclusão social.

No contexto escolar, a TA possibilita a inclusão educacional dos alunos com deficiência, possibilitando a remoção de barreiras que dificultam o seu adequado desenvolvimento.

No que se refere à tecnologia assistiva utilizada pelos alunos com deficiência no Instituto, as respostas se agrupam em: não tem conhecimento, tem pouco conhecimento e tem conhecimento.

Dentre os entrevistados que afirmam que **não têm conhecimento da tecnologia assistiva** utilizada pelos alunos com deficiência, observa-se que:

Não temos conhecimento da tecnologia assistiva. Já vimos adaptações de mesa (Gestor C, 2013).

Não tenho conhecimento. Os alunos com deficiência procuram o serviço social solicitando tecnologia assistiva e os profissionais daqui não a conhece (Servidor D, 2013).

Outro entrevistado informa ter **muito pouco conhecimento da tecnologia assistiva** e afirma que:

É necessário haver formações continuadas e capacitações em educação inclusiva (Servidor C, 2013).

Dentre os entrevistados que afirmam que **têm conhecimento da tecnologia assistiva**, observa-se:

[...] não temos buscado observar essa tecnologia e se atende realmente às necessidades dos alunos (Servidor I, 2014).

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, instituído pelo Decreto nº 7.612/11, possui dentre as suas diretrizes a promoção do acesso, do desenvolvimento e da inovação em tecnologia assistiva e também instituiu o Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva, com a finalidade de formular, articular e implementar políticas, programas e ações para o fomento ao acesso, desenvolvimento e inovação em tecnologia assistiva. Esse Comitê é composto por órgãos como: o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, dentre outros (BRASIL, 2011b).

Para o desenvolvimento das atividades acadêmico-escolares, apenas um aluno afirma que não precisa de tecnologia de ajuda. Os outros consideram a tecnologia assistiva necessária.

Os alunos informam que a Instituição os tem acompanhado, disponibilizando e adaptando materiais em situações que não conseguem executar, à exceção de um aluno que afirma que os mesmos não são necessários. Os materiais citados pelos entrevistados são os seguintes:

Notebook, Transcritora de Braille e Intérprete de sala (Aluno A, 2013).

Mesa e algumas rampas em locais de difícil acesso (Aluno D, 2013).

Salas acessíveis, gravadores de voz, transcritores de prova (Aluno B, 2013).

Ao serem questionados sobre quais **tipos de recursos/ajudas poderiam necessitar que não existam no campus de Salvador do IFBA**, os alunos consideram a necessidade de diversos tipos de recursos:

A implementação da pista tátil. A existência de leitores na biblioteca (Aluno A, 2013).

Acompanhamento fisioterápico (Aluno B, 2013).

Elevadores nos pavilhões (Aluno D, 2013).

Os alunos E e F informam que estão conseguindo acompanhar as aulas com a utilização de notebook e auxílio do Intérprete de Libras. Os alunos surdos consideram que os professores precisariam utilizar mais materiais visuais nas aulas.

Com relação à tecnologia assistiva utilizada pelos alunos com deficiência tem-se que os entrevistados, no geral, têm pouco ou nenhum conhecimento a respeito da mesma, sendo considerada, por um servidor, a necessidade de haver formações continuadas em educação inclusiva. Além do fato da falta de formação específica de muitos servidores, há a questão da quantidade insuficiente de TA no Instituto, apesar da maioria dos alunos entrevistados informarem que a Instituição os tem acompanhado, disponibilizando recursos e adaptando materiais em situações que não conseguem executar, como Intérprete de Libras, Transcritora de Braille, mesas adaptadas e gravadores de voz.

#### 4.2.3.6 Grupos de pesquisa em educação inclusiva

A existência de grupos de pesquisa em educação inclusiva faz parte da estratégia de geração de conhecimentos e melhorias contínuas. As respostas variam entre desconhecimento da existência de tais grupos; não existência desses grupos e existência de pesquisa individual.

Afirmam que **não existem grupos de pesquisa em educação inclusiva** no departamento em que trabalham:

Não existem grupos de pesquisa em educação inclusiva no departamento em que trabalho (Servidor C, 2013).

Aqui na coordenação não existem profissionais que atuam em grupos de pesquisa em educação inclusiva (Gestor F, 2013).

Afirmam que **desconhecem a existência de tais grupos**:

Aqui no departamento desconheço se existem grupos de pesquisa em educação inclusiva (Servidor D, 2013).

Se há grupos de pesquisa no departamento em que trabalho, desconheço (Docente H, 2014).

Relata que a coordenação em que trabalha **“está buscando ações e parcerias com a diretoria e professores (extensão)”** (Docente F, 2013).

Um servidor afirma:

No departamento em que trabalho existe a pesquisa da profissional de psicologia, que foi coordenadora do NAPNE e está fazendo mestrado nesta área de educação inclusiva (Servidor I, 2014).

Percebe-se que não há no Instituto a realização de grupos de pesquisa em educação inclusiva, havendo em alguns casos, profissionais que realizam, individualmente, pesquisas nessa área.

#### **4.2.3.7 Acompanhamento dos alunos com deficiência, nos estágios em áreas afins aos cursos frequentados pelos mesmos, pelas suas coordenações**

Com relação ao acompanhamento dos alunos com deficiência, nos estágios realizados pelos mesmos, pelas coordenações dos cursos do Instituto, as respostas obtidas foram: não há o acompanhamento dos estágios; existe a preocupação em realizar esse acompanhamento e há solicitação de relação de alunos com deficiência para estágios por empresas ou agente integrador.

Alguns entrevistados afirmam que na coordenação em que atuam **não há o acompanhamento dos estágios dos alunos com deficiência:**

Não tenho conhecimento desse acompanhamento na Instituição (Gestor B, 2013).

Não acompanhamos os estágios dos alunos com deficiência. Não existe nenhum acompanhamento (Docente E, 2013).

O Gestor D (2013) afirma que nos estágios da sua coordenação **existe a preocupação em realizar esse acompanhamento.**

Outro entrevistado relata que:

O que acontece, às vezes, é alguma empresa ou agente integrador solicitar relação de alunos com deficiência para estágios, sendo então enviada tal solicitação para o NAPNE, mas, infelizmente, isso acontece raramente! (Gestor G, 2014).

Observa-se nas falas dos entrevistados que não há, de fato, um acompanhamento, com relação ao acesso e permanência, dos estágios realizados pelos alunos com deficiência, pelas coordenações dos cursos do Instituto, existindo apenas um cuidado de algumas coordenações em acompanharem os alunos com deficiência que realizam estágio em suas coordenações. Os entrevistados não relatam a existência de uma integração a esse respeito entre as coordenações e o NAPNE e a Gerência de Estágios e Egressos.

#### **4.2.3.8 Adequação do vestibular do *campus* de Salvador do IFBA às normas de ingresso para pessoas com deficiência**

As normas de ingresso para pessoas com deficiência ao vestibular são baseadas no **Decreto Federal nº 3.298/99**, que dispõe sobre a Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência e o **Decreto nº 5.296/2004** que regulamenta as **Leis nº 10.048/2000**, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e **nº 10.098/2000**, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

Nas entrevistas, a maioria dos gestores revela **pouco ou nenhum conhecimento a respeito da adequação do vestibular do *campus* de Salvador do IFBA às normas de ingresso para pessoas com deficiência**, de acordo com a legislação vigente:

Não acompanhamos o vestibular (Docente E, 2013).

Desconheço (Gestor A, 2014).

Eu sei que a escola reserva vagas para as pessoas com deficiência (Gestor D, 2013).

Nos últimos editais do vestibular do IFBA que cheguei a ler, percebi que sempre há um item que informa as vagas destinadas para os candidatos com deficiência, no caso 5% das vagas por curso, conforme decreto federal. Acredito que esteja de acordo com a legislação vigente (Gestor G, 2014).

Verifica-se no Decreto nº 5.296/2004 que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O Decreto Federal nº 3.298/99 dispõe que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. O Decreto informa também que as escolas e instituições de educação profissional oferecerão se necessário, serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da pessoa portadora de deficiência, tais como: adaptação dos recursos instrucionais (material pedagógico, currículo, etc.), capacitação dos recursos humanos



e adequação dos recursos físicos com a eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação.

A maioria dos alunos afirma que ao realizarem a inscrição para o vestibular do *campus* de Salvador do IFBA **sabiam que existiam direitos especiais** como ledores de prova, salas adequadas, acesso através de rampas, mobiliário específico, tempo adicional de prova, Intérprete de Libras e afirmam que optaram por esses direitos no ato da inscrição, cada qual de acordo com as suas especificidades. Apenas um deles afirma que não sabia da existência desses direitos especiais. Eles informam que os recursos disponíveis para a realização do exame preencheram as suas necessidades para a realização das provas:

Sim. Com a ajuda do ledor, foi eficiente (Aluno A, 2013).

Sim, totalmente atendidos (Aluno C, 2013).

Verifica-se que apesar do pouco ou nenhum conhecimento revelado pelos gestores a respeito da adequação do vestibular do *campus* de Salvador do IFBA às normas de ingresso para pessoas com deficiência, de acordo com a legislação vigente, o edital de inscrição do processo seletivo do IFBA procura seguir as normas de acesso para pessoas com deficiência.

#### **4.2.3.9 Dificuldades encontradas pelos servidores no atendimento aos alunos com deficiência**

Existem servidores que afirmam que **encontram dificuldades no atendimento aos alunos com deficiência:**

Sinto dificuldades com relação aos alunos surdos, pois não possuo o curso de Libras (Servidor A, 2014).

A dificuldade que existe é a questão da falta de equipamentos e materiais para a transcrição do braile. O trabalho é feito fora da Instituição, utilizando a minha máquina e papéis especiais (Servidor E, 2013).

Observa-se que as dificuldades relatadas pelos servidores no atendimento aos alunos com deficiência relacionam-se à falta de capacitação em educação inclusiva de muitos servidores e à insuficiência de recursos e materiais específicos para a realização do trabalho e utilização pelos alunos.

#### 4.2.3.10 Incentivo no Instituto à cultura da inclusão

No que se refere ao incentivo da cultura inclusiva no Instituto, servidores e gestores posicionam-se da seguinte forma:

A melhor forma de incentivar a cultura é mediante a **capacitação dos profissionais**, pois dessa forma os mesmos saem da ignorância. A qualificação possibilita que o servidor possua um olhar diferenciado. Além da capacitação, é necessário haver campanhas educativas, ações inclusivas, entre outros (Servidor A, 2014).

Precisa ser estimulada a sensibilização no IFBA mediante o papel dos psicólogos, professores e do NAPNE, com a realização de eventos, debates, capacitações, criações de murais e folders. O refeitório pode ser utilizado para o estímulo da cultura, com a difusão de informações, pois recebe muitos alunos diariamente. Há a necessidade da existência de uma equipe especializada e direcionada, com a oferta de capacitações, além de tempo para o desenvolvimento das ações (Servidor C, 2013).

A cultura da inclusão pode ser incentivada com a implementação de mais projetos, eventos culturais. Os alunos com deficiência deveriam ter mais espaço para aparecerem mais. Os alunos ficam limitados entre a sala de aula e o NAPNE (Gestor C, 2013).

Precisa haver **mudanças de concepções dos gestores**. Para isso deve haver a realização de debates, grupos de pesquisa, cursos, eventos de qualificação, melhoria da estrutura física e a diminuição de preconceitos (Servidor D, 2013).

Com a oferta de cursos de Libras à comunidade, ações de conscientização, além da oferta de profissionais especializados aos alunos com deficiência, como por exemplo, pedagogos com especialização em Libras, conhecimentos em Braille, ampliando a acessibilidade (Docente F, 2013).

Acredito que o NAPNE tem um papel importante para viabilizar um canal de comunicação direta com os próprios estudantes com necessidades especiais para saber de suas inquietações, que devem ser das mais diversas. Esses canais com os jovens nem sempre precisam ser em reunião ou agenda para conversa pessoal. Pode ser através de ferramentas que eles estão mais acostumados a usar ou que ficam mais a vontade para trocar ideias, a exemplo do facebook, twitter, whatsapp, etc. Da mesma forma, participação em reuniões de departamento, coordenações, conselhos, etc. para apresentar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo NAPNE e também para colher novas demandas e assim fazer o tema entrar na pauta dos encontros coletivos dos profissionais do *campus* (Docente H, 2014).

A Lei nº 10.098/2000, no Art. 24, dispõe que o poder público promoverá campanhas informativas e educativas dirigidas à população em geral, com a finalidade de conscientizá-la e sensibilizá-la quanto à acessibilidade e à integração social da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, o que demonstra a preocupação da Lei em incentivar a cultura inclusiva (BRASIL, 2000b).

Os entrevistados consideram importante o incentivo da cultura inclusiva no Instituto, posicionando-se favoráveis às estratégias que impulsionem a formação da mesma, como a realização de campanhas educativas, eventos culturais, oferta de capacitações, criações de murais e folders, a implementação de mais projetos, entre outros. Essas ações contribuem para a existência de um ambiente inclusivo no Instituto, o que possibilita um melhor atendimento aos alunos com deficiência pelos servidores.

Conforme se observa no registro fotográfico, que consta no apêndice C, a própria existência de pontos na infraestrutura do Instituto em desacordo à norma NBR 9050/2004, dificulta a criação de um ambiente inclusivo no Instituto, e por consequência desfavorece o estímulo à cultura inclusiva no mesmo.

#### 4.3 INFRAESTRUTURA DO CAMPUS DE SALVADOR DO IFBA E NÃO CONFORMIDADES

Na realização da pesquisa, observou-se que o *campus* de Salvador IFBA representa uma construção antiga (centenária), instituída no ano de 1910, não possuindo, atualmente, muitas adaptações para as pessoas com deficiência. A legislação brasileira acerca da acessibilidade, a exemplo da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e do Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, é posterior à construção do prédio.

**Quadro 11** – Acessos, Rampas e Salas de aula/Não conformidades. IFBA, 2014.

NÃO CONFORMIDADES	NORMA NBR 9050/2004
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Diversas áreas (<b>37,5%</b>) do <i>campus</i> de Salvador do IFBA, não oferecem acesso aos alunos cadeirantes, pela <b>inexistência de rampa ou elevador</b> e nos locais onde o elevador existe, o mesmo não se encontra em funcionamento.</li> <li>➤ Nos locais onde há a presença de <b>rampa</b>, <b>82%</b> delas possui <b>largura e/ou inclinação total em desacordo à norma</b>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ As <b>rampas devem ter inclinação</b> entre <b>6,25%</b> e <b>8,33%</b> (limites estabelecidos pela ABNT). A largura das rampas (L) deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas.</li> <li>➤ A <b>largura livre mínima</b> recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de <b>1,50 m</b>, sendo o <b>mínimo</b> admissível <b>1,20 m</b>.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Em <b>36%</b> das salas, as <b>portas não possuem uma medida</b> adequada à norma e a maçaneta não é do tipo alavanca.</li> <li>➤ Em <b>63,5%</b> das salas de aula e dos laboratórios, as <b>cores</b> entre pisos, paredes e móveis <b>não são contrastantes</b>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ As <b>portas</b> devem ter um <b>vão livre mínimo de 0,80 m</b> e a <b>altura mínima de 2,10 m</b>. Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre de <b>0,80 m</b>.</li> <li>➤ As suas <b>maçanetas</b> devem ser do <b>tipo alavanca</b>.</li> </ul>
---	--

Fonte: *campus* de Salvador do IFBA.

**Quadro 12** – Bebedouros e Piso/Não conformidades. IFBA, 2014.

<b>NÃO CONFORMIDADES</b>	<b>NORMA NBR 9050/2004</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>90%</b> dos <b>bebedouros</b> existentes no Instituto, <b>não</b> possuem a <b>altura</b> recomendada pela norma.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A norma especifica que deve ser prevista a instalação de <b>50%</b> de <b>bebedouros acessíveis</b> por pavimento, respeitando o mínimo de um, e eles devem estar <b>localizados em rotas acessíveis</b>.</li> <li>➤ O <b>bebedouro</b> acessível deve possuir <b>altura livre inferior</b> de no <b>mínimo 0,73 m</b> do piso e a <b>bica</b> deve estar localizada no lado frontal do bebedouro e possuir <b>altura de 0,90 m</b>.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Em <b>27%</b> das áreas do Instituto, o <b>piso</b> apresenta <b>irregularidades</b>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ No geral, os <b>pisos</b></li> <li>➤ m ter superfície <b>regular, firme, estável e antiderrapante</b> sob qualquer condição, que não provoque <b>trepidação</b> em dispositivos com rodas.</li> <li>➤ Devem ser instalados também o <b>piso tátil de alerta</b> e o <b>piso tátil direcional</b>.</li> </ul>

Fonte: *campus* de Salvador do IFBA.

Quadro 13 – Sanitários/Não conformidades. IFBA, 2014.

NÃO CONFORMIDADES	NORMA NBR 9050/2004
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dos sanitários do Instituto que foram verificados, <b>55,5%</b> dos <b>sanitários acessíveis não</b> estão em total adequação à norma NBR 9050/2004.</li> <li>➤ <b>55,5%</b> dos sanitários verificados <b>não possuem</b> sanitários acessíveis;</li> <li>➤ <b>22,2%</b> dos sanitários acessíveis estão <b>interditados</b>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Os sanitários devem ter no <b>mínimo 5%</b> do total de cada peça instalada acessível, respeitada no mínimo uma de cada.</li> <li>➤ As <b>barras de apoio</b> utilizadas em sanitários e vestiários devem estar bem fixadas em paredes ou divisórias a uma <b>distância mínima</b> destas de <b>4 cm</b> da face interna da barra.</li> <li>➤ Junto à bacia sanitária, <b>na lateral e no fundo</b>, devem ser colocadas <b>barras horizontais para apoio e transferência</b>, com <b>comprimento mínimo</b> de <b>0,80 m</b> e <b>0,75 m</b> de <b>altura</b> do piso acabado.</li> <li>➤ O acionamento da descarga deve estar a uma <b>altura</b> de <b>1,00 m</b>, do seu eixo ao piso acabado, e ser preferencialmente <b>do tipo alavanca ou com mecanismos automáticos</b>.</li> </ul>

Fonte: *campus* de Salvador do IFBA.

Quadro 14 – Bancadas e Mesas/Não conformidades. IFBA, 2014.

NÃO CONFORMIDADES	NORMA NBR 9050/2004
<p>➤ <b>90,9%</b> das <b>bancadas e mesas</b> de trabalho e refeição verificadas, <b>não</b> estão <b>adaptadas</b> para atendimento a pessoas em <b>cadeiras de rodas</b> ou com <b>baixa estatura</b>.</p>	<p>➤ Pelo menos <b>5%</b> das <b>mesas ou superfícies para refeições ou estudo</b>, com no mínimo uma do total, deve ser acessível para P.C.R. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros <b>10%</b> sejam <b>adaptáveis</b> para acessibilidade.</p> <p>➤ Elas devem estar localizadas junto às <b>rotas acessíveis</b>. As mesas ou superfícies devem ter <b>altura</b> entre <b>0,75 m e 0,85 m do piso</b>.</p> <p>➤ Na área de aproximação, uma parte da <b>superfície dos balcões de vendas ou serviços</b>, com <b>extensão</b> de no <b>mínimo 0,90 m</b>, deve ter <b>altura</b> de no <b>máximo 0,90 m</b> do piso.</p>

Fonte: *campus* de Salvador do IFBA.

Quadro 15 – Estacionamentos/Não conformidades. IFBA, 2014.

NÃO CONFORMIDADES	NORMA NBR 9050/2004
<p>➤ Nos <b>estacionamentos</b> do Instituto, <b>100%</b> das <b>vagas reservadas</b> para pessoas com deficiência possuem apenas <b>placa de identificação</b>.</p>	<p>➤ A norma especifica que as vagas reservadas para pessoas com deficiência, além de possuírem <b>placa de identificação</b>, devem estar sinalizadas com <b>pintura no piso</b> e conter <b>espaço adicional</b> para a circulação de cadeira de rodas.</p>

Fonte: *campus* de Salvador do IFBA.

Verifica-se que 37,5% do *campus* de Salvador do IFBA não oferecem acesso aos seus andares superiores, aos alunos cadeirantes ou com mobilidade reduzida, pela inexistência de rampa ou elevador e nos locais onde o elevador existe, o mesmo não se encontra em funcionamento. Nos locais onde há a presença de rampa, 82% delas possui largura e inclinação total (termo utilizado na NBR 9050/2004) em desacordo à norma. Em 36% das salas de aula, as portas não possuem a medida recomendada pela norma e a maçaneta não é do tipo alavanca. Em 63,5% das salas de aula e dos laboratórios as cores entre pisos, paredes e móveis não são contrastantes. A quase totalidade dos bebedouros (90%) existentes no Instituto não possui a altura recomendada pela norma. Dos sanitários do Instituto que foram verificados, 55,5% dos sanitários acessíveis não está em total adequação à norma, sendo que 22,2% deles estão interditados, como o que ocorre nos sanitários acessíveis do 2º andar do Bloco D, enquanto que em 55,5% dos locais não há sanitários acessíveis, como ocorre na área dos laboratórios de automação localizados no térreo. Com relação às bancadas e mesas de trabalho e refeição, verificou-se que 90,9% delas não estão adaptadas para atendimento a pessoas em cadeiras de rodas ou com baixa estatura, como se observou nos laboratórios de física, química e metalografia do Instituto. E, por fim, observou-se que nos estacionamento do Instituto, todas as vagas (100%) reservadas para as pessoas com deficiência possuem apenas placa de identificação, não estando sinalizadas com pintura no piso e sem conter espaço adicional para a circulação de cadeira de rodas, conforme preconiza a norma.

As não conformidades existentes na infraestrutura do *campus* de Salvador do IFBA foram registradas em fotografia, pela autora deste trabalho, e podem ser verificadas no apêndice C, como na figura 8, em que se observa a sala da CAPNE e na figura 10, em que é visualizada a vaga reservada para pessoas com deficiência do estacionamento dos alunos.

Dessa forma, verifica-se a necessidade da adequação de muitas áreas e mobiliários do Instituto à norma supracitada, adaptando o ambiente escolar às necessidades e especificidades dos alunos com deficiência, possibilitando a permanência dos mesmos na Instituição.

A Norma Brasileira 9050/2004, que especifica a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, evidencia as características e medidas que precisam ser seguidas pelas construções, a fim de que as mesmas possam estar preparadas para a realização de um atendimento eficiente, garantindo a acessibilidade e qualidade no atendimento às pessoas com deficiência. Foram sinalizadas neste estudo, as principais especificações da

norma, em relação aos itens da infraestrutura selecionados para avaliação. Tais especificações podem ser visualizadas em maiores detalhes no anexo B.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo geral analisar as estratégias que estão sendo implementadas para a garantia da execução de Políticas Públicas de acessibilidade para alunos com deficiência no *campus* de Salvador do IFBA. Os objetivos específicos desta pesquisa foram: descrever o perfil dos alunos com deficiência matriculados no Instituto; analisar os programas existentes no mesmo, no que se refere à remoção de barreiras arquitetônicas, educacionais e comunicacionais; identificar o conhecimento referido pelos servidores sobre a legislação em educação inclusiva, para atuar junto aos alunos com deficiência no *campus* e analisar a infraestrutura do Instituto, no que se refere à acessibilidade arquitetônica para os alunos com deficiência.

Na análise do perfil desses alunos constata-se que do total de 56 alunos com deficiência matriculados no Instituto até março de 2014, mais da metade são alunos do nível superior (34), sendo a maioria alunos com deficiência física (25), seguidos dos alunos com deficiência auditiva (15) e dos alunos com deficiência visual (11). Dentre os alunos com deficiência física, quatro são cadeirantes. O perfil e o número de alunos com deficiência que concluem os cursos justificam a urgência na implementação das estratégias arquitetônicas, educacionais e comunicacionais do Instituto, a fim de oferecer condições de permanência aos mesmos, em igualdade com os demais alunos, conforme preconiza a Constituição Federal (1988) e demais Leis a cerca da Educação Inclusiva, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, a Lei nº 10.436 de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão e a norma NBR 9050/2004, que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

A análise da estrutura dos programas existentes no *campus* de Salvador do IFBA, no que se refere à remoção de barreiras arquitetônicas, educacionais e comunicacionais, revela a existência nos documentos institucionais, de uma maior atenção da gestão às questões referentes à educação inclusiva e à acessibilidade, mediante a criação da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE), do Projeto Político Institucional (PPI), que afirma ser dever da Instituição a priorização da qualidade do ensino,

com investimentos na formação de professores e em recursos pedagógicos, visando a modificação do paradigma educacional tradicional ainda vigente, com a utilização de novas práticas pedagógicas, melhoria contínua da infraestrutura do *campus* e a promoção de políticas institucionais que considerem as características pessoais de todos os alunos e a satisfação de suas necessidades, favorecendo assim o aprendizado de todos. Nesse sentido, o *campus* de Salvador do IFBA possui também uma Política de Assistência Estudantil (PAE), realizada pelo setor de Serviço Social que compreende programas, projetos e ações desenvolvidos pelo Instituto, no intuito de favorecer a permanência do aluno, com a qualidade a que lhe é de direito.

O edital do processo seletivo do *campus* de Salvador do IFBA possui normas de ingresso para as pessoas com deficiência, realizando um atendimento diferenciado desses alunos no dia da prova, baseando-se em normas como o Decreto Federal nº 3.298/99 e o Decreto nº 5.296/2004.

Verifica-se que os educadores do Instituto procuram seguir as orientações dispostas na legislação referente à educação inclusiva, aproximando-se mais do conceito de Inclusão descrito pela Escola de Gente-Comunicação em Inclusão (2002), que exige transformações profundas, em que a escola se adapta para atender às necessidades das pessoas com deficiência e, dessa forma, se torna mais atenta às necessidades de todos os alunos. No entanto, observa-se que ainda é necessária a oferta de mais tecnologia assistiva, melhorias na infraestrutura, oferta de capacitações aos servidores e incentivo à cultura inclusiva no Instituto.

Na identificação do conhecimento referido pelos servidores sobre a legislação em educação inclusiva, para atuar junto aos alunos com deficiência no *campus* de Salvador do IFBA, verificou-se que muitos gestores e servidores do Instituto possuem pouco ou nenhum conhecimento a respeito dessa legislação e a maioria não possui capacitação em educação inclusiva, tendo sido oferecido pela CAPNE em 2013, apenas um curso de Libras à comunidade escolar, o que não foi suficiente para suprir a demanda existente.

A análise das entrevistas foi categorizada em: Educação Inclusiva; Infraestrutura atual do *campus* de Salvador do IFBA, na perspectiva da acessibilidade aos alunos com deficiência e Estratégias educacionais e comunicacionais utilizadas no *campus* de Salvador do IFBA.

Verificou-se que muitos gestores e servidores consideram que a educação inclusiva é um direito das pessoas com deficiência, pois sabem da obrigatoriedade da legislação nesse sentido. Muitos entrevistados indicam que a educação inclusiva é muito importante em uma Instituição de educação profissional e tecnológica, pois a mesma pode aumentar as chances de inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. No entanto, os mesmos consideram que para que haja a oferta de uma educação inclusiva com qualidade, são necessárias mudanças internas no Instituto, iniciando pela conscientização de toda a comunidade.

Com relação às estratégias educacionais e comunicacionais utilizadas pelo *campus* de Salvador do IFBA, os gestores e os servidores entrevistados consideram que ainda são necessárias melhorias, visto que as estratégias não suprem as necessidades dos alunos com deficiência, pois faltam mais profissionais com capacitação em educação inclusiva e há a necessidade de adaptações curriculares. Alguns entrevistados, porém acreditam que houve avanços com relação a essas estratégias, com a existência de mais projetos relacionados à educação Inclusiva como a oferta de um ciclo de palestras à comunidade do *campus* pela CAPNE. Muitos gestores e servidores consideram excelentes ou boas as atividades desenvolvidas pela CAPNE, apesar da ressalva quanto à existência de poucos profissionais, visto que a coordenação necessita ser composta por uma equipe multidisciplinar, espaço físico inadequado e insuficiência de recursos e materiais específicos.

No que se refere à qualificação dos profissionais da Instituição em educação inclusiva, a maioria dos gestores e servidores entrevistados a avaliam de forma negativa, sendo necessária uma maior conscientização dos servidores, com a oferta de mais capacitações/qualificações nessa área. A oferta dessas capacitações é de fundamental importância, devido ao pouco conhecimento formal dos servidores nos assuntos relacionados à educação inclusiva, como pode ser demonstrado pelo pouco ou nenhum conhecimento de muitos deles a respeito da tecnologia assistiva utilizada pelos alunos com deficiência.

Os gestores, servidores e alunos entrevistados consideram que a infraestrutura atual do *campus* de Salvador do IFBA, na perspectiva da acessibilidade aos alunos com deficiência necessita de melhorias, segundo as normas da legislação à cerca do assunto. Considerando que o *campus* é um prédio antigo, construído num período anterior à existência dessas normas, são necessárias adaptações e reformas. Os entrevistados apresentaram sugestões

como a instalação da pista tátil e de mais elevadores nos blocos, a construção de mais banheiros acessíveis no térreo, em boas condições de utilização e a existência de sinalização visual para os alunos surdos.

Diante do exposto neste trabalho, verifica-se que a efetiva implementação de Políticas Públicas de acessibilidade para alunos com deficiência, no *campus* de Salvador do IFBA, ocorrerá a partir da melhoria de estratégias arquitetônicas, educacionais e comunicacionais. No entanto, para que isso aconteça é fundamental que haja a promoção da cultura da inclusão no Instituto, com o incentivo de atitudes por parte dos servidores, que favoreçam a coesão social e a aceitação da diversidade, indispensáveis para que haja o processo de inclusão educacional.

Apesar do Regimento Geral do *campus* de Salvador do IFBA incluir dentre as coordenações do Instituto a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, do Projeto Político Institucional refletir sobre a Inclusão, da criação de programas específicos de inclusão escolar e das ações e estratégias da CAPNE do *campus* de Salvador do IFBA, visando garantir a acessibilidade aos alunos aos quais atende, pode-se afirmar que ainda não existe uma educação inclusiva efetiva no Instituto.

Este trabalho apresenta como limite o estudo das necessidades específicas dos alunos com deficiência atendidos pela CAPNE, que não pôde ser realizado, pois se trata de um público alvo heterogêneo, sugerindo-se assim, a realização de novos trabalhos, nesse sentido. Dessa forma, precisa haver a realização de mais estudos e pesquisas em educação inclusiva no Instituto, visando o aprimoramento das estratégias de acessibilidade utilizadas no *campus*, em consonância com as Políticas Públicas e demais legislações existentes.

Como sugestão, este estudo propõe para o *campus* de Salvador do IFBA, as seguintes recomendações, visando o aprimoramento das estratégias de acessibilidade utilizadas no Instituto para os alunos com deficiência:

- Recomenda-se que no PDI 2014-2018 do Instituto, que já se encontra em fase de elaboração, exista um tópico específico para a CAPNE, além da existência de mais estratégias para pôr em prática as diretrizes e os objetivos já existentes, visando à obtenção de um maior espaço e visibilidade das questões relacionadas à educação inclusiva e acessibilidade;

- A adaptação da infraestrutura do Instituto, segundo a norma NBR 9050/2004, e demais Leis à cerca do assunto;
- A realização de uma Política de capacitação permanente em educação inclusiva para os servidores (docentes e técnicos administrativos) e a criação de grupos de pesquisa em educação inclusiva;
- O incentivo à cultura inclusiva a toda a comunidade do *campus* de Salvador do IFBA, com a realização de eventos, cursos e campanhas educativas, pois não há como existir uma educação inclusiva desenvolvida, com uma comunidade culturalmente subdesenvolvida nessa área;
- A oferta de um programa de educação para a pró-sociabilidade de toda a comunidade acadêmica;
- A elaboração de um Plano para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a identificação das necessidades educativas específicas dos alunos com deficiência e a indicação dos recursos necessários ao desenvolvimento das atividades realizadas pelos mesmos;
- A nomeação de professores para o exercício da docência no AEE, de técnicos administrativos com especialização em educação inclusiva e de profissionais que atuam no apoio às atividades de locomoção, higiene e alimentação aos alunos com deficiência;
- A realização de parcerias e integrações intersetoriais para a elaboração e implementação de estratégias de acessibilidade, facilitando assim a execução das mesmas;
- A existência de adaptações curriculares para os alunos com deficiência (adaptações dos conteúdos abordados, de objetivos de ensino, da organização didática, da metodologia, das formas de avaliação, dentre outras).

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana Paula et al. Inclusão de alunos com necessidades especiais no Instituto Federal Farroupilha: campus Santo Augusto: adaptações e contexto. In: SEMINÁRIO EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE, INCLUSÃO, 1., 2013, São Vicente do Sul. **Anais eletrônicos...** São Vicente do Sul: IFFarroupilha, 2013. Disponível em: <[http://blog.iffarroupilha.edu.br/eventosproen/cd\\_anais2013/arquivos](http://blog.iffarroupilha.edu.br/eventosproen/cd_anais2013/arquivos)>. Acesso em: 7 fev. 2014.
- ALVES, Mário J. Mobilidade e acessibilidade: conceitos e novas práticas. **Indústria e Ambiente**, S.l., p. 12-14, 2009. Disponível em: <[http://www.pascal.iseg.utl.pt/...e.../8\\_Industria\\_e\\_Ambiente\\_mob\\_vs\\_acess.pdf](http://www.pascal.iseg.utl.pt/...e.../8_Industria_e_Ambiente_mob_vs_acess.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2012.
- AMABILE, Antonio Eduardo de Noronha. Políticas públicas. In: CASTRO, Carmen Lucia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rubia Braga; AMABILE, Antonio Eduardo de Noronha. **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena, MG: EDUEMG, 2012. p. 390-391.
- ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. **Normalização**. Disponível em: <<http://www.albimaq.org.br>>. Acesso em: 19 nov. 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, 2004.
- AZAMBUJA, Guacira; SOUZA, Carmen Rosane Segatto e; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. Cultura de educação inclusiva: a educação especial e os processos formativos de professores. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 2, p. 291-308, jun./dez. 2012. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2770>>. Acesso em: 06 fev. 2014.
- AZNAR-FARIAS, Maria; OLIVEIRA-MONTEIRO, Nancy Ramacciotti de. Reflexões sobre pró-sociabilidade, resiliência e psicologia positiva. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 39-46, dez. 2006.
- BARDIN, Laurence. Definição e relação com as outras ciências. In: \_\_\_\_\_. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 29-48.
- BARRETTA, Emanuele; CANAN, Silvia. Políticas públicas de educação inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2012, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos...** Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/>>. Acesso em: 4 mar. 2013.

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: CEDI, 2008. Disponível em: < <http://proeja.com/portal/images/semana-quimica/2011-10-19/tec-assistiva.pdf> >. Acesso em: 20 maio 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF, 1994.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Seção 1, p. 10.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000 e 10.098 de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Seção 1, p. 5.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2005a. Seção 1, p. 28.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 ago. 2009a. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011a. Seção 1, Edição Extra, p. 5.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011b. Seção 1, p. 12.

BRASIL. Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985. Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 nov. 1985. Seção 1, p. 16541.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes,

e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 out. 1989. Seção 1, p. 192.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 nov. 2000a. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 2000b. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002b. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Seção 1, p. 23.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **PPA: plano plurianual 2012-2015**. Brasília, DF, 2012a.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Avanços das políticas públicas para as pessoas com deficiência**: uma análise a partir das conferências nacionais. Brasília, DF, 2012b.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos; BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Cartilha do censo 2010**: pessoas com deficiência. Brasília, DF, 2012c.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Educação infantil**: saberes e práticas da inclusão. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Manual de acessibilidade espacial para escolas**: o direito à escola acessível! Brasília, DF, 2009b.

BRASIL. **Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência Comitê Brasileiro de Tecnologia Assistiva. Comitê de Ajudas Técnicas. **Relatório anual 2007**. Brasília, DF, 2008.



CALDAS, Ricardo Wahrendorff (Coord.). **Políticas públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. (Políticas públicas, v. 7) Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%20C%9ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2012.

CAMACHO, Orlando. **Educação especial**: em direção à educação inclusiva. 2. ed. Porto Alegre: Edipicucrs, 2004.

CAMPOS, Rafaely Karolynne do Nascimento. Rompendo barreiras atitudinais: relato de experiência das oficinas inclusivas do IFS – campus Itabaiana. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, EDUCERE, 11., 2013, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: PUCPR, 2013. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/8938\\_5984.pdf](http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/8938_5984.pdf)>. Acesso em: 8 fev. 2014.

CANDAU, Vera. Escola, inclusão social e diferenças culturais. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, ENDIPE, 16., 2012, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: UNICAMP, 2012. Disponível em: <<http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos.../0019s.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2014.

COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (BRASIL). **Documento final**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/.../documento\\_final\\_sl.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/.../documento_final_sl.pdf)>. Acesso em: 7 maio 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 out. 2009. Seção 1, p.17.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 abr. 2002. Seção 1, p. 31.

DECLARAÇÃO internacional de Montreal sobre inclusão. 2001. Disponível em: <[http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_inclu.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2013.

DICIONÁRIO do Aurélio. 2013. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/>>. Acesso em: 20 set. 2012.

DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília, DF: Ed. UnB, 2009. p. 99-132.

ESCOLA DE GENTE-COMUNICAÇÃO EM INCLUSÃO. **Manual da mídia legal:** comunicadores pela inclusão. Rio de Janeiro: WVA, 2002. Disponível em: <<http://store-escoladegente.locasite.com.br/loja/pdf/mml1.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

FIGUEIRÊDO, Joana D`Arc da Silva; OLIVEIRA, Patricia Alves; VILLA NOVA, Rafaella Fernanda. Gestão democrática e as práticas inclusivas destinadas a estudantes com necessidades especiais. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO, EPEPE, 4., 2012, Caruaru. **Anais eletrônicos...** Caruaru, PE: UFPE, 2012. Disponível em: <<http://www.epepe.com.br>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

FREITAS, Vera. **Acessibilidade nos espaços físicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.** 2009. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Lato-Sensu em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, 2009.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **A construção do conceito de tecnologia assistiva:** alguns novos interrogantes e desafios. Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=2430>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva:** apropriação, demandas e perspectivas. 2009. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

\_\_\_\_\_; MIRANDA, Theresinha Guimarães. Tecnologia assistiva e paradigmas educacionais: percepção e prática dos professores. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 34., 2011, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: ANPEd, 2011. Disponível em: <[http://www.galvaofilho.net/Artigo\\_34\\_ANPEd.pdf](http://www.galvaofilho.net/Artigo_34_ANPEd.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2013.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. **Políticas públicas e desenvolvimento:** bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília, DF: Ed.UnB, 2009. p. 23-39.

IBGE. **Censo demográfico, 2010.** 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 5 maio 2012.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional:** formar-se para a mudança e a incerteza. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

INEP. **Censo escolar, 2010.** 2010. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/.../censo\\_escolar/](http://download.inep.gov.br/.../censo_escolar/)>. Acesso em: 5 maio 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Política da diversidade e inclusão do IF Baiano.** 2012. Disponível em: <<http://www.ifba.edu.br>>. Acesso em: 5 jul. 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **O Instituto.** 2013. Disponível em: <<http://www.ifba.edu.br>>. Acesso em: 3 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2009-2013.** [Salvador], 2009. Disponível em: <[http://www.dgti.ifba.edu.br/sites/default/files/attachments/PDI-IFBA-Em\\_construcao.pdf](http://www.dgti.ifba.edu.br/sites/default/files/attachments/PDI-IFBA-Em_construcao.pdf)>. Acesso em: 5 abr. 2012

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico Institucional do IFBA.** Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.ifba.edu.br>>. Acesso em: 5 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Regimento do Campus de Salvador - IFBA.** Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.ifba.edu.br>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Conselho Superior. **Diretrizes para a política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.** Salvador, 2010. Disponível em: <<http://www.ifba.edu.br>>. Acesso em: 4 out. 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. **Blog do Curupira.** 2013. Disponível em: <<http://www.ifam.edu.br>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Núcleo Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. **Acessibilidade e inclusão acadêmica do aluno com necessidades educacionais especiais no Ifes.** Serra, ES, 2009. Disponível em: <[http://\\_cead.ifes.edu.br](http://_cead.ifes.edu.br)>. Acesso em: 8 fev. 2014.

INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO (PORTUGAL). Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. **Desenho universal.** Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://www.inr.pt>> Acesso em: 24 set. 2012.

KIELMANN, Samara; SILVEIRA, Liliane Mascarenhas; SOUZA, Liana Figueirêdo Almeida de. As redes de atenção para pessoas com deficiência na Bahia: construindo políticas públicas. In: LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira; PINTO, Isabela Cardoso de Matos; PEREIRA, Sílvia de Oliveira (Org.). **Políticas públicas e pessoa com deficiência: direitos humanos, família e saúde.** Salvador: EDUFBA, 2011. p. 155-177.

KOLLER, Sílvia. Educação para pró-sociabilidade: uma lição de cidadania? **Paidéia,** Ribeirão Preto, SP, n. 12-13, p. 39-50, fev./ago. 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103...](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103...)>. Acesso em: 6 fev. 2014.

MANZINI, Eduardo José. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: ENSAIOS pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília, DF: SEESP/MEC, 2005. p. 82-86.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Lúcia de Araújo. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (Org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: EDUFBA, 2012. p. 25-38.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Modelo de negócios e estratégia. In: \_\_\_\_\_. **Teoria geral da administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 239-255.

MINTZBERG, Henry; QUINN, James B. **The strategy process: concepts, contexts and cases**. 2. th. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall International, 2000.

NEGRINI, Tatiane et al. Acessibilidade na agenda da inclusão social e educacional. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 23, n. 37, p. 287-298, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.crpq.pt>>. Acesso em: 29 maio 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. [S.l.], 2006.

PÉREZ GÓMEZ, Angel I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PIMENTEL, Susana Couto. Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (Org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 139-155.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. **Cartilha de acessibilidade arquitetônica e urbanística**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.faders.rs.gov.br/servicos/21>>. Acesso em: 04 nov. 2012.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. v. 1.

SÃO PAULO. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Relatório mundial sobre deficiência**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/sis/lenoticia>>. Acesso em: 5 nov. 2012.

SASSAKI, Romeu. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão: revista de educação especial**, Brasília, DF, ano 1, n. 1, p. 19-23, out. 2005.

SCHNEIDER, Anne Larson. Pesquisa avaliativa e melhoria da decisão política: evolução histórica e guia prático. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília, DF: Ed. UnB, 2009. p. 311-328.

STEINER, George A.; MINER, John B. **Política e estratégia administrativa**. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

ULIANA, Cleverson Casarin. **NVDA: software livre: leitor de tela para windows**. 2008. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/nvda>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

**APÊNDICE A – Roteiro de Observação**

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO****LOCAL: IFBA - CAMPUS DE SALVADOR****Fenômenos a serem observados:**

- **Acessibilidade arquitetônica às dependências do IFBA, de acordo com as normas da ABNT**

**Itens observados:**

**Acesso principal à edificação:** 1. Rampa (presença da rampa, comprimento, inclinação, largura e piso); 2. Patamar em frente à porta; 3. Corrimão (diâmetro, tipo, altura, distância da parede, localização); 4. Piso externo (superfície regular, estável e antiderrapante); 6. Indicação visual de acessibilidade;

**Sanitários:** 1. Bacia sanitária (altura do assento, barras horizontais, válvula de descarga); 2. Lavatório (altura, comando da torneira, altura livre); 3. Piso (superfície regular, estável e antiderrapante);

**Circulação:** 1. Piso (regularidade da superfície, estabilidade e tipo de piso); 2. Áreas para circulação de cadeira de rodas (largura, área para manobras de rotação); 3. Corrimão e guarda-corpo (diâmetro, tipo, altura, distância da parede, localização); 4. Portas (tipo, material, visor, puxador, largura do vão livre, revestimento ao impacto);

**Estacionamento:** 1. Presença de estacionamento; 2. Piso (regularidade da superfície, estabilidade e firmeza); 3. Localização (proximidade do acesso principal, presença de barreiras ou obstáculos e movimentação entre carros); 4. quantidade de vagas (reservada às pessoas com deficiência);

**Salas de aula:** 1. Presença de cores contrastantes em piso, as paredes e os móveis; 2. Existência de mesa adequada para aproximação e uso de alunos em cadeira de rodas; 3. Localização e posicionamento; 4. Altura do quadro-negro e o mural (acessível ao alcance de alunos menores ou em cadeiras de rodas). 5 Dimensionamento das janelas e iluminação; 6. Presença de aberturas em janelas opostas que permitem ventilação cruzada;

**Laboratórios:** 1. Presença de cores contrastantes em piso, as paredes e os móveis; 2. Existência de espaço livre para circulação entre os móveis; 3. Ausência de obstáculos nas mesas e pias que impedem a aproximação de pessoas em cadeira de rodas e presença de altura adequada ao uso de pessoas com baixa estatura; 4. Existência de prateleiras acessíveis; 5. Localização das substâncias ou instrumentos perigosos em armários fechados; 6. Existência de torneiras em forma de alavanca que facilitam o manuseio;

**Biblioteca:** 1. Presença de cores contrastantes em piso, as paredes e os móveis; 2. Ausência de obstáculos nas mesas que impeçam a aproximação de uma cadeira de rodas e existência de altura adequada ao uso de pessoas com baixa estatura; 3. Existência de largura adequada dos corredores entre as estantes; 4. Existência de altura adequada das prateleiras (permite que todos alcancem os livros); 5. Acessibilidade do balcão de empréstimo; 6. Iluminação e ventilação do ambiente;

**Modo de Observação:** Observação participante.

**Duração:** outubro/2013 a fevereiro/2014.

**Periodicidade:** semanalmente.

**Modo de Registro:** anotações, mensurações, registro fotográfico.

- **Mobiliário, de acordo com as normas da ABNT**

**Itens observados:**

**Bebedouros:** 1. Quantidade (acessibilidade por pavimento), localização em rotas acessíveis; 2. Altura e localização da bica; 3. Área de aproximação; **Mesas ou superfícies para refeições ou estudo:** 1. Distribuição (junto às rotas acessíveis e, preferencialmente, distribuídas por todo o espaço); 2. Área de aproximação; 3. Altura; 4. Assentos fixos; **Balcões de atendimento:** 1. Área de aproximação; 2. Balcões de autosserviço.

**Modo de Observação:** Observação participante.

**Duração:** outubro/2013 a fevereiro/2014.

**Periodicidade:** semanalmente.

**Modo de Registro:** anotações, mensurações, registro fotográfico.

- **Espaço físico da CAPNE**

**Fatores observados:** sala da CAPNE (tamanho, infraestrutura e condições).

**Modo de Observação:** Observação participante.

**Duração:** outubro/2013 a fevereiro/2014.

**Periodicidade:** semanalmente.

**Modo de Registro:** anotações, registro fotográfico.

- **Tecnologia assistiva, Intérpretes de LIBRAS aos alunos surdos e de Transcritoras de Braile aos alunos cegos**

**Fatores observados:** tipos de tecnologia assistiva e qualidade da mesma. Formação, atuação e quantitativo de intérpretes de Libras e Transcritores de Braile.

**Modo de Observação:** Observação participante.

**Duração:** outubro/2013 a fevereiro/2014.

**Periodicidade:** quinzenalmente.

**Modo de Registro:** anotações.

- **Conhecimento dos servidores na área de Educação inclusiva**

**Fatores observados:** capacitações e pós-graduações realizadas pelos servidores.

**Modo de Observação:** Observação participante.

**Duração:** outubro/2013 a fevereiro/2014.

**Periodicidade:** mensalmente.

**Modo de Registro:** anotações.

- **Vestibular do IFBA de acordo com a legislação específica para pessoas com deficiência**

**Fatores observados:** legislações, cinco últimos editais do IFBA, práticas de gestão.

**Modo de Observação:** Observação participante.

**Duração:** janeiro de 2014

**Periodicidade:** período único (mês de jan.).

**Modo de Registro:** anotações.

- **Grupos de pesquisa em Educação Inclusiva**

**Fatores observados:** grupos de pesquisa

**Modo de Observação:** Observação participante.

**Duração:** outubro/2013 a fevereiro/2014.

**Periodicidade:** mensalmente.

**Modo de Registro:** anotações.

- **Acompanhamento pedagógico, psicológico, nutricional e de Assistência Social**

**Fatores observados:** atendimentos realizados aos alunos com deficiência.

**Modo de Observação:** Observação participante.

**Duração:** outubro/2013 a fevereiro/2014.

**Periodicidade:** mensalmente.

**Modo de Registro:** anotações.



## APÊNDICE B – Roteiros de Entrevistas

---

 <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA</p> <p>ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO</p>
<b>ROTEIRO DE ENTREVISTA</b>
Coordenação/Setor:
Data:
Entrevistado:
Cargo/função na organização: <b>Gestores</b>

Prezado (a) entrevistado (a):

Esta entrevista tem como objetivo auxiliar na pesquisa realizada para a construção da dissertação do Mestrado Profissional em Administração – MPA 12 UFBA/IFBA, cujo título é: “**Políticas Públicas e Estratégias para a Garantia da Acessibilidade de alunos com Deficiência: O caso do *campus* de Salvador do IFBA**”. A garantia da acessibilidade para os alunos com deficiência, em consonância com normas e técnicas adequadas promove a educação inclusiva como uma ação política, social e pedagógica, desencadeada em defesa de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Assevero que nesta entrevista não existem respostas certas e erradas, e sim a sua opinião acerca do assunto.

1 Qual a sua visão a respeito da educação inclusiva, especialmente em uma Instituição Federal Tecnológica de Ensino?

2 Quais as ações que precisam ser implementadas pelo *campus* Salvador do IFBA para a realização de uma educação inclusiva efetiva?

3 Como você avalia:

- a) A infraestrutura atual do *campus* de Salvador do IFBA, na perspectiva da acessibilidade aos alunos com deficiência;
- b) As estratégias educacionais e comunicacionais utilizadas pelo *campus* de Salvador do IFBA;
- c) As atividades desenvolvidas pelo NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educativas Específicas) do *campus* de Salvador do IFBA;
- d) A qualificação dos profissionais da coordenação em que você atua, em relação à educação inclusiva. Em caso de avaliação negativa, o que pode ser feito?

5 Você tem conhecimento da tecnologia assistiva utilizada pelos alunos com deficiência? Se sim, como você a avalia?

6 Há na Instituição grupos de pesquisa em Educação Inclusiva?

7 Qual o seu grau de conhecimento a respeito da legislação vigente sobre a inclusão de pessoas com deficiência?

Muito                       pouco

Razoável                       desconhece

7.1 O vestibular do *campus* de Salvador do IFBA segue adequadamente as normas de ingresso para pessoas com deficiência, de acordo com a legislação vigente?

8 A coordenação em que você atua realiza o acompanhamento, com relação ao acesso e permanência dos alunos com deficiência, nos estágios em áreas afins aos cursos frequentados pelos mesmos?

9 De que forma pode ser incentivada no Instituto a cultura da inclusão, estimulando atitudes que favoreçam a acessibilidade dos alunos com deficiência?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
 ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
 NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Coordenação/Setor:

Data:

Entrevistado:

Cargo/função na organização: **Servidores/Docentes**

Prezado (a) entrevistado (a):

Esta entrevista tem como objetivo auxiliar na pesquisa realizada para a construção da dissertação do Mestrado Profissional em Administração – MPA 12 UFBA/IFBA, cujo título é: **“Políticas Públicas e Estratégias para a Garantia da Acessibilidade de alunos com Deficiência: O caso do *campus* de Salvador do IFBA”**. A garantia da acessibilidade para os alunos com deficiência, em consonância com normas e técnicas adequadas promove a educação inclusiva como uma ação política, social e pedagógica, desencadeada em defesa de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Assevero que nesta entrevista não existem respostas certas e erradas, e sim a sua opinião acerca do assunto.

1 Qual a sua visão a respeito da educação inclusiva, especialmente em uma Instituição Federal Tecnológica de Ensino?

2 Quais as ações que precisam ser implementadas pelo *campus* de Salvador do IFBA para a realização de uma educação inclusiva efetiva?

3 Como você avalia:

- a) A infraestrutura atual do *campus* de Salvador do IFBA, na perspectiva da acessibilidade aos alunos com deficiência;
- b) As estratégias educacionais e comunicacionais utilizadas pelo *campus* de Salvador do IFBA;
- c) As atividades desenvolvidas pelo NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educativas Específicas) do *campus* de Salvador do IFBA;
- d) A qualificação dos profissionais do setor em que você atua, em relação à educação inclusiva. Em caso de avaliação negativa, o que pode ser feito?

4 Das atividades realizadas pelo setor em que você atua, o que é feito e o que ainda necessita ser implementado, visando à garantia da acessibilidade aos alunos com deficiência?

5 No Departamento em que você trabalha existem grupos de pesquisa em educação inclusiva?

6 De que forma pode ser incentivada no Instituto a cultura da inclusão, estimulando atitudes que favoreçam a acessibilidade dos alunos com deficiência?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
 ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
 NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Coordenação/Setor:

Data:

Entrevistado:

Cargo/função na organização: **Servidores/Técnicos Administrativos**

Prezado (a) entrevistado (a):

Esta entrevista tem como objetivo auxiliar na pesquisa realizada para a construção da dissertação do Mestrado Profissional em Administração – MPA 12 UFBA/IFBA, cujo título é: “**Políticas Públicas e Estratégias para a Garantia da Acessibilidade de alunos com Deficiência:** O caso do *campus* de Salvador do IFBA”. A garantia da acessibilidade para os alunos com deficiência, em consonância com normas e técnicas adequadas promove a educação inclusiva como uma ação política, social e pedagógica, desencadeada em defesa de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Assevero que nesta entrevista não existem respostas certas e erradas, e sim a sua opinião acerca do assunto.

1 Qual a sua visão a respeito da educação inclusiva, especialmente em uma Instituição Federal Tecnológica de Ensino?

2 Quais as ações que precisam ser implementadas pelo *campus* de Salvador do IFBA para a realização de uma educação inclusiva efetiva?

3 Como você avalia:

- a) A infraestrutura atual do *campus* de Salvador do IFBA, na perspectiva da acessibilidade aos alunos com deficiência;
- b) As estratégias educacionais e comunicacionais utilizadas pelo *campus* de Salvador do IFBA;
- c) As atividades desenvolvidas pelo NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educativas Específicas) do *campus* de Salvador do IFBA;
- d) A qualificação dos profissionais da coordenação em que você atua, em relação à educação inclusiva. Em caso de avaliação negativa, o que pode ser feito?

5 Na sua atuação você encontra dificuldades em auxiliar os alunos com deficiência. Se sim, o que pode ser melhorado?

6 Você tem conhecimento da tecnologia assistiva utilizada pelos alunos com deficiência? Se sim, como você a avalia?

7 No Departamento em que você trabalha existem grupos de pesquisa em educação inclusiva?

8 De que forma pode ser incentivada no Instituto a cultura da inclusão, estimulando atitudes que favoreçam a acessibilidade dos alunos com deficiência?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
 ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
 NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Curso:

Data:

Entrevistado: **Alunos**

Tipo de deficiência:

Prezado (a) entrevistado (a):

Esta entrevista tem como objetivo auxiliar na pesquisa realizada para a construção da dissertação do Mestrado Profissional em Administração – MPA 12 UFBA/IFBA, cujo título é: “**Políticas Públicas e Estratégias para a Garantia da Acessibilidade de alunos com Deficiência:** O caso do *campus* de Salvador do IFBA”. A garantia da acessibilidade para os alunos com deficiência, em consonância com normas e técnicas adequadas promove a educação inclusiva como uma ação política, social e pedagógica, desencadeada em defesa de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Assevero que nesta entrevista não existem respostas certas e erradas, e sim a sua opinião acerca do assunto.

Adaptação de pesquisa realizada no NAPNE do *campus* de Salvador do IFBA.

**1. Caracterização do Aluno**

1.1. Curso que realiza:

NÍVEL

( ) Médio Integrado

Técnico/Subsequente

Superior

Outro\_\_\_\_\_

Ano:

1.2. Idade:

Sexo:

1.3. Bairro onde Reside:

1.4. O que lhe motivou na escolha deste curso? Médio Integrado, Subsequente ou Superior.

## **2. Caracterização da Escolaridade Anterior do Estudante**

2.1. Qual o tipo de estabelecimento que cursou:

Ensino Fundamental:

Ano de Conclusão:

Ensino Médio:

Ano de Conclusão:

2.2 Que fatores contribuíram para o desenvolvimento da sua aprendizagem?

Houve dificuldades?

SIM

NÃO

Quais?



### 3. Caracterização das Condições de Ensino no IFBA

3.1. Quando você se inscreveu no vestibular você sabia que existiam alguns direitos especiais? (ledores de prova, salas adequadas, acesso através de rampas, mobiliário específico, tempo adicional de prova, intérprete de libras).

SIM

NÃO

3.2. Você optou por esses direitos no ato da inscrição?

SIM

NÃO

3.3. No exame de vestibular os direitos especiais foram atendidos, a tecnologia assistiva disponível preencheu a sua necessidade para a realização das provas?

3.4 Para desenvolver as suas atividades acadêmico-escolares, você precisa de tecnologias de ajuda?

3.5 A instituição tem lhe acompanhado, disponibilizando e adaptando materiais em situações que você não consegue executar?

SIM

NÃO

Você as utiliza?

Quais?

3.6 Caso precise de recurso e não exista no IFBA, que tipo de ajuda/recurso seria necessário?

3.7 O que é preciso para um adequado acompanhamento destas aulas?

3.8 Existe algo que desfavoreça o relacionamento com os colegas? E com os professores?

3.9 Existem barreiras arquitetônicas para a sua locomoção no ambiente acadêmico/escolar?

SIM

NÃO

Quais?

3.10 Já ocorreu alguma dificuldade quando você solicitou algum serviço na Instituição?  
(secretaria / DEPAE / Direção / coordenação de curso / setores administrativos diversos).

SIM

NÃO

Qual o problema?

3.11 Você tem conhecimento dos tipos de atendimento especializado oferecido pela instituição caso você necessite? (intérpretes de Libras, psicólogos, fisioterapeutas, pedagogos, médicos, assistentes social).

SIM

NÃO

Quais destes profissionais?

3.12 Você já pensou em desistir do curso?

SIM

NÃO

Por qual motivo?

#### **4. Caracterização de Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação**

4.1 Tem computador?

SIM

NÃO

4.2 Onde acessa a internet frequentemente?

- ( ) Na Unidade de Ensino (laboratórios de informática)
- ( ) Em casa
- ( ) No trabalho
- ( ) Cibercafé
- ( ) Lan House
- ( ) Ponto de cultura (governamental)
- ( ) Outro\_\_\_\_\_

4.3 Com que frequência acessa a internet ou usa o computador para edição de trabalhos acadêmicos?

- ( ) Uma vez por semana
- ( ) Duas vezes por semana
- ( ) Três vezes por semana
- ( ) Quatro vezes por semana
- ( ) Cinco vezes por semana
- ( ) Seis vezes por semana
- ( ) Diariamente

4.4 Você tem perfil em redes sociais? (facebook, muspace, twitter, linkedin, entre outros)

- ( ) SIM
- ( ) NÃO

Quais?

**APÊNDICE C – Registro Fotográfico**

---



**Figura 1 - Entrada dos alunos**



**Figura 2 - Corredor próximo ao Bloco A**



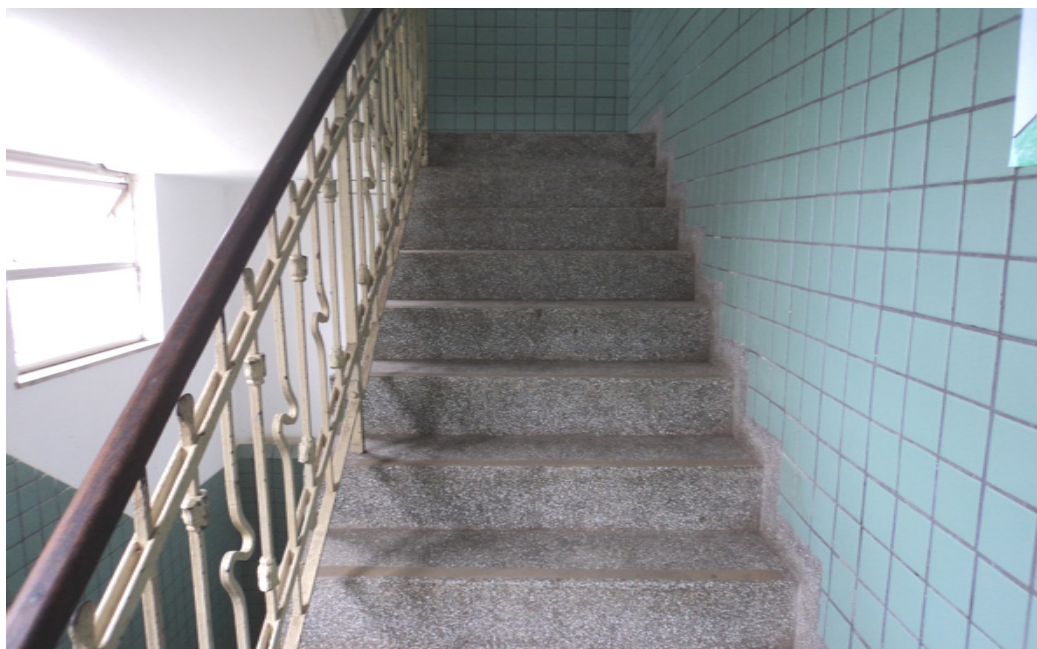
**Figura 3 - Laboratório de Automação – Térreo**



**Figura 4 - Laboratório de Petrografia**



**Figura 5 - Escada de acesso à Coordenação e salas de Artes**



**Figura 6 - Escada do Bloco B**



**Figura 7 - Elevador do Bloco L – sem funcionamento**



**Figura 8 - Sala da CAPNE**



**Figura 9 - Balcão de devolução de livros da biblioteca**



**Figura 10 - Vaga reservada para pessoas com deficiência do estacionamento dos alunos**





**Figura 11 - Rampa de acesso do estacionamento dos alunos**



**Figura 12 - Rampa de acesso ao Ginásio e Quadra de Esporte**



**Figura 13 - Sanitários próximos ao Auditório Principal – não acessíveis**



**Figura 14 - Banheiro feminino acessível do Bloco D - interditado**

## ANEXO A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Desde logo fica garantido o sigilo das informações. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: **POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS PARA A GARANTIA DA ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: O CASO DO CAMPUS SALVADOR DO IFBA.**

Pesquisador Responsável: Carla de Araújo Santiago

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): (71) 8654-5728 / 2102-9503

Pesquisadores participantes: Não tem.

Telefones para contato: ---

O objetivo da pesquisa é: Analisar como são implementadas as estratégias que visam a garantia da execução de Políticas Públicas de acessibilidade para alunos com deficiência no *campus* Salvador do IFBA.

#### Nome e Assinatura do pesquisador:

#### ◆ CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_, **abaixo assinado, concordo em participar do estudo**

\_\_\_\_\_, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador \_\_\_\_\_ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido o sigilo das informações e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento.

Local e data \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura do sujeito ou responsável: \_\_\_\_\_

## ANEXO B

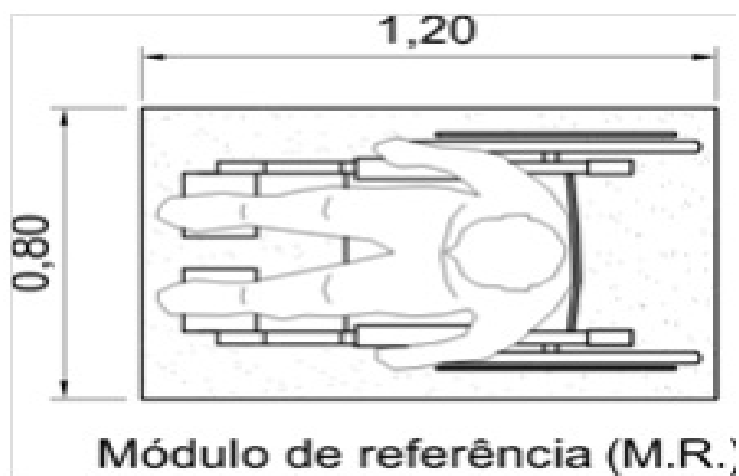
### NORMA NBR 9050/2004

Com relação a **acessos e circulação**, a NBR 9050 especifica como condições gerais:

No geral, os **pisos** devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê). Necessitam ser instalados também o piso tátil de alerta e o piso tátil direcional.

Considera-se o Módulo de referência (M.R.) a projeção de 0,80 m por 1,20 m no piso, ocupada por uma pessoa utilizando cadeira de rodas, conforme figura a seguir:

**Figura 1** - Dimensões do módulo de referência (M.R.)



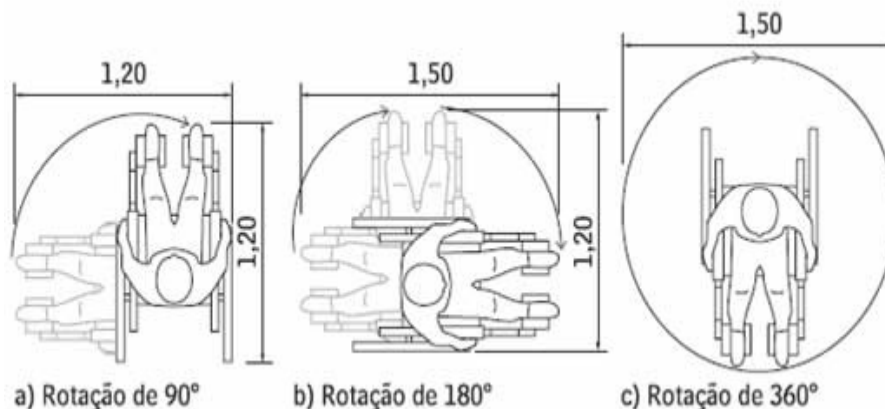
Fonte: ABNT NBR 9050:2004

A norma informa que a área de circulação deve possuir largura para deslocamento em linha reta de pessoas em cadeira de rodas e largura para transposição de obstáculos isolados e **área para manobra de cadeiras de rodas** sem deslocamento, com as seguintes medidas:

a) para rotação de  $90^\circ$  = 1,20 m x 1,20 m;

- b) para rotação de  $180^\circ = 1,50 \text{ m} \times 1,20 \text{ m}$ ;
- c) para rotação de  $360^\circ = \text{diâmetro de } 1,50 \text{ m}$

**Figura 2** — Área para manobra sem deslocamento



Fonte: ABNT NBR 9050:2004

Os **corrimãos e guarda-corpos** devem ser construídos com materiais rígidos, estarem bem fixados às paredes ou barras de suporte, e oferecer condições seguras de utilização e serem sinalizados.

Os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas. Devem ter largura entre 3,0 cm e 4,5 cm, sem arestas vivas e deve ser deixado um espaço livre de no mínimo 4,0 cm entre a parede e o corrimão, sendo preferencialmente de seção circular. As escadas e rampas que não forem isoladas das áreas adjacentes por paredes devem dispor de guarda-corpo associado ao corrimão.

A largura das escadas deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas, conforme ABNT NBR 9077. A largura mínima recomendável para escadas fixas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível 1,20 m.

As portas, inclusive de elevadores, devem ter um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m. Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre de 0,80 m. O mecanismo de acionamento das portas deve requerer força humana direta igual ou inferior a 36 N.

As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m. Quando localizadas em rotas acessíveis, recomenda-se que as portas tenham na sua parte inferior, inclusive no batente, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso.

A altura das **janelas** deve considerar os limites de alcance visual conforme a norma, exceto em locais onde deva prevalecer a segurança e a privacidade. Cada folha ou módulo de janela deve poder ser operado com um único movimento, utilizando apenas uma das mãos.

As **rampas** devem possuir os seguintes dimensionamentos:

A inclinação das rampas deve ser calculada segundo a seguinte equação:

$$i = \frac{h}{c} \times 100$$

c

onde:

i é a inclinação, em porcentagem;

h é a altura do desnível;

c é o comprimento da projeção horizontal.

As rampas devem ter inclinação de acordo com os limites estabelecidos na tabela abaixo (entre 6,25% e 8,33%):

**Quadro 1** — Dimensionamento de rampas

Inclinação admissível em cada segmento de rampa <i>i</i> %	Desníveis máximos de cada segmento de rampa <i>h</i> m	Número máximo de segmentos de rampa
5,00 (1:20)	1,50	Sem limite
5,00 (1:20) < <i>i</i> ≤ 6,25 (1:16)	1,00	Sem limite
6,25 (1:16) < <i>i</i> ≤ 8,33 (1:12)	0,80	15

Fonte: ABNT NBR 9050:2004

Em reformas, quando esgotadas as possibilidades de soluções que atendam integralmente a tabela acima, podem ser utilizadas inclinações superiores a 8,33% (1:12) até 12,5% (1:8).

A largura das rampas (L) deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas. A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível 1,20 m. Degraus e escadas fixas em rotas acessíveis devem estar associados à rampa ou ao equipamento de transporte vertical.

Os **sanitários e vestiários** acessíveis devem localizar-se em rotas acessíveis, próximos à circulação principal, preferencialmente próximo ou integrados às demais instalações sanitárias, e ser devidamente sinalizados.

Os sanitários e vestiários de uso comum ou uso público devem ter no mínimo 5% do total de cada peça instalada acessível, respeitada no mínimo uma de cada. Quando houver divisão por sexo, as peças devem ser consideradas separadamente para efeito de cálculo.

As **barras de apoio** utilizadas em sanitários e vestiários devem suportar a resistência a um esforço mínimo de 1,5 KN em qualquer sentido, ter diâmetro entre 3 cm e 4,5 cm, e estar firmemente fixadas em paredes ou divisórias a uma distância mínima destas de 4 cm da face interna da barra. Suas extremidades devem estar fixadas ou justapostas nas paredes ou ter desenvolvimento contínuo até o ponto de fixação com formato recurvado. Quando necessários, os suportes intermediários de fixação devem estar sob a área de empunhadura, garantindo a continuidade de deslocamento das mãos. junto à bacia sanitária, na lateral e no fundo, devem ser colocadas barras horizontais para apoio e transferência, com comprimento mínimo de 0,80 m, a 0,75 m de altura do piso acabado (medidos pelos eixos de fixação).

Para instalação de **bacias sanitárias** devem ser previstas áreas de transferência lateral, perpendicular e diagonal.

As bacias sanitárias devem estar a uma altura entre 0,43 m e 0,45 m do piso acabado, medidas a partir da borda superior, sem o assento. Com o assento, esta altura deve ser de no máximo 0,46 m. O acionamento da descarga deve estar a uma altura de 1,00 m, do seu eixo ao piso acabado, e ser preferencialmente do tipo alavanca ou com mecanismos automáticos.

Os **lavatórios** devem ser suspensos, sendo que sua borda superior deve estar a uma altura de 0,78 m a 0,80 m do piso acabado e respeitando uma altura livre mínima de 0,73 m na sua



parte inferior frontal. Sob o lavatório não deve haver elementos com superfícies cortantes ou abrasivas.

As torneiras de lavatórios devem ser acionadas por alavanca, sensor eletrônico ou dispositivos equivalentes. O comando da torneira deve estar no máximo a 0,50 m da face externa frontal do lavatório. Devem ser instaladas barras de apoio junto ao lavatório, na altura do mesmo.

A norma especifica que a entrada de alunos, na escola, deve estar preferencialmente, localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos.

Deve existir pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos às áreas administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos, como também dos equipamentos complementares, quando existirem, como piscinas e praças. Todos estes ambientes devem ser acessíveis.

Pelo menos 5% dos sanitários, com no mínimo um sanitário para cada sexo, de uso dos alunos, devem ser acessíveis. Essa especificação também deve ocorrer para os sanitários de uso de funcionários e professores. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

Todos os elementos do mobiliário interno devem ser acessíveis, garantindo-se as áreas de aproximação e manobra e as faixas de alcance manual, visual e auditivo, conforme a norma. Os elementos do mobiliário urbano da edificação como bebedouros, guichês e balcões de atendimento, bancos de alvenaria, entre outros, também devem ser acessíveis.

Nas salas de aula, quando houver mesas individuais para alunos, pelo menos 1% do total de mesas, com no mínimo uma para cada duas salas de aula, deve ser acessível a P.C.R. Quando forem utilizadas cadeiras do tipo universitário (com prancheta acoplada), devem ser disponibilizadas mesas acessíveis a P.C.R.

As lousas devem ser acessíveis e instaladas a uma altura inferior máxima de 0,90 m do piso. Deve ser garantida a área de aproximação lateral e manobra da cadeira de rodas, conforme a norma.

Nas **bibliotecas e centros de leitura**, os locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência devem ser acessíveis.

Pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas devem ser acessíveis, conforme a norma. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade. A distância entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se a rotação de 180°.

A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais, conforme a norma. Recomenda-se que as bibliotecas possuam publicações em Braille, ou outros recursos audiovisuais.

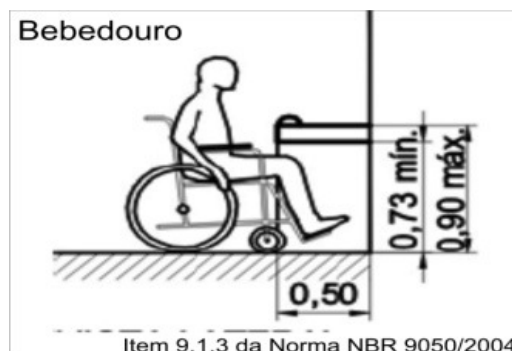
Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet devem ser acessíveis a P.C.R. e P.M.R. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

Com relação ao **mobiliário**, a norma NBR 9050, especifica que deve ser prevista a instalação de 50% de **bebedouros** acessíveis por pavimento, respeitando o mínimo de um, e eles devem estar localizados em rotas acessíveis.

A bica deve estar localizada no lado frontal do bebedouro, possuir altura de 0,90 m e permitir a utilização por meio de copo. Os controles devem estar localizados na frente do bebedouro ou na lateral próximo à borda frontal.

O bebedouro acessível deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso. O acionamento de bebedouros do tipo garrafão, filtros com célula fotoelétrica ou outros modelos, assim como o manuseio dos copos, devem estar posicionados na altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso acabado, localizados de modo a permitir a aproximação lateral de uma P.C.

**Figura 3** - Bebedouro — Exemplo



Fonte: ABNT NBR 9050:2004

Quanto às **mesas ou superfícies para refeições ou estudo**, pelo menos 5% delas, com no mínimo uma do total, deve ser acessível para P.C.R. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

As mesas ou superfícies devem estar localizadas junto às rotas acessíveis e, preferencialmente, distribuídas por todo o espaço. As mesas ou superfícies devem possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso e deve ser garantida uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para o acesso às mesmas.

As mesas ou superfícies devem ter altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso. Os assentos fixos devem estar localizados em rotas acessíveis. No espaço em que os assentos se localizam deve ser previsto ao lado de pelo menos 5%, com no mínimo um do total de assentos fixos no local. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

**Os balcões de vendas ou serviços** devem ser acessíveis a P.C.R., devendo estar localizados em rotas acessíveis. Na área de aproximação, uma parte da superfície do balcão, com extensão de no mínimo 0,90 m, deve ter altura de no máximo 0,90 m do piso.

Quando balcões de auto-serviço são previstos em restaurantes ou similares, pelo menos 50% do total, com no mínimo um para cada tipo de serviço, deve ser acessível para P.C.R. As bandejas, talheres, pratos, copos, temperos, alimentos e bebidas devem estar dispostos dentro

da faixa de alcance manual. Os alimentos e bebidas devem estar dispostos de forma a permitir seu alcance visual. Deve-se prever passa-pratos, com altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso.

O número de vagas para estacionamento de veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência deve ser estabelecido conforme tabela abaixo:

**Quadro 15** - Vagas em estacionamento

<b>Número total de vagas</b>	<b>Vagas reservadas</b>
Até 10	-
De 11 a 100	1
Acima de 100	1%

Fonte: ABNT NBR 9050:2004

## ANEXO C

### Classificação do uso das Tecnologias e acessibilidade

#### a) As TIC como sistemas auxiliares ou prótese para a comunicação

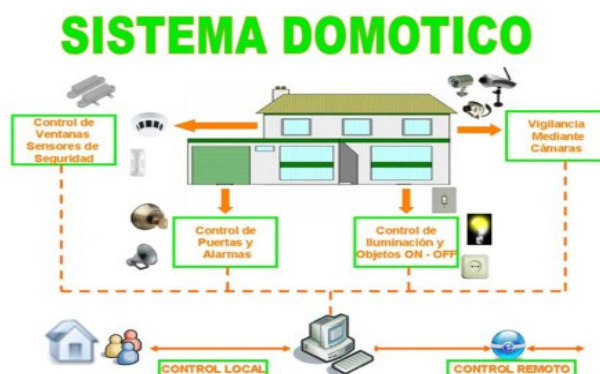
São tecnologias que possibilitam a otimização na utilização de Sistemas Alternativos e Aumentativos de Comunicação (SAAC), com a informatização dos métodos tradicionais de comunicação alternativa, como os sistemas Bliss, PCS ou PIC, entre outros.

#### b) As TIC utilizadas para controle do ambiente

As TIC, utilizadas como Tecnologia Assistiva, possibilitam que a pessoa com comprometimento motor tenha controle do ambiente, e possa comandar remotamente aparelhos eletrodomésticos, acender e apagar luzes, abrir e fechar portas, enfim, ter um maior controle e independência nas atividades da vida diária.

As pesquisas que envolvem a domótica, cuja palavra deriva da junção da palavra latina Domus (casa) e do termo robótica, estão relacionadas ao conceito de “casa inteligente”, e significa a instalação de tecnologia em residências, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, aumentar a segurança e viabilizar o uso racional dos recursos para seus habitantes. Um sistema domótico é dividido em vários subsistemas, cada qual atuando especificamente em um campo de controle.

**Figura 1** - Domótica



Fonte: <http://www.esquemadomotica1.jpg>

c) As TIC como ferramentas ou ambientes de aprendizagem

Os alunos com necessidades educacionais específicas têm encontrado uma ajuda eficaz na utilização das TIC como ferramenta ou ambiente de aprendizagem, as quais representam tecnologias importantes no processo de construção dos conhecimentos desses alunos.

d) As TIC como meio de inserção no mundo do trabalho profissional

Nesse contexto, pessoas com grave comprometimento motor podem se tornar cidadãs ativas e produtivas, em vários casos garantindo o seu sustento, por meio do uso das TIC.

No entanto, Galvão (2013) afirma que a superação das dificuldades referentes às funções cognitivas por um estudante na escola, mesmo quando comprometidas por uma deficiência, está relacionada às estratégias pedagógicas a serem estruturadas pela escola e pelos professores e à tecnologia educacional que auxiliem na estruturação e aplicação dessas estratégias para o acesso aos conhecimentos e ao aprendizado e não à Tecnologia Assistiva. Isso indica que apesar da importância da TA, esta necessita estar relacionada a estratégias pedagógicas.

## ANEXO D

## NAPNE – LISTA DE ESTUDANTES 2013.1

<b>INTEGRADO</b>				
<b>Nº</b>	<b>Curso</b>	<b>Ano/ Seme stre</b>	<b>Tipo de Deficiência</b>	<b>Diagnóstico</b>
1.	Refrigeração	1º	Física	-
2.	Refrigeração	1º	Auditiva	Perda auditiva bilateral Sensorineural profunda
3.	Eletrônica	1º	Auditiva	Def. auditiva profunda bilateral
4.	Geologia	1º	Intelectual	Atraso mental moderado a leve
5.	Eletrônica	4º	Déficit de Aprendizagem	Dislexia
6.	Química	1º	Física	Ausência e encurtamento das falanges
7.	Eletrônica	1º	Física	Paraplegia Espástica+cifoescoliose
8.	Automação Industrial	1º	Visual	Cegueira do olho direito decorrente de acie
9.	Mecânica	1º	Auditiva	Perda auditiva sensorial bilateral
10.	Automação Industrial	1º	Física	Paraplegia espástica
11.	Eletrônica	1º	Auditiva	Perda auditiva bilateral
12.	Eletrônica	4º	Física	Amiotrofia espinhal
13.	Química	2º	Auditiva	Perda auditiva bilateral
14.	Eletrotécnica	2º	Física	Má formação congênita do membro superior esquerdo
15.	Eletrotécnica	1º	Física	-

<b>PROEJA</b>			
<b>Nº</b>	<b>Curso</b>	<b>Tipo de Deficiência</b>	<b>Diagnóstico</b>
16.	Saneamento	Auditiva	-
17.	Saneamento	Física	Deformidade congênita da mão e síndrome de Polan
18.	Infraestrutura Urbana	Física	Limitações do movimento no membro inferior direito

<b>SUBSEQUENTE</b>			
<b>Nº</b>	<b>Curso</b>	<b>Tipo de Deficiência</b>	<b>Diagnóstico</b>
<b>19.</b>	Instalação e Manutenção Eletrônica	Física	Amputação do membro inferior esquerdo
<b>20.</b>	Hospedagem	Auditiva	Disacusia sensorioneural de grau severo bilateral
<b>21.</b>	Eletrotécnica	Física	Osteogênese imperfeita e pseudoartrose do fêmur
<b>22.</b>	Automação Industrial	Auditiva	Deficiência auditiva bilateral/Usuário de prótese auditiva

<b>SUPERIOR</b>			
<b>Nº</b>	<b>Curso</b>	<b>Tipo de Deficiência</b>	<b>Diagnóstico</b>
<b>23.</b>	Engenharia Mecânica	Auditiva	Perda auditiva sensorioneural bilateral
<b>24.</b>	Lic. em Matemática	Física	Paraplegia parcial MMII
<b>25.</b>	Administração	Auditiva	Deficiência auditiva bilateral em processo de adaptação de prótese
<b>26.</b>	Administração	Visual	Retinopatia
<b>27.</b>	Radiologia	Física	Sequela de paralisia do plexo braquial obstétrica
<b>28.</b>	Engenharia Mecânica	Física	Atrofia em membro superior direito, com deficiência de movimentos
<b>29.</b>	Análise de Sistemas	Auditiva	Perda auditiva sensorial neural profundo – ouvido direito
<b>30.</b>	Análise de Sistemas	Visual	Glaucoma
<b>31.</b>	Administração	Visual	Glaucoma
<b>32.</b>	Engenharia Mecânica	Visual	Distrofia na retina com perda progressiva da visão
<b>33.</b>	Lic. Geografia	Física	Amputação ou ausência de membro superior
<b>34.</b>	Administração	Física	Neuropatia hereditária
<b>35.</b>	Administração	Física	Má formação congênita do membro superior esquerdo
<b>36.</b>	Administração	Visual	Glaucoma congênito
<b>37.</b>	Engenharia Mecânica	Física	Albinismo ocular



<b>SUPERIOR</b>			
<b>38.</b>	Lic. Em Matemática	Auditiva	Perda auditiva mista bilateral
<b>39.</b>	Engenharia Mecânica	Déficit de Aprendizagem	Dislexia e Déficit de Atenção
<b>40.</b>	Administração	Visual	Visão monocular
<b>41.</b>	Análise de Sistemas	Física	Síndrome corporal posterior neuronopatía sensitiva. Ataxia de Friedreich.
<b>42.</b>	Análise de Sistemas	Física	Visão subnormal em ambos os olhos
<b>43.</b>	Engenharia Química	Auditiva	Deficiência auditiva bilateral
<b>44.</b>	Análise de Sistemas	Visual	Atrofia óptica e distrofia macular
<b>45.</b>	Engenharia Elétrica	Física	Deformidade nos membros inferior e superior direito
<b>46.</b>	Engenharia Química	Física	Hidrocefalia
<b>47.</b>	Administração	-	-
<b>48.</b>	Engenharia Mecânica	Visual	Deficiência visual total em olho esquerdo CID (H 54.4)
<b>49.</b>	Administração	Auditiva	Perda auditiva sensorineural bilateral de grau profundo
<b>50.</b>	Engenharia Mecânica	Visual	Amaurose (cegueira legal) em um olho
<b>51.</b>	Engenharia Mecânica	Déficit de Aprendizagem	Dislexia e Déficit de Atenção
<b>52.</b>	Engenharia Química	Visual	Portador de cegueira legal em OE
<b>53.</b>	Engenharia Elétrica	Auditiva	Perda auditiva bilateral de grau profundo em uso de aparelho de amplificação sonora individual
<b>54.</b>	Administração	Física	Mielomeningocele com hidrocefalia
<b>55.</b>	Radiologia	Física	-
<b>56.</b>	Análise de Sistemas	Física	Má formação no membro superior